

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA:
50 ANOS DA ALALC/ALADI

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor-Geral Embaixador Carlos Henrique Cardim

*Departamento da ALADI e
Integração Econômica Regional – DEIR*

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Integração Latino-Americana: 50 Anos da ALALC/ALADI

Palácio Itamaraty
Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2010



Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:

Obra perecedera realizada en tierra, el tractorista
además de artista és anónimo, Cunchibamba

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
André Yuji Pinheiro Uema
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Pablo de Rezende Saturnino Braga

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2011

148 Integração Latino-Americana: 50 anos de
ALALC/ALADI. – Brasília : FUNAG, 2010.
108p. : il.

Seminário no Palácio do Itamaraty

ISBN: 978.85.7631.272-7

1. Integração Sul-Americana. 2. Associação
Latino-Americana de Livre Comércio. 3.
Associação Latino-Americana de Integração. I.
Título.

CDU:339.92(8)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

A integração latino-americana em foco: 50 anos da ALALC/ALADI, 7

Integração para que?

(Em busca de uma ética para a Integração Latino-Americana), 79

Embaixador Jeronimo Moscardo

A Integração Latino-Americana em Foco: 50 anos de ALALC/ALADI, 91

Welber Barral

Carolina Pancotto Bohrer



A integração latino-americana em foco: 50 anos da ALALC/ALADI

*Palácio Itamaraty
Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2010,
das 9 às 13 horas*

Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Bom dia. Temos aqui a presença do nosso Chanceler Celso Amorim, que é o dono da casa e que vai nos honrar com a abertura desse seminário sobre os 50 anos da ALALC/ALADI. Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

Celso Amorim - Ministro das Relações Exteriores:

Irei falar sentado, caso todos estejam ouvindo bem, mas levantarei se houver necessidade e me entusiasmar muito. Bom dia a todos, caro amigo *José Félix Fernández Estigarribia*, Secretário-Geral da ALALC, Embaixador Jeronimo Moscardo, Presidente da FUNAG, Embaixadores Affonso Arinos e José Botafogo, meus colegas de trabalho e, sobretudo, os jovens que estão aqui e a quem espero dirigir preferencialmente a palavra. Falar aos jovens é sempre a esperança de também ter uma plateia aberta e pronta a debater. Primeiro uma correção, não sou o dono da casa, sou, no máximo, um inquilino cujo contrato está terminando daqui a quatro meses. Aliás, este contrato pode até ser rompido antes, mas que daqui a quatro meses se encerrará.

Foi realmente com muito orgulho que chefei o Itamaraty durante esse período de governo do Presidente Lula. Um período muito importante e muito rico para a minha vida. Certamente o mais rico para a minha vida profissional e muito polêmico em vários aspectos, como vocês talvez tenham acompanhado. Não tão polêmico quanto nós achamos. Temos a ideia de que fizemos coisas muito polêmicas, mas certamente fizemos muitas coisas ousadas, que as pessoas não estavam acostumadas a fazer e, sobretudo, não estavam acostumadas a ver o Brasil fazer.

Recordo-me, por exemplo, saindo um pouquinho do tema, se vocês me permitirem, mas que tem a ver de certa maneira, quando o Presidente Lula foi pela primeira vez visitar alguns países árabes e uma boa parte da mídia brasileira questionou muito o porquê de ele ter ido visitar a Síria, ou a Líbia. No caso da Líbia, por exemplo, três meses após a visita do Presidente Lula, foi lá o Presidente do governo da Espanha, José María Aznar, político conservador, e cinco ou seis meses após, foi o Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair. Nesses casos, não houve nenhuma crítica, até porque a nossa concepção era a seguinte: “se eles podem, nós também podemos”. Sempre nos faziam a seguinte pergunta quando chegamos à Síria: “vocês perguntaram antes aos EUA?”. E nós simplesmente respondíamos que não, nós não perguntamos, nós apenas conversamos e continuaremos a conversar, mas não pedimos licença para fazer as coisas. E essa visão excessivamente modesta e limitada da nossa capacidade prevalecia.

Chego agora um pouco mais ao tema, a visão da integração sul-americana. E me recordando de episódios que presenciei, um dia estava em uma emissora de televisão – onde iria conceder uma entrevista em um jornal com o horário bem tarde, que em geral é o horário que oferecem para estes temas – e um jovem jornalista provavelmente bem pautado perguntou: – por que o senhor se interessa tanto pela América do Sul?”. E eu respondi: ora, porque moro aqui, caso morasse em outro lugar iria me interessar por outro lugar, mas como moro aqui na América do Sul e ela é a nossa casa (sem querer fazer trocadilho com o nome que tentamos dar antes ao processo da comunidade sul-americana que acabou se transformando em UNASUL), interesse-me por ela.

Algumas das nossas ações em Políticas Externas geraram muita polêmica. Muitas vezes ouço, por exemplo, que quando hoje o Brasil toma iniciativas em relação ao Oriente Médio ou toma outras iniciativas em relação à África, surgem questionamentos a respeito do porquê do Brasil estar indo a esses

locais, quando deveria estar mais interessado na América do Sul. Curiosamente não sei se eram as mesmas pessoas, mas parecia um eco, comparando com o eco que havia sete anos atrás, quando se questionava o porquê de a gente se interessar tanto pela América do Sul, quando deveria estar interessado na Europa, nos EUA. Estaríamos perdendo tempo com países pobres que não têm e não oferecem mercados, que não têm tecnologias. Sete anos depois, quando o Brasil, já bem assentado com o seu processo de integração e a América do Sul passa a se interessar por outras regiões do mundo, vem a seguinte pergunta: “por que nós não estamos tratando da América do Sul?”. Isto é parte do processo, que sempre enfrentamos. Mas o dia hoje é um dia de comemoração da ALALC/ALADI.

Eu me lembro que a ideia de realizar esta sessão nasceu de uma conversa com o Embaixador, meu amigo José Felix Estigarribia, no meu gabinete, em que ele pediu um envolvimento nosso para a celebração do aniversário de 50 anos da ALALC/ALADI. Não irei fazer um histórico detalhado do que foi a ALALC e depois do que tem sido a ALADI, pois certamente as pessoas que falarão a seguir nesse fórum terão até mais elementos para falar do que eu. Acho que é muito importante ver o que são ideias inovadoras, e muitas delas levam bastante tempo para se concretizar ou para dar frutos.

Fico pensando como, em 1960, um punhado de pessoas, alguns economistas patriotas, algumas pessoas que ousavam ver o mundo de maneira diferente daquela que era vista, resolveram iniciar um processo de integração da América Latina e criaram o Tratado de Montevidéu, o primeiro, de 1960, que visava uma integração, uma área de livre comércio, um mercado comum de toda América Latina e Caribe. Claro que aquilo era um sonho que precisou ser corrigido de certa forma. Não poderia ser daquela maneira.

Daí que surgiu o Tratado de Montevidéu, de 1980, que deu mais flexibilidade, pois o tratado inicial previa que qualquer concessão feita a um dos membros teria de ser estendida a todos os demais membros. Isso acabou engessando o processo de integração entre vários países. O Brasil não podia fazer nada em conjunto com a Argentina que tivesse de fazer também com a Venezuela, com o México ou com qualquer um dos membros da então ALALC. Isso era evidentemente um ideal, mas era um ideal que tornava qualquer tipo de concretização difícil. Havia um prazo, que era irreal, para se chegar a um mercado comum. São estes sonhos, mesmo que idealistas, mesmo que impossíveis de ocorrer exatamente da maneira como se previu, que tornam possível outras coisas. A ALALC pode não ter se tornado a área de livre

comércio da América Latina e Caribe como sonhavam Rômulo de Almeida, um brasileiro que foi Primeiro-Secretário Executivo, e Celso Furtado, quando dizia de modo muito importante que as integrações sul-americana e latino-americana eram extremamente vitais para o desenvolvimento dos países – dizia isto em 1963 ao se despedir de Raúl Prebisch na Cepal.

Quando estes sonhos foram elaborados, transformados em documentos, talvez eles tenham criado ambições que não podiam ser concretizadas, mas graças a eles que se conseguiu fazer muitas outras coisas, é graças a eles que houve o Pacto Andino, é graças a eles que se fez o MERCOSUL, é graças a eles que trabalhamos nos acordos do MERCOSUL com os países da Comunidade Andina e espero que graças a eles nós consigamos aprofundar o processo de integração de países como o México e os países da América Central com a América do Sul. O que era inicialmente ALALC e depois se transformou em ALADI, com esta pequena diferença apontada, foi o que criou os instrumentos capazes de tornar a integração possível.

A maioria dos países latino-americanos – não me refiro aos caribenhos, que são mais recentes, mas à maioria dos países latino-americanos – eram sócio-fundadores da OMC, ou melhor, do precursor da OMC, que era o GATT. Então tinham de seguir as regras do GATT e o GATT criava dificuldades para processos de abertura de comércio, que não fossem extensivos aos demais países. E foi exatamente a existência da ALALC, e posteriormente da ALADI, que foi protegida por uma cláusula pela qual, aliás, o Brasil lutou muito também – para quem lê textos em inglês *Enable Clause*, a Cláusula de Habilitação do GATT – que permitiu a realização de acordos como o MERCOSUL e outros acordos que hoje vigoram em boa parte do continente, alguns abarcando um grande número de países da América Latina e do Caribe, outros limitados à América do Sul. De qualquer maneira, foi existência desta cláusula e da prévia do acordo da ALALC e da ALADI que nos permitiram chegar lá.

Nada é simples e tudo isso exigiu muita discussão e muita polêmica, mas esse passo, este sonho inicial, é que nos permitiu avançar. Digo isto porque atualmente é muito comum que as pessoas – não quero dizer apenas a mídia – afirmem: “o MERCOSUL fracassou porque não chegou à Tarifa Externa Comum Plena, o MERCOSUL fracassou porque tem não sei quantas exceções”. O MERCOSUL fracassou, mas o seu comércio aumentou em 500% no período entre 2002 e 2010. Obviamente, alguém pode dizer que 2002 é um ano especialmente baixo porque a Argentina estava em crise,

então vamos dar um desconto, que não seja 500%, seja 400%, mesmo assim não é pouca coisa. Em relação à ALALC é a mesma coisa. Podem dizer que a ALALC fracassou porque não conseguiu criar uma área de Livre Comércio em 15 anos como era esperado, ou porque teve de ser adaptada e a cláusula da nação mais favorecida teve de ser abandonada, ou simplesmente porque teve de ser transformada na ALADI. Ela não fracassou, pois se não estivesse lá, servindo como um instrumento para que outros acordos fossem feitos, estes acordos não existiriam. Além disso, o comércio tem hoje uma pujança e irei dar alguns dados para vocês. Não quero cansá-los com muitos números, mas é importante ter alguns deles até em função das perguntas que eram feitas e comentei aqui no início: “Por que tanto interesse na América do Sul? Por que tanto interesse na América Latina?”.

Esta pujança que existe hoje não seria possível caso não tivesse ocorrido este processo da ALALC e da ALADI. Se não fosse o trabalho desses pioneiros, nada teria acontecido. É muito interessante, em alguma medida, a participação neste grupo de pioneiros de pessoas como Rômulo de Almeida, que foi da assessoria econômica de Getúlio Vargas, do próprio Celso Furtado, que não foi nem da ALALC nem da ALADI, mas que citei há pouco, e o Raúl Prebisch. Foram os mesmos que lutaram inicialmente pelo desenvolvimento industrial da América Latina, que naquela época era tido como algo absolutamente heterodoxo. Nós não podíamos ter um desenvolvimento industrial, pois a teoria econômica tradicional prevalecente à época, a das vantagens comparativas, dizia que os países da região não tinham de ter desenvolvimento industrial algum, eles tinham de vender apenas matéria-prima e comprar produtos industriais. É importante, quando se fala em produtos industriais, lembrar que não há nada de mágico entre um produto ser industrial ou agrícola, pois o fator definidor da importância do valor agregado é a tecnologia que existe dentro do produto. Hoje em dia, é possível ter produtos agrícolas com alta tecnologia e, portanto, com alto valor agregado. Entretanto, para chegar lá era necessário passar por um processo industrial anterior, senão não seria possível sequer desenvolver a tecnologia.

Esta visão célebre, encontrada em um artigo de Raúl Prebisch, se não me engano, escrito em 1949, que eu conheci numa apostila da CEPAL chamada “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, na qual ele desafiava a aplicação da teoria das vantagens comparativas na América Latina, foi uma ousadia, e foi esta ousadia que levou a se pensar no processo de substituições de importações. E esta mesma

ousadia fez com que Celso Furtado, em 1963, na despedida de Prebisch, se referisse à necessidade de ver que o desenvolvimento não é um fenômeno natural nem vem de fora, porque para o pensamento tradicional da América Latina, o desenvolvimento era algo assim: “subiu o preço do café, vamos melhorar um pouquinho, baixou o preço, vamos piorar e cada um fica com o seu ciclo”. O desenvolvimento, diz Celso Furtado – eu até vou ler a frase que acho interessante: “Havendo crescido a primeira fase sobre o impulso de correntes de comércio exterior não regional, os latino-americanos se habituaram a pensar no desenvolvimento como algo que ocorria independentemente de suas vontades”. Quer dizer, não era algo que fazia parte do projeto nacional, não era algo que fazia parte de um desejo de realizar e são estes homens – infelizmente na época eram poucas mulheres, hoje em dia seria diferente – que desafiaram a sabedoria convencional e pensaram primeiro na industrialização. Este artigo notável de Raúl Prebisch é, até hoje, uma valiosa recomendação de leitura, pois é um artigo muito interessante para mostrar uma maneira heterodoxa de encarar os problemas, é um desafio à teoria econômica e que, de certa maneira, teve de ser refeito em décadas mais recentes em relação ao Consenso de Washington, à Escola de Chicago, etc. De outra maneira evidentemente pela ênfase que ele dá à tecnologia. Aliás, a palavra que Prebisch usa não é tecnologia, mas sim progresso técnico, ou seja, o núcleo do desenvolvimento é o progresso técnico. Então, é preciso ter isso presente, entender isso para ver também que não tem nada de mágico entre produto industrial e produto agrícola. Era o domínio do progresso técnico que permitia antes que as economias centrais se apropriassem da riqueza adicional que era criada e que deixava economias, como a brasileira e outras latino-americanas, em segundo lugar.

A verdade é que esta mesma visão desafiadora em relação aos cânones tradicionais é que vai prevalecer também na criação da ALADI e da ALALC. Uma visão sonhadora, porque só com a visão sonhadora é que se fazem as coisas, depois vêm os realistas corrigir um pouco, mas se não houver essa visão sonhadora, não se faz nada. Se você se basear sempre nos cânones que prevaleceram no passado, você irá necessariamente – é quase óbvio dizer isso – repetir o passado, e o passado para América Latina era muito pobre e muito triste, muito sem perspectivas. Havia uma pequena elite talvez se beneficiando dos seus contatos com as metrópoles e o resto do povo totalmente fora, não só da economia de mercado, mas fora de qualquer possibilidade de progresso. Claro que houve outras influências. Certamente

o fato de se começar na Europa o processo da integração do Mercado Comum Europeu, pesou também nessas decisões.

Um parêntese sobre a influência da CEPAL também teve grande influência em toda esta forma de pensamento. Quem leu o livro do Celso Furtado, especialmente “A Fantasia Organizada”, lembrará do papel fundamental que Getúlio Vargas teve na manutenção da CEPAL numa época em que os EUA queriam acabar com ela. Foi Getúlio, em grande parte, quem ajudou a bancar, com o secretário-executivo argentino, que era Raúl Prebisch. Celso Furtado diz, também nessa defesa no processo integrador, o seguinte: “não cabe dúvidas que o novo ciclo de atividades da CEPAL focalizará de preferência o processo de integração regional”. Veja bem, falando em 1963, seus novos estudos, para que tenham uma eficácia comparada aos do passado, deverão ter como referência básica a ideia de que seremos uma economia multinacional, ou não venceremos a barreira do desenvolvimento. Acho que esta visão é muito importante e tem de continuar presente. Por que eu digo isto? Porque quando falamos, hoje em dia, você olha para economia do mundo e vê uma economia de grandes blocos. Nós, no governo do Presidente Lula, temos defendido que o Brasil é um país grande e é um país que deve atuar com independência, com capacidade de agir sem medo, sem ter de pedir licença para cada ação, claro, discutindo, consultando, como se faz em política, como se faz na política interna e como se faz na vida. Agora, sem submissão. Nós defendemos isso.

Então sinto-me perfeitamente à vontade para dizer que mesmo o Brasil, que é um grande país e um país grande, diante dos grandes blocos internacionais não é tão grande. Se compararmos o Brasil, tanto em relação à população quanto em relação ao PIB com os EUA, com a União Europeia, ou mesmo com a China e a Índia, veremos que o Brasil fica um pouco abaixo. É preciso ter clareza nisso, pois, por maiores que sejamos, por melhor que seja o nosso crescimento, por melhor que estejamos andando, o Brasil não tem a mesma dimensão que esses países terão. Hoje em dia, o PIB do Brasil ainda é maior, não se comparado ao da China, mas é maior do que o da Índia, por causa ainda da pobreza muito grande que existe lá, mas com o tempo ocorrerá na Índia algo parecido, não exatamente igual, mas algo parecido com o que ocorreu na China. Por exemplo, você pega o PIB brasileiro, eu sei que isso varia muito porque depende muito de taxa de câmbio, cerca de um trilhão e meio de dólares. O Brasil ainda tem um PIB inferior ao da França, inferior ao da Inglaterra, vamos passar, vamos alcançar o quinto

lugar, mas ainda demorará algum tempo. Mas hoje, se tomarmos a América Latina e o Caribe como referência, o PIB da América Latina e do Caribe já é de quatro trilhões de dólares, portanto maior que o da Alemanha. Temos de pensar que a América do Sul sozinha já representa quase três trilhões de dólares, então também é um bloco que tem a sua presença no mundo. Acho que são fatores que devemos levar em conta quando traçamos estratégias de desenvolvimento. Acho que é um dos problemas que temos no Brasil e deve ser superado e vejo que aos poucos a gente consegue superar, pois, como diz o presidente Lula, uma coisa são os planos dos governantes, outra coisa é a burocracia, acostumada a pensar sempre de uma maneira, da mesma maneira, e a burocracia muitas vezes foi forjada em outra época e não pensa da maneira adaptada aos tempos modernos.

Então, por exemplo, conseguir às vezes um empréstimo para uma estrada, digamos, na Bolívia ou no Paraguai, muitas vezes enfrenta resistências do tipo: “Por que a gente está fazendo isso na Bolívia e não no Nordeste?”. Primeiro porque são fundos que não se comunicam necessariamente, segundo porque aquilo também nos interessa. Desenvolver o mercado sul-americano é de grande interesse para o Brasil. De janeiro a julho de 2010, pela primeira vez, o MERCOSUL ultrapassou os EUA, como mercado das nossas exportações. A América do Sul já representa quase o dobro, um pouco menos do dobro, tem mais de 80%, considerando a América do Sul como um todo. O MERCOSUL ultrapassou os EUA. Então, não estamos falando de uma coisa insignificante. Com dados publicados recentemente em jornal, quase 50% (47, 48%) das nossas exportações de manufaturas hoje vão para a América Latina e para o Caribe. Então, não se pode desprezar isso, faz parte do nosso crescimento e tem de estar internalizado nos nossos planos de desenvolvimento: o bom nível de vida dos bolivianos, paraguaios, argentinos, etc. Não é importante só do ponto de vista político e só para evitar conflitos na fronteira ou para não termos outros problemas, é importante porque são mercados para a indústria brasileira. Eles geram empregos no Brasil. No ano que a economia latino-americana caiu muito, isto afetou também a nossa indústria, que deixou de exportar bastante, até porque nós exportamos muita manufatura. Agora, graças a Deus, estamos nos recuperando. Isso é muito importante e é muito difícil de a gente vencer. Vocês que são jovens, a grande maioria aqui é de jovens e eu estava comentando com o Embaixador Rubens Barbosa que estou me dirigindo principalmente aos jovens porque se nós, eu e o Embaixador Rubens Barbosa, tentamos convencer outros há quarenta

anos, e não conseguimos até hoje, não adianta mais tentar. A gente conversa, dialoga, respeita, mas não adianta tentar convencer. Agora, o pessoal mais jovem, eu acho que a gente pode, pelo menos, tentar, pelo menos ilustrar. Alguns de vocês serão diplomatas, outros entrarão para a burocracia do Governo, é preciso ver com outros olhos.

Estou aqui com um copo de água mineral, não sei qual é. Mas vou dar este exemplo, que vários aqui conhecem, mas que vou repetir: como foi difícil conseguir, aliás, até mesmo o que está acontecendo hoje em dia, liberar a água mineral do Uruguai para o Brasil. Agora mudou um pouco, mas o Brasil não só exportava muito para o Uruguai, como tinha um grande superávit com este país nos últimos anos. Havia uns produtos que eles queriam nos vender e um desses produtos era a água mineral. Tentamos ver e verificamos que a tarifa é zero, então não haveria problema. Mas havia um problema sanitário. Vendiam água mineral para o mundo inteiro, mas para o Brasil não podiam vender por causa de um problema sanitário. Fomos ver e conseguimos finalmente remover o problema sanitário, depois do encontro da ANVISA, e com as congêneres do Uruguai.

Estou eu um dia no meu gabinete e recebo uma ligação do nosso Embaixador no Uruguai, que tinha trabalhado comigo diretamente antes. Ele disse: “Celso, estou com um problema aqui, pois têm uns caminhões de água mineral aqui na fronteira e não posso deixar passar”. Eu falei: “mas por que não podem passar, se nós já conseguimos a liberação?”. Ele respondeu: “mas é que a gente liberou a água mineral de sabor limão, mas a de sabor laranja não foi liberada”. Por que acontece assim? Porque no caso era a ANVISA, e a mesma coisa poderia acontecer, por exemplo, com o INMETRO, ou com outro qualquer. É porque a mentalidade que foi formada nesses setores da burocracia de Estado era uma mentalidade que não levava em conta a integração, ou seja, que tratava um produto uruguaio da mesma maneira que deveria tratar um produto alemão, aliás, tratava até pior. Era muito difícil, e até hoje é difícil. Ontem mesmo eu chamei a Embaixadora da Colômbia para conversar um pouco e ver se há algum problema, pois o Presidente Santos virá no dia primeiro. O Brasil tem um superávit muito grande com todos os países da América do Sul, a única exceção é a Bolívia por causa do gás. É grande o superávit com todos os países da América do Sul, é brutal o superávit. Por exemplo, o Paraguai, que todo mundo critica falando que estamos fazendo benesses, nos vende, mais ou menos, um bilhão e meio e compra de trezentos milhões a quatrocentos milhões, algo assim, não tenho números redondos.

Temos de descobrir como eles podem nos vender, porque não há relação que seja estável com um desequilíbrio permanente desse tipo. A Colômbia, no início do nosso governo, possuía uma relação exportação/importação de oito para um, hoje já melhorou, está em algo de cerca de dois para um. Continuamos com um grande superávit e isso gera dificuldades, não é à toa que querem fazer um acordo de livre comércio com os EUA. Quando discutimos, o presidente Lula indagou, mas eu também fiz a seguinte pergunta a um negociador: “não consigo entender – naquela época o que estava em discussão era a ALCA – o porquê de vocês terem medo dos industriais brasileiros e dos produtos industriais brasileiros, mas não terem medo dos EUA”. No final, conseguimos fazer nosso acordo de livre comércio com os países andinos, o que incluiu a Colômbia. Agora, a última coisa que queriam vender eram luvas de procedimentos médicos, mas até agora não há a certificação, pois cada empresa tem de ser certificada. Temos de desenvolver uma mentalidade integracionista, como temos dentro de nosso país. Toda esta longa digressão foi para dizer o seguinte: precisamos de um grande bloco. Ter um grande bloco para enfrentar o comércio mundial do século XXI é fundamental.

O ideal seria ter um MERCOSUL formado por toda a América do Sul, ainda melhor seria se tivéssemos formado um bloco com toda a América Latina e com o Caribe. Mas aí já estaríamos muito longe. O México já estava mais integrado com os EUA. Não é possível, e não será possível, nem a médio prazo, pois as estruturas tarifárias são diferentes. Devemos então firmar o nosso MERCOSUL, aprofundá-lo. Foram dados passos importantes na última reunião do MERCOSUL, talvez os mais importantes dos últimos anos. Devemos continuar trabalhando nesse mesmo sentido e trabalhar por uma América do Sul baseada, pelo menos, em uma área de livre comércio, que já teremos na prática, eu diria em 2019, com uma ou outra exceção, e sempre existem exceções, até no comércio Brasil e Argentina há. Na prática, todo o comércio entre os países da América do Sul estará liberalizado até lá. Guiana e Suriname têm um tratamento diferenciado. Essa integração nos ajuda, inclusive, a negociar com outras áreas do mundo. Claro que no caso da América Latina como um todo, envolvendo o México e a América Central, o processo de integração necessariamente sofre mais limitações devido às ligações muito fortes já existentes com os EUA e com outros mercados. Entretanto, nada impede, ao contrário até estimula, que o Brasil continue tentando um acordo de

livre comércio com o México no âmbito do MERCOSUL, por sua vez, no âmbito da ALADI.

O que gostaria de dizer, para não prolongar demais, é que a ALADI é o guarda-chuva. Por um lado, ela é o cartório, pois é lá que as coisas são registradas para realmente passarem a valer. A ALADI é o cartório, e fundamental já como cartório. Além disso, é este guarda-chuva que nos permite fazer os acordos – o acordo MERCOSUL, o acordo MERCOSUL com os países andinos, o acordo no MERCOSUL, se viermos a fazer, com o México. O que permite a existência desses acordos é exatamente a ALADI e a relação existente do processo ALADI com a cláusula de habilitação do antigo GATT, que continua existir e é a cláusula de habilitação capaz de servir como qualificação ao artigo 24, obrigando um procedimento diferente aos países desenvolvidos. O caso do MERCOSUL foi considerado um caso à parte, em que usamos um misto do artigo 24 e da cláusula de habilitação, mas, seja como for, estamos protegidos por esta cláusula graças à ALADI. Além disso, a ALADI propiciou a criação de um convênio de créditos recíprocos que tem muita importância. Um percentual importante do comércio da região se realiza através desse processo, porque evita fazer pagamentos imediatos em moeda internacional e permite fechar, acho que de três em três meses, os contratos. Isso facilita e ajuda muito o comércio e é utilizado também, por exemplo, esse convênio de créditos recíprocos para servir de garantia aos empréstimos, por exemplo, que o BNDES faz.

Um dos problemas que tivemos – estou mencionando e creio que isso vai ser resolvido, mas estou citando apenas porque foi um fato importante – com o Equador, foi quando houve um questionamento do empréstimo do BNDES, porque isso no fundo questionava o próprio convênio de créditos recíprocos, e, portanto, o mecanismo que temos para fazer estes empréstimos que são tão vitais. Já que falo dos empréstimos, deixe-me aqui chamar a atenção para um ponto que acho que também, sobretudo os jovens, podem não ter atinado plenamente ainda: este processo de integração na América do Sul tem falado muito de comércio, mas não é só comércio, até porque você não consegue fazer uma boa relação comercial se não tiver uma boa relação em outros campos e um desses campos é a infraestrutura. Iremos ter praticamente as primeiras ligações efetivas entre o Atlântico e o Pacífico – claro que já havia talvez caminhos muito indiretos. As primeiras ligações efetivas, uma agora no final do ano – alguma coisa talvez só fique totalmente pronta no ano que vem. Uma ligação pelo centro-norte, no nosso caso, porque

temos a ligação toda com Rio Branco e de Rio Branco poderemos ir a dois portos no Pacífico, localizados no Peru. O trecho no Peru vai ficar pronto antes do final do ano. Outra ligação mais ao sul através do Chile, Bolívia e chegando a Santos ou a Paranaguá. São ligações importantíssimas, porque nos aproximam de uma maneira notável de outra área muito dinâmica economicamente que é a Ásia, e vice-versa, quer dizer, criam-se possibilidades inclusive para investimentos que visem o mercado sul-americano como um todo. Então estas coisas estão ocorrendo na área de infraestrutura, estão ocorrendo na área de comércio.

As cifras de comércio são verdadeiramente impressionantes. Mencionei esta para vocês: “o MERCOSUL já é mais do que os EUA. A América Latina e o Caribe hoje, se se considerar região por região, é a mais importante para as exportações brasileiras”. Costumo ver cifras e tenho que ver com o meu próprio pessoal, porque às vezes a maneira de calcular já é acostuada. Eles comparam a ALADI e ela não é toda a América Latina e todo o Caribe. A ALADI é sim um instrumento fundamental para empurrar a América Latina e o Caribe. A América Latina e o Caribe hoje já são mais que a União Europeia e, se formos ver, digamos, em proporções de manufatura, mais ainda. Então estamos falando de algo real. Digo que isso é importante, porque aquele sonho de 1960, quantas vezes li que a ALADI havia fracassado, eu mesmo devo ter dito algumas vezes: “esta ALADI fracassou, isso não adianta nada”, ou da ALALC antes “ela fracassou porque era para ser uma área de livre comércio em 15 ou 16 anos e não se tornou”. Mas ela não fracassou, pois se não fosse a ALALC, se não fosse a visão daqueles idealistas, não teríamos hoje uma América Latina e um Caribe tão integrados e, sobretudo, uma América do Sul, no caso nosso, tão integrada. É evidente que é até desnecessário estar dizendo para vocês da importância política que tem também esta integração. Porque evidentemente atravessa os investimentos.

Outro dia fomos, eu e o Presidente, participar de uma inauguração. É importante dizer isso: o processo multilateral não pode ser visto de maneira descasada do bilateral e vice-versa. O que a gente faz bilateralmente com o Paraguai, Uruguai e Argentina tem um impacto na integração e vice-versa, isto é obvio. Voltando ao que eu dizia, fomos outro dia inaugurar uma fábrica de cimento. Era um investimento de cento e poucos milhões de dólares de algumas empresas brasileiras, um consórcio de empresas brasileiras. É o maior investimento privado da história do Paraguai, então não é pouca coisa que estamos fazendo, até porque uma grande parte deste aumento virá para o

Brasil, necessariamente. Temos, portanto, de oferecer mercados para eles. Então toda esta visão de que o Brasil é bonzinho para seus vizinhos e que disso não resulta nada, eu acho que é uma visão que não podemos, de maneira alguma, sucumbir a ela, porque sim é do nosso interesse. É do nosso interesse econômico, é do nosso interesse político, porque também ter paz na região não tem preço, pois paz é algo como liberdade. Fui presidente da EMBRAFILME e lá os cineastas sempre me procuravam por dinheiro. Claro que é o interesse e é natural que seja assim, porque sem recurso não se faz nada. Mas quando eu saí da EMBRAFILME, em uma circunstância durante o governo militar, pois tinha autorizado um filme que tratava do problema da tortura em um período anterior do governo, mas ainda um governo militar, os cineastas me deram um almoço de desagravo, e eu comentei com eles e falei: “olha, a liberdade é como o ar, você só percebe que é importante quando falta” e a paz também. Parece normal você pegar aqui um avião e ir para França, as pessoas que têm, digamos, um voo mais largo podem querer ir para um país de Oriente Médio, ou da região.

Entfim, agora, isso é algo que exige cuidado, é algo que exige preocupação permanente. Como dizia o Otávio Mangabeira em relação à democracia no Brasil: “é uma planta tenra, você tem de regá-la todos os dias”. A paz você também tem de regar todos os dias. E o Brasil, sendo um país que está entre as dez maiores economias do mundo, que tem grande presença no G-20, nas negociações de clima e nas negociações comerciais da OMC, não pode desprezar a paz. E a paz começa por aqui. Temos de trabalhar aqui e é o que temos feito, tanto diretamente, e em situações complexas. Não sou eu que estou dizendo – é a própria ministra da Colômbia que agora ao mencionar a reaproximação entre a Colômbia e Venezuela, agradeceu o papel do Brasil e da UNASUL – que se deve em grande parte da iniciativa brasileira. Ela própria falou, não sou eu que estou falando. Então a paz também através do crescimento, do desenvolvimento, de um sentimento de pertencer a uma mesma comunidade, que está se tornando cada vez mais importante. Volto a dizer, quer dizer, nessa economia de grandes blocos do mundo, União Europeia, EUA, China e Índia são blocos em si mesmos. A China todo mundo já sabe que é, mas a Índia vai ser também, tem mais de um bilhão de habitantes, então fatalmente será. Nessa economia, o Brasil tem força, mas terá mais força se estiver unido aos países da região. Acho que para cada um deles também é verdade. Às vezes um país pequeno da região pode ter a ilusão de que é melhor para ele negociar um acordo de livre comércio com os EUA ou

com a União Europeia, mas acho que é uma ilusão, pois ele tem ganhos de curto prazo, mas terá de se subordinar a uma agenda de negociação que ele não ajudou a traçar. Ele comprou uma agenda pronta, e se você fosse ver e eu digo isso porque trabalhei nisso com bastante proximidade, para simplificar e eu talvez esteja exagerando, quero fazer esta ressalva antes que alguém a faça. Mas se você pegasse o que estava sendo negociado na ALCA, era um contrato de adesão, você tinha que assinar em baixo. Você mudava uma vírgula aqui e uma vírgula ali, mas basicamente era o modelo de acordo de livre comércio que era feito com outros países e tínhamos de assinar embaixo. Ou era aquilo ou nada. E o que significava aquele contrato de adesão? Significava você se submeter aos padrões, não só de propriedade intelectual, porque queríamos ter bons padrões de propriedade intelectual, mas os padrões de cobrança sobre propriedade intelectual, os padrões em matéria de investimentos, compras governamentais, etc, ganhando pouquíssimo em outras áreas.

Há vinte anos, os países procuravam entrar para estes acordos de livre comércio. É preciso ter isso em mente também, pois o que eles procuravam, acima de tudo, era um carimbo de “bom mocismo”, de que eles estavam cumprindo com as regras internacionais e que não iriam sair delas, porque o acordo de livre comércio os prendia. O Brasil não precisa disso. O Brasil hoje é credor do FMI e tem uma posição muito tranquila internacionalmente. Problemas, todos os países têm e naturalmente teremos de enfrentar. Então, acho que a integração da América Latina e a integração da América do Sul são importantes em muitos sentidos. São importantes pelo desenvolvimento dos países, importantes pelos mercados que criam, olhando egoisticamente para os nossos exportadores, sobretudo, de manufaturas e importante para os nossos investidores nas áreas mais variadas. O Brasil hoje é um grande investidor na região. É preciso que vocês saibam também que os dados do Banco Central, que são os de que dispomos – qualquer Embaixador sabe – subestimam e muito o verdadeiro investimento. Por exemplo, se um banco brasileiro compra um banco de Boston e o banco de Boston uma filial no Chile, isso entra como investimento nos EUA, não entra como investimento do Chile, embora, na realidade, você esteja aumentando. A mesma coisa se a Petrobrás compra a Esso.

Temos muitos investimentos na América do sul, temos muitos empréstimos que são dados, mas que são empresas brasileiras que estão trabalhando, levando tecnologia brasileira, levando equipamento brasileiro. Apesar do

ponto de vista egoísta, interessa-nos ter uma região forte, que nos ajude a negociar internacionalmente e que tem uma presença internacional forte, interessa-nos também uma região em paz consigo mesma que procura até ter relações fora, como estamos procurando. Estamos tentando negociar com a União Europeia há muito tempo. Fizemos uma oferta renovada que tem a maior parte das coisas que eles queriam, mas eles não avançaram ainda na oferta agrícola deles, também não podemos fazer tudo de graça, até porque quando se fizer de graça e tiver gasto todo o seu capital, quando houver uma nova negociação você não terá mais capital, não terá mais nada. Isso é importante, a região em paz realizando esta visão integracionista de pessoas como Rômulo de Almeida, Celso Furtado e Raúl Prebisch, adaptada aos tempos naturalmente, não pode ser a mesma coisa, ninguém vai querer reeditar o processo de substituições de importações, mas fazendo valer aquilo que é nosso, os nossos recursos, a nossa tecnologia, a nossa educação.

Estou vendo aqui a UNILA e ontem tive o prazer de receber o Reitor desta instituição. Esta concepção de uma universidade latino-americana é algo espetacular, eu só ponderei a ele que se deveria chamar a América Latina e o Caribe, mas ele está aberto a ter os países do Caribe também. É algo espetacular e quando começamos a tentar fazer a universidade houve resistência dos países vizinhos que acharam: “isso será uma supranacionalidade”. Você tem de acostumar os espíritos. O parlamento tem de ser uma representação do povo, mas tem de ter a noção da gradualidade, a gente não pode chegar de uma vez, porque nenhum país vai abdicar de sua soberania nacional, nem queremos. Mas vamos avançando. Quando houver a primeira eleição para o parlamento do MERCOSUL e as pessoas tiverem de olhar na televisão e vocês estão olhando hoje as propagandas eleitorais e ver um deputado do MERCOSUL, iremos sentir mais que isso faz parte da gente. Fiquei muito contente de ver em um jornal brasileiro, infelizmente depois o resto da Copa não foi tão bom, mas quando terminaram as oitavas-de-final, os quatro países do MERCOSUL tinham passado para as quartas-de-final. Ora, isso é um raciocínio muito fácil de fazer para nós que trabalhamos aqui com esta realidade o tempo todo. Mas, achei muito interessante que um jornal, que espelha mais o pensamento popular, tenha estampado na primeira página: “MERCOSUL dá as cartas na Copa”. Infelizmente não fomos muito adiante, só o Uruguai chegou um pouco mais longe. De qualquer maneira, só de ver ali a capa, era uma fotografia de um jogador paraguaio fazendo aquele gol de pênalti da classificação para as oitavas-de-final. Você tinha um jogador de futebol

com a camisa do Paraguai e a manchete era, e não era a manchete da parte esportiva não, era a manchete principal do jornal: “MERCOSUL dá as cartas na copa”. Acho que existe, inclusive, na consciência popular, pois o povo entende, muitas vezes, as coisas mais rápido do que muitas pessoas ditas formadoras de opinião. Desculpem-me os que estão aqui, mas o povo entende mais rápido, o povo internalizou o MERCOSUL. É preciso que as elites internalizem o MERCOSUL totalmente, por isso é que estamos aqui hoje trabalhando para isso, pelo MERCOSUL, e nada disso seria possível sem a ALADI. Então parabéns a esta cinquentenária, pois ALALC é ALADI e nos tem ajudado a progredir nesse caminho. Seguramente vocês continuarão a contar com o entusiasmo do Brasil para todos os programas e projetos que visem a integração. Muito obrigado.

Jerônimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Muito obrigado Ministro por esta reflexão. Normalmente essa seria uma sessão apenas protocolar e o Ministro nos homenageou com um pensamento profundo e uma meditação em profundidade sobre a integração. Eu pediria ao Ministro agora para oferecer uma oportunidade aos jovens: tirar uma fotografia com eles junto ao nosso painel nos jardins do Itamaraty – e estes jovens compreendem todos, vamos fazer uma interpretação expansiva. Vamos tirar em duas etapas. Muito obrigado.

Jerônimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Vamos recomeçar os trabalhos. Estou aqui só dependendo da presença do Secretário-Geral da ALADI, *José Félix Fernández Estigarribia*. O Ministro nos prestou essa homenagem de fazer uma reflexão, em vez de uma sessão estritamente protocolar. Quero dizer da alegria de estar aqui com todos vocês; este aqui é o “Vaticano” da política exterior brasileira e estamos aqui com os cardeais. José Botafogo, que é um grande cardeal, com uma militância extraordinária, com uma sabedoria extraordinária dessa área. Rubens Barbosa, que o Estado utilizou como seu grande antagonista no maior estilo e no pensamento, o Rubens Barbosa se dedica extraordinariamente e com profundidade à política exterior, inclusive foi o meu chefe na COLESTE, nas relações com o antigo mundo socialista e também na área do MERCOSUL. De modo que presto aqui uma homenagem muito grande aos grandes. Affonso

Arinos também deve estar chegando aqui, Darc Costa e todos que estão à mesa. Queria fazer uma provocação, seguindo a teoria do Ministro. Estamos interessados em sabedoria e não em conhecimento. Vamos dar uma lição aqui para os jovens, o Ministro poderia ter feito, seguindo a tradição protocolar do Itamaraty, um batizado de boneca, mas não o fez. Fez algo de pensamento estruturado, de modo que vejo aqui o Merlin que se prepara aí para participar desta troca de ideias em profundidade. Mas antes vamos ouvir aqui o nosso homenageado de hoje, *José Félix Fernández Estigarribia*. A nossa ideia é fazer algo com o tempo da televisão. Estamos aqui como se nós estivéssemos na televisão. A TV Globo e o Jornal Nacional cobrem todo o Brasil e o mundo em 45 minutos, vamos ver o que nós podemos fazer. O tempo na televisão de 10 minutos já é para um grande partido político abrindo espaço na televisão. Vamos começar ouvindo o Secretário-Geral da ALADI, Estigarribia.

José Felix Fernandez Estigarribia - Secretário Geral da ALADI:

En primer lugar debo agradecer al Señor Ministro de las Relaciones Exteriores de Brasil, Embajador Celso Amorim, por haber plasmado esta importantísima reunión y sobretodo haber elegido el Palacio Itamaraty. Yo personalmente no conocía este lugar donde tanto de la historia brasileña como latinoamericana, y hasta me podría animar a decir universal, se plasmó en estas salas. Voy a pedir después que alguno de mis generosos anfitriones me permita recorrer esta magnífica institución, que aparte es tan cara para mi país porque en este lugar se gestó la gran acción diplomática de Brasil para concluir la paz del Chaco. Mis anfitriones tendrán que hacer un seminario especial que diga: “Brasil y su actuación en la paz del Chaco”. Y ahora volvemos al tema.

Mis primeras palabras son de un profundo agradecimiento al Embajador Jeronimo Moscardo, Presidente de la Fundación Alexandre de Gusmão y al Embajador Carlos Henrique Cardim, Director del Instituto de Investigación de Relaciones Internacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, por honrar a la ALADI con este significativo homenaje, precisamente en el mes que se cumplen 50 años del proceso de integración de la América Latina.

Tan noble gesto de estas prestigiosas instituciones, con tantos años de vida al servicio de la promoción e investigación de las relaciones

internacionales, quedará especialmente registrado en la historia de nuestra asociación, pues constituye la nueva muestra del compromiso y vocación integracionista que siempre ha distinguido a este país hermano.

Fueron nuestros próceres latinoamericanos, San Martín, Simón Bolívar, Bernardo O'Higgins, Joaquim José da Silva (Tiradentes), José Martí, Benito Juárez y José Gervasio Artigas, quienes promovieron el ideal de unión y hermandad en nuestra región durante sus luchas por la independencia y en el proceso de consolidación de nuestras naciones.

El objetivo principal era lograr la independencia de los pueblos, surge claramente de los hechos históricos que también estaba en su pensamiento orientar y propiciar la construcción de alianzas políticas, económicas y sociales entre los países, en términos de integración latinoamericana.

Simón Bolívar, en la conocida Carta de Jamaica de 1815, expresó que: *“Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo...”*. En esta misma línea de pensamiento, el libertador convocó, en 1824, a los gobiernos latinoamericanos para llevar a cabo el Congreso Anfictiónico de Panamá, siendo uno de sus principales propósitos conformar una confederación americana.

Bernardo O'Higgins señalaba en sus momentos de reflexión sobre el futuro de la región que *“De la unión y cordialidad recíproca depende el próspero destino de las Américas, y la división sólo puede producirnos miserias y lágrimas”*.

Son muchas las manifestaciones en este sentido, pero lo cierto es que en la visión de estos hombres se fue forjando el ideal integracionista, el ideal de unión, en definitiva, la fuerza inspiradora que durante casi dos siglos viene alimentado el pensamiento de los líderes políticos e intelectuales y que en muchos casos, a lo largo del siglo XIX, se ha plasmado en acuerdos, alianzas o acciones en favor de la integración de nuestros pueblos.

No podemos negar que graves conflictos surgidos entre nuestros países en la segunda parte del siglo XIX postergaron el proyecto integracionista que continuó sin embargo latente en el espíritu de los pueblos y en el pensamiento de sus intelectuales.

La integración como proceso tiene sus primeras manifestaciones al promediar del siglo XX, cuando hombres e instituciones, inspirados en aquellos ideales estudiaban la realidad y perspectivas de nuestros países hacia el interior de los mismos y frente al mundo, generando propuestas para que la región

latinoamericana se organice de forma diferente a los años anteriores de la década de 50.

Ello tenía el propósito de alentar un proceso de integración económica y comercial que, al ampliar el mercado, posibilitara el desarrollo productivo, especialmente de su industria, el adelanto tecnológico y la reducción de la vulnerabilidad externa de la región. De esta manera, se estaría mejor posicionado para enfrentar los desafíos que ya se visualizaban en el horizonte internacional, en especial el proceso iniciado en la región europea, que dio luego origen a la Comunidad Económica Europea en 1957 con la suscripción del Tratado de Roma.

Como afirmó recientemente el Chanciller de Brasil, desde la CEPAL, creada en 1948, que aglutinaba en su Secretaría a pensadores como Raúl Prebisch y Celso Furtado, entre otros, se realizaron valiosos aportes durante las décadas de los 50 y 60 que posibilitaron la construcción de un nuevo proceso de relacionamiento económico y comercial entre nuestros países.

Cabe destacar también el papel del Comité de Comercio de la CEPAL, cuya principal finalidad fue buscar fórmulas de cooperación en materia de pagos y liberalización del comercio regional. Este Comité inició sus trabajos en 1956, creando un grupo para encarar el problema de pagos y otro para estudiar las bases de un mercado común. Debe mencionarse el papel del Grupo de Trabajo del Mercado Regional latinoamericano, en cuyo seno se formularon las *“Recomendaciones acerca de la estructura y normas del Mercado Común latinoamericano”*.

En este escenario dinámico de ideas y forjadores en el ámbito de la CEPAL, no hay duda que el Dr. Raúl Prebisch fue el que más incidió en el pensamiento latinoamericano y en el diseño de la arquitectura integracionista regional, Aldo Ferrer, al realizar un enfoque sobre la relevancia del pensamiento de Prebisch, en ocasión de un reciente homenaje que se le realizó en la CEPAL, destacó que en su análisis a los problemas del desarrollo de América Latina, Prebisch siempre vinculó las condiciones internas de los países de la región con su contexto internacional y la inestabilidad de corto plazo con la vulnerabilidad estructural en el largo. Su preocupación central fue cómo fortalecer nuestra capacidad de respuesta frente a los desafíos y oportunidades del orden mundial que, actualmente, denominamos globalización. De esa aproximación a la realidad, surgieron sus aportes sobre el modelo centro-periferia, los términos de intercambio, la industrialización, la integración regional, la distribución del ingreso y las políticas públicas convenientes.

Si bien el orden mundial ha cambiado con relación a los años 50, la naturaleza del desarrollo económico de nuestros países sigue siendo prácticamente la misma, pues persisten las necesidades de dinamizar el comercio exterior, mejorar la productividad y competitividad, fomentar la producción de manufacturas y profundizar los procesos de integración con una visión más nítida en lo social. La preocupación por incrementar la industrialización y atenuar la vulnerabilidad externa de la región sigue teniendo vigencia, así como la visión sobre las asimetrías existentes entre los países, que justifica la necesidad de alcanzar compromisos que vayan más allá del ámbito comercial.

LA ALALC: PRIMER APOORTE AL PROCESO DE INTEGRACIÓN

La década de los sesenta marca el comienzo del proceso de integración regional con la creación de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC) y el Mercado Común Centroamericano, ambos en 1960, constituyendo las primeras muestras tangibles de la capacidad de entendimiento de los países de la región en el plano económico y comercial.

La ALALC hizo un aporte invalorable al desarrollo del comercio exterior latinoamericano a través de la adopción de normas para la armonización de instrumentos comerciales, en la generación de condiciones para incrementar el comercio, en el perfeccionamiento de las políticas comerciales y en establecimiento de facilidades al transporte, entre otros temas.

Frente a la necesidad de implantar mecanismos financieros, se firma en 1965, en México, el Acuerdo que creó el Sistema de Compensación Multilateral de Pagos y Créditos Recíprocos en la región. El perfeccionamiento del Acuerdo de México fue gradual y progresivo y dio lugar, posteriormente, a la creación de un mecanismo complementario, el Acuerdo de Santo Domingo, en el año 1969, y luego en el marco de ALADI se producen nuevas modificaciones, en los años 1981 y 1982, que enriquecen el sistema de pagos en la región.

Estos aportes han sido valiosos para ir construyendo reglas y un lenguaje común en el comercio exterior de la región, así como la armonización de sus instrumentos, cuyas normas han contribuido a modernizar, en su momento, las legislaciones nacionales referentes a los aspectos aduaneros y arancelarios.

Los primeros años de ALALC, según evaluaciones realizadas por la CEPAL, fueron auspiciosos. Las negociaciones de las listas nacionales – uno

de los mecanismos de liberación del comercio – cubrieron una parte no despreciable del comercio intrarregional de entonces, lo cual permitió revertir la tendencia hacia la disminución del intercambio observada en la década anterior a la suscripción del Tratado de Montevideo de 1960.

De acuerdo al estudio *“Evolución y estructura del intercambio comercial de los países que integran la ALADI, 1952/1980”*, preparado por la Secretaría de este organismo, las exportaciones intrarregionales fueron más dinámicas y sostenidas que las destinadas al resto del mundo, especialmente las originadas en los países más grandes y de economías más diversificadas. El mercado regional ganó mayor expresión para las exportaciones de los países y se registró una proporción apreciablemente mayor de bienes manufacturados.

Para varios países de la región, el mercado regional de manufacturas representó entre 2 y 5 veces el conformado por el resto del mundo, hecho que desde luego no sólo se explica por el papel de las preferencias arancelarias, sino por el empeño de los mismos por fomentar su industrialización y las exportaciones.

Señalaba José María de Aragao, uno de los estudiosos del proceso al referirse al crecimiento del comercio *“no es exagerado afirmar que el objetivo inmediato perseguido por los países que impulsaron la creación de la ALALC fue alcanzado”*.

LA ALADI: UN PROCESO SILENCIOSO, FLEXIBLE Y PLURAL

Este primer esfuerzo integracionista de la ALALC fue sucedido por la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), creada el 12 de agosto de 1980 mediante la suscripción del Tratado de Montevideo 1980.

La ALADI es el mayor grupo latinoamericano de integración, siendo sus miembros: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. Es posible que esta membresía se amplíe en un futuro próximo, dado que Panamá solicitó su adhesión al Tratado, lo cual ya fue aprobada por el Consejo de Ministros, estando pendiente de ratificación por parte de dicho país. Nicaragua solicitó la adhesión, la misma está en proceso de evaluación.

La ALADI dio continuidad al proceso iniciado en 1960, siendo su objetivo el establecimiento, en forma gradual y progresiva, de un mercado común latinoamericano. El Tratado prevé un marco jurídico e institucional de amplia

flexibilidad, con principios como la pluralidad, que permite la convivencia de la diversidad política y económica en la región.

La ALADI está inmersa en la “integración silenciosa” y no participa de las grandes decisiones, pero vela por el cumplimiento eficiente del sustento jurídico de numerosas resoluciones políticas y acuerdos comerciales que se adoptan en su ámbito y otros. La ALADI es el sustento jurídico del MERCOSUR. Muchos de sus resultados son tangibles como los importantes avances producidos en el desarrollo de diferentes mecanismos y temas.

Actualmente, están vigentes 75 acuerdos, que han permitido liberalizar y expandir el comercio entre los países miembros de manera significativa. El comercio intrarregional pasó de 10 a más de 100 mil millones de dólares en estos últimos 30 años, y tres cuartas partes del mismo se encuentra actualmente libre de aranceles.

Desde el año 2004, el Consejo de Ministros, máximo órgano político de conducción de la ALADI, enfatizó en la urgencia de profundizar la integración en los ámbitos comercial, financiero y de cooperación; estableció actividades para el tratamiento de los temas comerciales; amplió su agenda en respuesta a las nuevas visiones de los países, adoptando, entre otras medidas, lineamientos para el desarrollo de la dimensión social, las directrices para el fortalecimiento de la integración productiva y el plan de acción a favor de Bolivia, Ecuador y Paraguay. En esta época se inicia el proceso de convergencia de la Comunidad Andina y el MERCOSUR, con la suscripción de diversos acuerdos entre ambos bloques.

En este marco, la actividad en la ALADI es hoy muy amplia. Mientras se trabaja en nuevas negociaciones de las reglas de origen y salvaguardas, se van dando pasos firmes en la búsqueda de un régimen de solución de controversias. Al mismo tiempo, se impulsan las nuevas tecnologías, tal es el caso del proyecto de Sistema de Certificación de Origen Digital (SCOD), una herramienta que será muy útil para un desarrollo más dinámico del comercio exterior de la región, pues brindará una mayor rapidez en la emisión y el envío de los certificados al importador.

Se está impulsando la promoción y el aprovechamiento de los acuerdos comerciales para que las PYMES puedan crecer y tener más mercados. La ALADI ha desarrollado herramientas de apoyo a las PYMES que están disponibles de manera gratuita para todos los operadores de comercio exterior y se ofrece un mercado virtual latinoamericano a través del sitio web (Pymeslatinas.org).

En torno al tema de las empresas de la región, llama la atención, en los últimos años, el significativo crecimiento de la inversión extranjera directa (IED) de las empresas denominadas “multilatinas” o “translatinas”. Según cifras de la CEPAL su mayor auge lo alcanzan en el 2006 con un monto de casi U\$S 40 billones. Si bien estas empresas tienen poca presencia en sectores de alta tecnología, su producción se basa en sectores intensivos en recursos naturales y otras vienen agregando valor y en general aprovechan de los mercados que ofrece la región. La importancia de estas empresas fue destacada por Enrique Iglesias, en el Coloquio “El sueño de la integración latinoamericana: 50 años después”, realizado a principios del presente mes en Montevideo, pues considera que el funcionamiento de las “empresas multilatinas” que hoy explican una parte importante de la inversión regional, constituye una de las áreas claves en las que se deberá avanzar para fortalecer la integración.

Otra herramienta de gran importancia para la dinámica de la economía y el comercio regional es el Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos de la ALADI (CPCR) que tuvo su origen en la época de la ALALC.

Cabe mencionar que en la última Cumbre de la Unidad de América Latina y el Caribe realizada éste año en Cancún, los presidentes encomendaron a la ALADI a trabajar en la difusión y promoción del CPCR, labor que fue cumplida en julio pasado con la realización de un gran evento en Santo Domingo, República Dominicana, el cual contó con una importante concurrencia de representantes de países de toda América Latina y el Caribe.

En suma, la región está mucho más integrada que hace medio siglo atrás gracias a una diversidad de aportes y acciones que se han ido concretando, como las oportunidades que ofrecen los acuerdos suscritos en diferentes campos; una mejora sustantiva del transporte y las obras viales; las telecomunicaciones también se han desarrollado notoriamente; las poblaciones están más interconectadas; se han creado condiciones para las inversiones recíprocas (empresas latinas etc).

Hay trabajos y objetivos pendientes que seguramente los iremos cumpliendo a través de nuevas iniciativas y la complementariedad de los esfuerzos, tal surge de las diferentes reflexiones realizadas en el citado Coloquio.

La muy rica experiencia acumulada de 50 años nos deja vivencias que fortalecen nuestra convicción sobre la importancia de la integración latinoamericana como instrumento idóneo para favorecer el desarrollo económico, político y social de nuestros países.

Al concluir este punto, es oportuno recordar lo señalado por el Presidente de Uruguay, Don José Mujica, quien en la apertura del referido Coloquio señaló que la región tuvo sus frustraciones en las últimas cinco décadas, pero remarcó que la ALADI “siguió haciendo *“un trabajo de hormiga y mantuvo prendida la llama”* de la vocación integradora.

Construyendo la unidad latinoamericana en la diversidad

En 50 años se dieron transformaciones en los procesos de integración latinoamericanos. En el norte, el proceso se ha ido renovando a partir de la consolidación de America Central y ampliado con las negociaciones del Tratado de Libre Comercio que incluyen al bloque centroamericano, República Dominicana y Estados Unidos, más conocido como CAFTA.

En el sur, el proceso tuvo diferentes manifestaciones. Han proliferado diferentes esquemas de integración, particularmente de carácter subregional como la Comunidad Andina (CAN), el Sistema de la Cuenca del Plata, el bloque URUPABOL, el MERCOSUR, la Unión de las Naciones Sudamericanas (UNASUR), y la Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe (ALBA).

Algunos analistas califican este hecho como una tendencia a la diversificación de los acuerdos de integración. Sin embargo, si se tienen en cuenta la diversidad de las estructuras económicas y sociales de los países, la difícil solución de las asimetrías existentes, la diferentes visiones que hacen al desarrollo político, económico y social de los países, así como la heterogeneidad de las estrategias de inserción internacional que se practican actualmente, es posible comprender mejor esta situación pues responde a realidades concretas de intereses de los países. Por otra parte, esta diversificación puede enmarcarse en el concepto de flexibilidad y pluralismo aceptado en las renovadas visiones políticas y también previsto en el propio Tratado de Montevideo 1980.

Lo importante es que prima en la mente de los gobernantes la firme convicción de que la integración es una variable real hacia el desarrollo económico y social y ello es recogido, sin excepción, en todos los tratados constitutivos de dichos procesos de integración subregional.

El tema es encontrar los puntos de coordinación y puentes de entendimiento para que este conjunto de esfuerzos disponga de espacios de complementación para que en base a esta diversidad se vaya construyendo un nuevo estilo de unidad latinoamericana.

Lo destacable es que todos los procesos existentes en nuestra región comprenden temáticas comunes que pueden constituirse en verdaderos vectores estratégicos, donde cada proceso tiene un rol específico a cumplir en torno a grandes temas como:

- la consolidación del comercio regional;
- la integración física, energética y productiva;
- la cooperación financiera;
- El tratamiento de las asimetrías; y
- la dimensión social.

Los escenarios han cambiado desde el año 1960 y parece razonable que también renovemos nuestras maneras de implementar la integración.

En este sentido, cabe recordar que Enrique Iglesias en el referido Coloquio nos decía: *“la idea de la integración comienza a jugar un nuevo papel, pues se trata de la integración como punto de apoyo para el crecimiento económico en un mundo donde hay una nueva sociedad y un cambio en la distribución del poder. Y en ese mundo los países latinoamericanos deben actuar juntos y en convoy”*.

Por su parte, el Dr. José Botafogo, Embajador, Presidente del Centro Brasileño de Relaciones Internacionales (CEBRI) y expositor en el citado evento, al coincidir con Iglesias destacó que *“el siglo XXI ven a ser una excelente oportunidad para superar los obstáculos históricos, geográficos y la falta de coordinación macroeconómica”* y explicó que el progreso tecnológico y la integración en infraestructura pueden ayudar a superar los problemas geográficos.

Por otra parte, el tema de la cohesión social en los procesos de integración no ha estado ajeno en la mayoría de las exposiciones.

Los desafíos para fortalecer la integración latinoamericana

En estas breves reflexiones que hemos realizado se advierte determinadas condicionantes favorables que pueden impulsarnos a encarar las limitantes que presenta el escenario internacional regional y mundial.

Lo favorable es que hay una firme convicción política en el más alto nivel de nuestros países para fortalecer los diferentes procesos de integración; las políticas macroeconómicas presentan un grado de solidez y consistencia que

nos permite ver con confiabilidad la superación de los efectos de la crisis internacional; contamos con una renovada agenda integracionista que muestra las coincidencias en la identificación de los temas prioritarios; hay coincidencias en la necesidad de administrar la diversidad de visiones políticas y económicas en la región; y una favorable disposición de buscar puntos de encuentro común que permita el aprovechamiento en conjunto de los beneficios de la integración.

Estas son las fortalezas, pero ¿cuáles son los factores que pueden limitarnos la tarea de la profundización de la integración económica regional?

Es necesario reconocer que existen, entre otros, factores que nos demandan atención y predisposición para superarlos, donde los procesos de integración pueden brindar aportes significativos. Ellos son:

- las estructuras productivas en la región son muy variadas, lo cual se refleja en el grado de diversificación y la composición de la oferta exportable y su competitividad. Los socios comerciales son aún escasos;
- Los modelos de inserción internacional que se practican en la región, en el económico y comercial, son diferentes y algunos divergentes.
- Los esquemas existentes en la región se desarrollan en dinámicas e intensidades diferentes.
- Persisten las incertidumbres respecto a los efectos de la crisis financiera, particularmente en lo que se refiere a inestabilidad de los precios de las *commodities*, que son parte, prácticamente, de todas las ofertas exportables en la región.

Si cruzamos las fortalezas con los factores a superar, puede concluirse que hay espacios y oportunidades para identificar proyectos y propuestas que nos permita encontrar respuestas comunes para favorecer y fortalecer la integración latinoamericana.

Es el momento de hacer realidad los beneficios de la integración. Necesitamos nuevas ideas, muy creativas, de esta reunión saltan muchas, y para ello es importante trabajar de manera mancomunada entre los diferentes actores y organismos internacionales y junto a los estamentos públicos y privados de nuestras sociedades.

En ese escenario, los esquemas de integración tienen un espacio y un rol muy importante para contribuir al fortalecimiento del proceso de integración de nuestra América Latina. Es una gran responsabilidad que debemos afrontar cuanto antes. Hace poquito, tuve lo honor de asistir a la Reunión de San

Juan, creo que esa reunión significó un soplo de esperanza en los procesos de integración regional. El Presidente Lula la calificó como la gran reunión del MERCOSUR desde Ouro Preto. Al nuestro modesto criterio, se le va bien al MERCOSUR, le va bien ALADI. Porque somos un marco jurídico y a todos conviene que eso se desarrolle. En algún momento de la historia, y también en este Palacio, en un momento de crisis entre países de la América Latina, el Presidente argentino Julio A. Roca, para superarla, visitó oficialmente al Brasil. Y al concluir la visita, pronunció una frase que puede ser uno de los senderos para nuestro futuro: “todo nos une, nada nos separa”. Para cumplirla habían reuniones como esta. Muchas Gracias.

Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Senhores, acabou o grande expediente e eu agradeço muito o pronunciamento do Secretário-Geral da ALADI, agora no parlamento, e temos aqui um Embaixador que foi parlamentar, Affonso Arinos de Melo Franco. Concluímos o grande expediente e começa o pinga-fogo. O Embaixador Celso Amorim fez uma provocação aqui ao Embaixador Rubens Barbosa, que não conseguiu convencê-lo. Eu distribuí um texto aqui também dizendo “Integração para quê?” no sentido de provocação, pois no processo de integração vivemos em uma luta de atenienses e fenícios. Uns que só acreditam nas mercadorias e os outros que querem também a dimensão cultural e política da integração, de modo que com esta provocação, temos aqui os cardeais da casa, e Botafogo é um dos mestres de grande sabedoria. Pediria para que iniciássemos o pinga-fogo com o Botafogo.

Embaixador José Botafogo:

Muito obrigado Jeronimo. Irei direto aos meus comentários. Sei que o tempo é curto e não serei só sintético, serei até telegráfico para poder dar oportunidade aos outros também. Em primeiro lugar, o Ministro Celso Amorim fez uma afirmação com a qual eu concordo plenamente. A prioridade da política externa brasileira, o palco, o cenário sobre o qual exercerá a política externa brasileira no século XXI, sem dúvida alguma, é a América do Sul. Estou perfeitamente de acordo. Acho que esta ideia ainda não está inteiramente absorvida pela sociedade brasileira, mas devemos insistir nela. Até aí vai o meu apoio.

Agora, telegraficamente, vai a minha crítica, como dizem os amigos de fala hispânica: “*Entre el dicho y el hecho hay un largo trecho*”. Entre o que se diz e o que se faz há um enorme espaço e o balanço que tomo liberdade em fazer com relação aos esforços integracionistas nos últimos dez anos é extremamente modesto e negativo. O MERCOSUL esteve em letargia inconstitucional durante todo esse tempo, com uma pequena comoção agora, como disse o nosso Secretário-Geral da ALADI em São Juan com os acordos de código aduaneiro e de dupla cobrança da tarifa aduaneira. O Ministro também mencionou o caso da água mineral do Uruguai. Eu vou mais adiante, acho que simbolicamente, eu não posso multiplicar os exemplos, considero que o caso do Uruguai é um caso extraordinário para mostrar como fomos pouco eficientes dentro do MERCOSUL e particularmente em relação ao Uruguai. Para mim, o caso mais grave é que o governo brasileiro não tenha interpretado como sendo um problema do MERCOSUL a divergência entre Argentina e Uruguai nas papeleiras. Difícil entender a razão dessa distensão brasileira. De qualquer maneira ela ocorreu, colocou profunda frustração dentro do Uruguai, politicamente falando. É inadmissível que durante anos um grupo não governamental argentino fechasse duas pontes e que não deixasse transitar, com complacência do governo argentino, independentemente do mérito da questão – que está sendo submetida à Haia, e alguma decisão já foi tomada – e o Brasil dizer que é uma decisão bilateral. Acho que isso compromete a imagem do Brasil na sua liderança regional e justifica, ou se não justifica pelo menos explica, o fato de que muitas críticas têm sido feitas sobre a atuação brasileira em lugares distantes como é o caso do Oriente Médio e do Irã. Não porque a ideia seja ruim. Ninguém é contra a paz. Mais uma vez citando uma frase americana que é muito interessante: “ninguém é contra a maternidade e torta de maçã, todo mundo é de acordo”, mas falta a credibilidade se não se consegue nem impor uma norma crível e uma intervenção no MERCOSUL. Então esta aqui é uma crítica que eu faço de maneira telegráfica, porque poderia dar muitos outros exemplos.

A terceira observação que eu farei, atendendo também à solicitação do Embaixador Jeronimo Moscardo, é a questão da sabedoria. A sabedoria a gente tem a partir de uma análise da história da geografia, tanto no processo de descolonização da América do Sul e da América Latina no século XIX, como no processo econômico. Vimos que temos dois fatores histórico-geográficos que são muito fortes. Na descolonização, temos três processos: o processo mexicano de independência, que é muito

diferente do que se passou na América do Sul, para bem ou mal do México, como dizia aquele presidente mexicano: “bom para o México, muito longe de Deus e muito perto dos Estados Unidos”. A independência mexicana coincidiu com a fase de expansão territorial americana e o México perdeu uma boa parte do território. Na América do Sul, temos duas vertentes completamente diferentes à vertente do Pacífico: a dos países de herança hispânica e que geraram os nomes que foram mencionados pelo Secretário Estigarribia, como San Martín, Bolívar e O’Higgins; e do Brasil, a nossa independência foi quase que diametralmente oposta, pois os nossos libertadores eram da Coroa portuguesa, então é um processo completamente diferente. Disse, em Montevidéu, com um pouco de brincadeira, que no Brasil o fato de O’Higgins ou San Martín e Bolívar serem libertadores nos diz muito pouco. Vamos reconhecer as nossas diferenças para superá-las. Com isso eu quero dizer o seguinte: não é eficaz fingir que as diferenças não existem. Temos de começar a reconhecê-las e, a partir do reconhecimento delas, superá-las. A começar pelo MERCOSUL, temos de dar uma ênfase muito particular ao MERCOSUL. Todos sabem que sempre fui quase fanático pelo MERCOSUL, apesar de acharem que estou até meio antiquado, meio gagá, nesse meu apoio ao MERCOSUL. Mas eu acho que não. Mas temos muita coisa ainda e aqui estou vendo uma frase sua, Jeronimo Morcardo, no final das conclusões que é muito importante, que diz assim: ninguém vive no Estado, a pessoa vive e convive na cidade, na rua e na vizinhança. É essencial fazer a integração relevante para habitantes da Grande São Paulo, Porto Alegre, Montevidéu, Buenos Aires, Caracas e Lima. Pois bem, essa realidade não existe ainda em muitos lugares. Voltando ao Uruguai, já que o Ministro me deu a chance para falar do Uruguai, sabemos que até hoje – os outros podem confirmar isso aqui – há um hospital em Santana do Livramento que teve de contratar uma enfermeira uruguaia porque as enfermeiras brasileiras estavam em greve e, para que as crianças e os doentes da cidade não sofressem prejuízo, o hospital contratou uma enfermeira uruguaia que tinha de atravessar uma rua para ir trabalhar. Ela está sendo processada pelo Conselho Regional de Medicina, pois uma enfermeira uruguaia não pode exercer a profissão no Brasil. Então, estes são os aspectos que ainda não estão superados, o que demonstra falta de empenho político para superar as dificuldades.

Sou muito crítico entre discursos que estão corretos e a execução que está muito frágil. Lamentavelmente não quero prorrogar aqui outros

comentários, porque acho que os que tenho são suficientemente provocativos. Se me derem a chance eu voltarei com outros adicionalmente. Obrigado.

Embaixador Affonso Arinos de Mello Franco Filho:

Muito tocante é tema dessa reunião. Eu faço minhas as palavras do Embaixador Botafogo Gonçalves, com o acréscimo apenas que temos instituições demais para conteúdo de menos. Acho que a integração latino-americana podia se concentrar mais, de uma maneira mais fecunda, mais produtiva, e se dissociar menos por tantas organizações. O conteúdo não está justificando o número de continentes. Irei pedir permissão para mudar de assunto, não vou falar disso não, é porque o Ministro Celso Amorim, ao sair, nos lembrou de que faltam quatro meses para o fim de suas funções à frente da nossa Casa. Eu queria lembrar o seguinte, se ele estivesse aqui, se dependesse dele para qualquer coisa, não teria falado, nãoalaria, mas como não dependo dele para nada e ele nem está aqui, queria lembrar o seguinte: queria lembrar que devemos uma palavra de gratidão a este nosso companheiro que durante oito anos muito difíceis defendeu com honra, com coragem e com dignidade os interesses, que não são só dele, são da nossa casa, do nosso governo e do nosso país. Ele terá errado, mas o que ele pode ter errado e certamente terá errado no varejo, ele sempre acertou no atacado, e isso é que é importante, quer dizer, a direção que ele deu à política externa brasileira. Acho que posso falar disso. Fui muito próximo de dois homens, Affonso Arinos e Santiago Dantas, que começaram a Política Externa Independente, que é uma expressão que não gosto, pois, para mim, a política externa não é independente, ela depende sempre do interlocutor, da conversa que estamos tendo com o interlocutor. O que tem de ser independente é a diplomacia, a diplomacia não pode perguntar aos outros onde estão os nossos interesses. Nós é que sabemos onde estão os nossos interesses. E então essa necessidade, essa linha de conduta, tem sido obedecida à risca pelo atual governo e, sobretudo, pela atuação da nossa casa, que eu, embora seja um velho Embaixador aposentado, tenho a honra de pertencer, e que é o Ministério das Relações Exteriores.

Reparem só o significado e o sentido dessa reunião, que se dirige aos jovens e, graças aos Embaixadores Moscardo e Cardim, a sala está cheia de jovens. Aliás, convoco, sugiro e lembro a todos eles que o Itamaraty e o Instituto Rio Branco estão abertos para todos vocês, sobretudo, para as

mulheres. Lembrem-se especialmente das mulheres, porque está cheio de moças aqui e, confesso a vocês, que as mulheres são melhores diplomatas que os homens, pois vocês têm mais tato do que nós. É obvio que vocês têm mais tato que nós. Nós temos hoje embaixadas, das mais importantes embaixadas do Brasil, entregues a grandes Embaixadoras, de modo que tanto as jovens alunas quanto as jovens professoras que aqui estão, sugiro que não se esqueçam que vocês têm uma bela carreira pela frente. E, no que me toca, fico honrado de permanecer e continuar em contato com vocês. Essa é uma grande casa e espero que com a direção, com as sugestões e com o que estão fazendo hoje o Jeronimo e o Cardim, que é aproximar o povo, acabar com esta história de que diplomacia é “torre de marfim”, aliás como a Academia Brasileira de Letras também não é. Hoje você tem letras de Vinícius de Moraes, Chico Buarque, Noel Rosa, que eram grandes poetas e não foram necessariamente grandes acadêmicos. Então vamos aproximar o Itamaraty do povo, dos jovens, dos alunos e dos estudantes e fazer do Itamaraty cada vez mais uma maior casa, porque quanto mais democrática for a casa, mais próxima do nosso povo ela será, como ela sempre foi, uma grande casa.

Luiz Eduardo Melin - Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda:

Muito bom dia a todos. Gostaria, antes de mais nada, de agradecer o convite para estar na companhia de vocês hoje. Espero também ser bastante breve, em respeito à oportunidade, para que todos possam fazer o seu comentário. Antes de começar, gostaria somente de anotar em relação à classificação que o Embaixador Jeronimo fez, que entre atenienses e fenícios, eu digo que me situaria como um cidadão de Corinto, não para dizer que eu seja corintiano, mas por causa de uma abordagem excessivamente, talvez, pragmática, que, em alguns casos, acabo me rendendo o epíteto de espartano. Mas enfim, de qualquer maneira, eu gostaria de dizer que, do ponto de vista do envolvimento do Ministério da Fazenda, do esforço do governo como um todo, que muito fez em prol da integração sul-americana nesses últimos anos. Gostaria de sublinhar um ponto só para destacar, na verdade a agenda vai muito além desse único ponto, mas vamos centrar fogo em algo que surgiu como extremamente importante nesses últimos anos: foi o reconhecimento da importância da integração financeira na nossa região, ou seja, a integração financeira, a criação de instrumentos concretos de facilitação, não apenas do comércio. Facilitação comercial sim, mas também facilitação ao crédito e

facilitação de investimentos diretos e indiretos, intrarregionais, entre os países da região. Essa é uma instância de extrema importância, porque ela ajuda a dar corpo, materialidade e a diminuir aquela distância, de que falava tão bem o Embaixador Botafogo, entre o que se diz e o que se faz. Ou seja, na pauta de integração financeira estão discutindo ferramentas, estão discutindo um conjunto de instrumentos para que as iniciativas ganhem materialidade. Nesse sentido, acho fundamental ver tanto como os instrumentos da região têm evoluído quanto como novos instrumentos têm se estruturado e sido propostos. Do ponto de vista dos esquemas e dos instrumentos mais tradicionais obviamente e na presença do nosso Secretário-Geral Estigarribia, com quem tive a honra de estar num recente e muito estimulante encontro em Santo Domingo, no qual a ALADI procurou demonstrar a países ainda não membros do convênio do crédito recíprocos e pagamentos, as vantagens de fazer festa desse acordo, gostaria de ressaltar obviamente o CCR.

O CCR é um instrumento já antigo, é um acordo que já vigora desde os anos 60 e tem um histórico de funcionamento absolutamente exemplar no sentido de facilitação de comércio em nossa região e teve a flexibilidade – demonstrou historicamente esta flexibilidade – e pôde ser adaptado a circunstâncias diferentes que se apresentaram nas diferentes décadas e, na última década, justamente serviu para que, entre os países da região, se pudesse promover um estímulo decisivo ao financiamento de projetos de infraestrutura. Isso foi fundamental. Infelizmente algumas das apostas que havíamos feito para o desenvolvimento da infraestrutura na região não se demonstraram tão eficientes, tão eficazes como se esperava. Obviamente a importantíssima discussão que houve no âmbito da IIRSA falhou em produzir, pelo menos no nível das expectativas geradas, a concretização de projetos de infraestrutura na nossa região com o apoio dos organismos financeiros multilaterais. Um grau talvez excessivo de condicionalidades e pedidos, um certo preciosismo na execução e no apoio a projetos. Nessa última década, esses investimentos foram retomados, em grande parte, com o mérito da utilização do convênio que se tem adaptado e está agora no limiar de discussões para sua modernização, dinamização e para que possa ser mais amplamente usado na região.

Mas nem só de CCR vive a integração financeira, muito pelo contrário. Nesses últimos anos, temos visto iniciativas concretas prosperarem, iniciativas novas e muito interessantes. A primeira delas é o sistema de pagamentos em moeda local, já implementado entre Brasil e Argentina e entre Brasil e Uruguai,

depois de uma série de tratativas muito interessantes entre os ministérios de economia e os bancos centrais. Esse sistema, no início, serve, sobretudo, às micro, pequenas e médias exportadoras e facilita muito o comércio de fronteira, mas ele tem o condão de ser expandido, ampliado, ter a ele associado mecanismos de crédito e tornar-se atrativo também para, além de uma gama maior de micro, pequenas e médias empresas, para empresas de maior porte. Os governos dos países onde já está implementado esse sistema (Brasil, Argentina e Uruguai) têm feito consultas a bancos comerciais privados e a exportadores da região justamente no sentido de passarmos a uma segunda etapa do sistema de pagamento em moeda local, ampliando a sua atratividade e o dotando de instrumentos mais eficazes de funcionamento. Além disso, há a perspectiva de que, até o final do ano, outros países da região, estamos pensando em pelo menos mais três países da região, iniciem consultas técnicas entre bancos centrais para que possamos ter brevemente a introdução do sistema de pagamento de moeda local do Brasil com esses outros países.

Temos visto uma série de outras iniciativas que gostaria de sublinhar e que devem ganhar grande impulso a partir da constituição do Conselho Ministerial de Economia e Finanças da UNASUL, que está sendo proposto agora e que nasceria com uma câmara técnica vice-ministerial, que é um locus para, em certa medida, fazer aquilo que o Embaixador Affonso Arinos sugeria: focar, concentrar a discussão institucional especialmente em temas técnicos como esse num locus onde os países tenham os seus especialistas que são responsáveis pelo manejo, pela condução da política econômica no dia a dia, aptos a tomar decisões mais rápidas e, já de partida, mais bem conformadas tecnicamente. Então, no âmbito do Conselho de Economia e Finanças da UNASUL, o Brasil já tem uma série de propostas que dizem respeito, só para enumerar muito rapidamente, à criação de um mecanismo regional de garantias bancárias e financeiras, de seguros de crédito, de avais, pois tão importante quanto financiamento para as iniciativas da integração, tão importante quanto o crédito, é a possibilidade de os países disporem de acesso a esses instrumentos, no mundo de hoje, tanto para ter acesso a *fundings*, a fundos na região, como para fundos internacionais, poder ter acesso a essas garantias, seguros de créditos e avais. Há uma proposta de se estudar como isso pode ser feito. A administração conjunta de pequena porção, pequena parcela das reservas internacionais, tal como é feita pelo FLAR (Fundo Latino-Americano de Reservas), que é uma instituição exemplarmente administrada por bancos centrais de alguns países da região

e que tem um *rating* internacional muito bom, uma qualificação técnica excelente, e, nesse sentido, a ideia de que se esse instrumento possa ser aprofundado, ampliado, e possa contar com o apoio da UNASUL para que todos os países que assim o desejem, quando o desejem, e como o desejem possam a ele aderir. E, por fim, obviamente as iniciativas no ano âmbito de mercado de capitais, que são fundamentais.

A ideia de termos juntos não apenas os reguladores públicos, mas também os agentes privados que operam nas bolsas e nos mercados de capitais dos diversos países para que possamos mapear desde logo aquilo em que há convergência, aquilo em que há semelhança entre os nossos sistemas de mercados de capitais, para que possamos promover a facilitação de acesso, ou seja, as empresas dos países que vejam como oportuno, vejam como vantajoso lançar mão do mercado de capitais de outro país, ou seja, uma empresa brasileira que queira ter acesso ao mercado de capital chileno ou uma empresa peruana que queira ter sua ação cotada no mercado de capitais brasileiro possa fazê-lo com mais facilidade, com menos impedimentos de ordem administrativa e financeira.

Nesse sentido, as propostas estão sendo pautadas, estão sendo discutidas, e tudo isso não se deve apenas à disposição e à liderança que o governo brasileiro tem demonstrado, apesar de que esse é um fator muito importante. Isso se deve a uma realidade subjacente a esse processo, que é a realidade de uma primeira onda de internacionalização de empresas na nossa região, é uma onda que é bem sucedida e está agora, enquanto falamos, sendo acompanhada por uma primeira onda de internacionalização de instituições financeiras. Estamos falando de bancos, de seguradoras e de financeiras. É natural que isso ocorra onde as empresas estão, obviamente as instituições financeiras acompanham e as oportunidades de negócio se revelam. O Banco do Brasil tem um plano de negócios internacional recém-aprovado, que prevê a quintuplicação dos ativos na América do Sul ao longo dos próximos cinco anos. Não é preciso fazer uma “futuurologia”, é apenas bom senso na feitura da projeção que indica que, como ensejo, como consequência dessa primeira onda de internacionalização de instituições financeiras, teremos uma segunda onda, uma segunda leva, de internacionalização de empresas, porque obviamente a disponibilização do crédito e das garantias e a possibilidade de financiar o capital de giro e de financiar os investimentos produtivos, induz, facilita aquelas empresas que estão buscando um horizonte de rentabilidade e uma

possibilidade de crescimento e de expansão internacional, as induz a buscar os novos mercados, a dar o primeiro passo e trabalhar para além das fronteiras do seu país de origem. Então acreditamos que esses próximos dez anos – especialmente com o fato de que a economia principal da região, que é o Brasil, está com um crescimento contratado, projetos de investimentos previstos de grande magnitude, portanto poderá ter a vocação de liderar o crescimento na região – seremos as testemunhas de um movimento bastante vigoroso de internacionalização na nossa região. Cabe, portanto, aos nossos governos corresponder a isso, pavimentar o caminho e ter a seriedade técnica e a habilidade negocial de encontrar as ferramentas que facilitarão este movimento com vistas à prosperidade, à maior produtividade da região, e à maior competitividade no cenário internacional. Muito obrigado.

Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Obrigado ao Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, que é um dos grandes negociadores brasileiros e fala também com grandes responsabilidades em termos estruturais. Vamos ouvir agora Rubens Barbosa, que é um dos cardeais que promovem o Vaticano. Vamos ouvi-lo.

Embaixador Rubens Barbosa:

Eu, seguindo a linguagem parlamentar do Embaixador Jeronimo, iria pedir um direito de resposta, já que tinha sido citado duas vezes, mas aguardei aqui tranquilamente a minha vez. Em relação aqui ao que o ministro Celso Amorim falou, acho que há pontos de concordância, poucos é verdade, meus com ele. Um dos pontos de concordância é em relação à estratégia de integração regional. Onde divirjo e não concordo é em relação ao método, às táticas e às políticas que estão sendo seguidas. Então, pela minha experiência, eu que fui Embaixador na ALADI, iniciei aqui no Itamaraty estruturalmente o departamento e depois a Sub-Secretaria de integração, tenho acompanhado e fui o primeiro coordenador nacional do MERCOSUL, estou plenamente convencido da importância da integração regional e do MERCOSUL. Os comentários que faço são construtivos no sentido de que tudo o que se conseguiu até agora foi em razão do que aconteceu nesses últimos anos. Fiz, para me limitar ao que foi proposto nesses cinquenta anos de integração e pensei um pouco para tentar

elaborar alguns comentários gerais sobre como é que se desenvolveu esse processo de integração nesses últimos 50 anos e cheguei a dez pontos que, a meu ver, caracterizaram esse processo até hoje. Irei, sem entrar em detalhes e também telegraficamente, citar o que, na minha visão, foi a base desse processo de integração.

Primeiro, acho que, em todos os principais marcos do processo de integração, a criação da ALALC, a criação da ALADI, o programa de integração e cooperação econômica com a Argentina e o MERCOSUL, houve uma forte influência do Brasil como propulsor do processo. Então, o primeiro ponto é que o Brasil está integralmente voltado, desde os anos 60, e o ministro Celso Amorim mencionou com muita ênfase o papel da CEPAL, desde aquele momento o Brasil conduziu o processo de negociação e influenciou muito em todos os países.

O segundo ponto é que, em todos esses quatro marcos, a criação da ALALC, a criação da ALADI, a negociação do PICE com a Argentina, dentro do programa de integração e cooperação econômica, e a criação do MERCOSUL, houve um papel preponderante das chancelarias e, por isso houve uma ênfase política muito grande, em detrimento da área econômica. Quem prevaleceu nessas negociações foram sempre as chancelarias e, sobretudo, a daqui do Brasil.

O terceiro ponto é a ausência da cultura de integração no âmbito dos governos, quer dizer, isso ocorre com todos os países, não é só aqui no Brasil.

O quarto ponto é a contradição que existe entre os programas econômicos internos e o esforço integracionista. Nós sabemos os diferentes momentos de crise por que passou cada um dos países da região, o *timing* é diferente e a área econômica sempre resistiu ao processo, ao cronograma da negociação comercial.

O quinto ponto é a questão do protecionismo, que desde a ALALC até agora no MERCOSUL, no começo do processo de integração, o protecionismo era dado pela filosofia da substituição de importações e depois pela proteção das indústrias e hoje se dá pela crescente lista de exceções no MERCOSUL e nos outros países. E isso é até hoje, lembram os jornais todo dia, mais restrições, inclusive agora recentemente aqui no Brasil foram aprovadas medidas para retirar e incluir na lista de exceção outros produtos. Enfim, este problema do protecionismo, disfarçado de várias maneiras, existiu desde o começo e continua até hoje.

O sexto ponto é a relutância do setor privado em aderir a estas negociações. Isso ocorreu desde o começo e nós sabemos que a ALALC fracassou justamente pela oposição dos empresários e era uma negociação muito mais complicada, porque era uma negociação multilateral, depois com a ALADI, com as negociações setoriais, acordos bilaterais ou de grupos de países, melhorou um pouco. Mas havia sempre oposição, inclusive de multinacionais que não queriam perder a reserva de mercado que havia aqui na região com a redução das tarifas e a negociação das margens de preferência no âmbito da ALADI.

O sétimo ponto é a questão do irrealismo das propostas talvez até fazendo uma meia-culpa, pela preponderância das chancelarias e não da área econômica. O Ministro chamou isso de visão, de visionários, mas na realidade como é que a gente pode considerar a ALALC querer criar – com essas limitações todas que eu mencionei – uma zona de livre comércio na região em doze anos, a ALADI criar em curto prazo uma área de preferência tarifária e um mercado comum, o PICE, o acordo com a Argentina, criar um espaço econômico comum em dez anos e o MERCOSUL criar um mercado comum até 31 de dezembro de 1994? Quer dizer, tendo sido assinado o acordo em março de 1991 como os senhores sabem. E na ALADI hoje, a criação de um espaço de livre comércio, está sendo discutido isso. Esse irrealismo que caracterizou as negociações com uma ambição talvez exagerada também é uma das características da negociação de integração aqui na região.

O oitavo ponto é a ausência da vontade política dos governos e dos setores privados de levar adiante esta negociação. Estamos vivenciando isso, quer dizer, minha observação sobre o MERCOSUL é justamente a falta de uma vontade política de avançar, consolidar, reduzir os descumprimentos do Tratado de Assunção. E no setor privado é a mesma coisa, porque continua havendo muita resistência.

O nono ponto é a contradição entre a visão comercialista e a visão desenvolvimentista dentro das negociações do processo de integração. A integração é um processo e esses pontos todos estão presentes em todas as etapas dele.

O último ponto, que foi mencionado aqui também, é a questão da retórica e da realidade no processo e eu, inclusive, quando chefei essa área aqui durante alguns anos, tinha consciência disso. Até certo ponto é papel do governo mostrar as virtudes e as vantagens, agora, há um certo excesso na pintura do quadro de maneira muito mais retórica do que ocorre na realidade.

Para concluir, vou citar dois exemplos do Ministro Celso Amorim aqui hoje como mostra dessa diferença entre a retórica e a realidade. Primeiro ponto, com isso eu encerro, o ministro Celso Amorim se referiu à questão das manufaturas e à importância disso e o mercado do MERCOSUL e etc., isso é retórica, quando na realidade as exportações das manufaturas estão caindo. Houve um déficit brutal nesse último ano até agora, quer dizer, no ano passado e no primeiro semestre, na exportação, na balança de comércio de manufaturas. Há um déficit brutal na balança comercial brasileira de produtos industriais. Há uma perda de competitividade das manufaturas com o custo Brasil impedindo que consigamos manter não só o mercado interno como o mercado regional. As manufaturas brasileiras estão perdendo espaço para as chinesas aqui na região e aqui dentro do mercado interno também estão perdendo espaço. Os produtos de alta tecnologia na pauta de exportação brasileira hoje são apenas 5%. Comentei, muitas vezes, que há maneiras de tentar, dentro da negociação, remediar essa perda de competitividade do setor industrial e do setor exportador, que, como o Ministro disse, sempre foi o grosso das exportações brasileiras para América Latina e para os EUA. Acontece que estamos perdendo mercado nos EUA e aqui na América Latina. Uma das razões para a perda aqui na América Latina é porque não negociamos o aprofundamento dos acordos de complementação econômica que são negociados no âmbito da ALADI. Nesses últimos anos, não houve negociação para aprofundar e aumentar a margem de preferência para estes produtos. Algumas medidas foram tomadas, não há dúvida, recentemente, medidas de apoio, medidas que o setor privado não considerou adequada, a criação do EXIMBANK, mas a questão da presença da China aqui na América Latina e a perda de competitividade dos produtos brasileiros não está sendo enfrentada. E, finalmente, a questão da participação do MERCOSUL no comércio exterior brasileiro. O ministro disse, com muita ênfase, que era muito bom que o MERCOSUL tivesse ultrapassado o comércio que mantemos com os EUA. Isto me preocupa. Primeiro porque a participação do MERCOSUL dentro do comércio exterior brasileiro é cadente. Em 1989, o MERCOSUL representava 16% do comércio exterior brasileiro, hoje representa aproximadamente 10%. Em 1999, foi menor do que em 1998. Está caindo a participação do mercado do MERCOSUL. Em compensação, no mercado americano, que é o maior mercado do mundo, nós estamos caindo, as exportações brasileiras estão caindo. Vejo isso com grande preocupação. E, para finalizar, eu queria lembrar aqui uma frase talvez

que não esteja aqui sendo citada e me lembrei de cabeça agora, uma frase do tão famoso Simón Bolívar. Ele disse que é mais fácil arar o oceano do que fazer a integração aqui da região. Obrigado.

Darc Costa - Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul:

Bom dia a todos. Eu queria primeiro mostrar meus agradecimentos pelo convite que recebi e me desculpar, porque não pude fazer um texto. Andei viajando e trabalhando muito e não tive condições de escrever, mas queria parabenizar também pela quantidade de jovens que há aqui e é para esses jovens que gostaria de falar. É importante que vocês saibam que, como seres racionais, o que nos move são os sonhos e as ideias. As ideias se usam para construir o sonho. E dizem, no Nordeste do Brasil, um negócio muito interessante: “nada mais pode atrapalhar uma boa ideia do que o mau pensamento”. O mau pensamento destrói uma boa ideia. E o que nós vivemos no Brasil é a égide do mau pensamento. Vou explicar isso melhor para vocês.

Temos praticamente, nos últimos anos, os anos mais recentes, vivido exclusivamente do discurso liberal, que foi um discurso criado pelos ingleses, primeiro por Adam Smith, depois muito mais bem estruturado por David Ricardo, para montar um esquema tal que mantivesse suas vantagens competitivas por terem começado o processo de industrialização. Mas isso foi observado logo pelos outros e os americanos, por exemplo, Hamilton, propuseram uma coisa diferente. Dizia Hamilton: “os ingleses ficam nós vendendo discursos de que nós só temos que ser um país agrícola, mas se formos só um país agrícola como teremos os arsenais necessários para manter a nossa independência?”. Informe-se dos assuntos das manufaturas. Hamilton, um dos pais fundadores dos EUA. Depois isso foi contestado por um filósofo alemão chamado Ficht, que disse o seguinte: “essa ideia de deixar as forças do mercado jogarem soltas conspira contra a ordem humana, porque nós somos solidários, temos de cuidar daqueles que não tem condição de se defrontar com o processo de competição”. E aí começa todo o discurso do socialismo fichtiano. Houve outro indivíduo, chamado Friedrich List que, aproveitando a ideia de que era necessário estruturar os países, que eram retardatários num sistema econômico capaz de colocá-los junto à Inglaterra, pegou a ideia de um sistema americano de economia e constituiu o que chamaram de protecionismo. O que era o protecionismo? A ideia de que

você tem que defender as indústrias nascentes. Alguns liberais também aceitam isso, Stuart Mill aceita isso, etc. Mas era a ideia de que você não pode colocar no mesmo ringue, o Cassius Clay com um bebê, porque se o fizer evidentemente o bebê não tem nenhuma chance. Mas esta teoria do protecionismo, foi desenvolvida em uma visão mais ampla. Ele dizia o seguinte: estava buscando constituir a Alemanha, que na época em que ele escreveu isso era um conjunto de principados, o reino da Baviera, o reino da Prússia, etc. Ele vendeu o seguinte: vamos constituir uma coisa chamada ZOLLVEREIN. Vamos fechar este nosso mercado de forma a incentivar as vantagens comparativas locais que existem dentro deste mercado de maneira a constituir uma indústria competitiva. O sucesso disso todos vocês sabem, em 1913 a Alemanha tinha mais produção industrial do que a Inglaterra.

O protecionismo é uma forma de estruturar os mercados, mas o pensamento liberal não aceita isso e os retardatários ficam sempre dependentes do discurso de que eles têm de ser fornecedores de matéria-prima e não podem pensar em se industrializar, apesar de todos os retardatários saberem que a acumulação se dá na inovação e a inovação é muito mais rápida na indústria do que em outros setores da economia, mas “vocês não podem, vocês não fazem o que eu fiz, façam o que eu falo”.

É isso o que temos observado e este pensamento prevalece aqui. Estou aproveitando que estou falando para os jovens para vocês entenderem que existe muito mais coisa na economia do que o simples pensamento de Adam Smith e Ricardo, o pensamento de economia política liberal.

Aproveito isso para dizer a vocês o seguinte: “a ALADI, a CEPAL, uma série de coisas que conspiraram para o desenvolvimento da região tiveram a sua origem em um personagem que aqui passou na década de trinta, que foi profundamente influente no centro da indústria do estado de São Paulo, quando os industriais de São Paulo pensavam em constituir a sua própria indústria, chamado Mihail Manoilescu, que escreveu um livro sobre teoria do protecionismo”. Esse indivíduo foi o responsável pelas teses de que era necessário proteger, estruturar e construir o mercado e isso foi feito, porque durante 50 anos estas teses prevaleceram no Brasil, até 1980. Depois caímos de novo no velho discurso liberal tão próprio das oligarquias paulistas. Este é o nosso problema. Temos de entender qual é o problema. Estamos diante dos chamados ciclos históricos da volta do protecionismo, como o senhor colocou muito bem.

O protecionismo hoje se apresenta de outra forma, não é mais pela taxação. Taxação também existe, mas há outras formas de se construir o protecionismo, coisa que devíamos explorar. Essa questão da presença chinesa aqui decorre do fato de que não exploramos essas facilidades que o chamado mundo moderno proporciona em termos de proteção. Então qual é o nosso problema em síntese, é que temos uma política externa coerente, avançada e que não é acompanhada por uma política interna econômica liberal. O Banco Central representa os interesses do sistema financeiro internacional e não cuida da atividade produtiva no Brasil. Alguém tem de ter coragem de dizer isso. Essa é a questão central. Se mantivermos uma política econômica com vocação para o sistema financeiro internacional e uma política externa como vocação para a integração, será muito difícil construirmos essa integração, porque na verdade estamos submetidos a um pensamento ruim, que está estragando uma boa ideia. Muito obrigado.

Silvia Portela - Representante da CUT:

Em primeiro lugar, queria agradecer o convite principalmente ao meu amigo Ministro. Sempre acho que é Embaixador, mas enfim, Ministro Paulo. Queria agradecer o Embaixador Cardim, para quem não saiba, fomos colegas de faculdade. Claro que ele é bem mais velho do que eu, mas enfim, fomos contemporâneos na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Queria saudar o Presidente da FUNAG, que eu não tinha tido o prazer de conhecer. Depois irei lhe cobrar uma continuidade de uma parceria dos sindicatos com a FUNAG que acho que foi excelente, e irei falar dela. Agora queria fazer um protesto: me colocar para falar depois dos dois polos ideológicos e com uma verborragia tremenda é sacanagem comigo. Vou ter que sair pelo meio, pela linha social democrática e fazer um discurso absolutamente pragmático. Segundo protesto, São Paulo não tem pensamento único, então faça o favor de falar dos paulistas, os pensamentos são diversificados está certo? Eu já aprendi que a melhor forma de você entrar em um ambiente que tencionou, depois desses dois discursos, é entrar com algumas piadas, algumas brincadeiras sempre.

Alguém falou aqui do Embaixador Affonso Arinos, que eu gostei muito e queria subscrever o que ele disse a respeito do ministro Celso Amorim, que acho que, sem dúvidas, foi um excelente Ministro, está sendo um excelente Ministro, porque ainda não saiu. Queria também dizer que o presidente Lula,

sem ter uma formação diplomática, é o Ministro de Relações Exteriores do Brasil junto com toda a equipe, mas eu acho que é uma coisa fantástica de ver o crescimento do presidente nessa direção. Mas a necessidade de aproximar o Itamaraty do povo é um negócio. Vindo para cá, tomei um taxi no aeroporto e falei para o motorista: “vou ao prédio antigo do Itamaraty, o senhor sabe onde é?”. Ele falou: “assim eu não sei”. Daí eu expliquei e ele falou: “já sei”. Eu falei: “é um prédio muito bonito”. Ele falou: “deve ser muito luxo, é do Itamaraty”.

Essa é uma visão distante. Acho que isso reflete muito um período longo em que a política externa brasileira era simplesmente uma ação de Estado, tendo em vista a política econômica, o fechamento dos mercados, ou seja, um processo que se vivia em todo período que não dá para dizer se é bom ou ruim – eu acho que o período desenvolvimentista, para o desenvolvimento do Brasil, foi fundamental. E foi isso que, inclusive, diferenciou o regime militar brasileiro dos nossos vizinhos, obviamente com todas as críticas que qualquer um de nós faria a um regime ditatorial: ele deu continuidade a esta política desenvolvimentista. Isso que nos diferencia fundamentalmente hoje dos nossos vizinhos. Temos a diferença de tamanho, mas temos uma política que teve continuidade do ponto de vista da produção, apesar da década de 1990 ter sido bastante complicada para economia e principalmente para o trabalho e isso nos diferencia. Então, acho que esta distância é fruto deste processo, ou seja, quando a ALALC foi criada e, depois na sua sucessão, a ALADI se constituiu foram períodos políticos e econômicos muito diferentes, quer dizer, a ALALC me dá a impressão, olhando muito para o modelo europeu, sem a dimensão das diferenças da América Latina e da Europa e do processo em construção, e a ALADI já entrando na linha, quando a ALADI estabeleceu a possibilidade de fazer o regionalismo aberto, já entrando na linha inclusive da OMC, etc. Ou seja, uma combinação que foi refletindo as mudanças na região.

Agora queria fundamentalmente falar do presente, porque me preocupa muito. Tive participação nos últimos anos e acompanhei algumas atividades da ALADI, antes do Embaixador Régis, já junto com o Embaixador Pericás, com quem aprendi muito, assim como o Embaixador Botafogo, que é o meu mestre no MERCOSUL, não só nisso, mas em toda área de política. A dificuldade que se tem é como se estabelecer uma conjunção, uma intervenção nesse processo de discussão da ALADI. Conseguimos reativar, através de uma ação do Embaixador Pericás, que foi excelente, o Conselho Assessor

Trabalhista da ALADI e o Conselho Empresarial. Aliás, eu quero contar outra piadinha para vocês que eu acho muito simpática.

Fui eleita Primeira Presidenta do Conselho Assessor Laboral da ALADI e junto comigo foi eleito um Vice-Presidente, que era um senhor com mais de 70 anos, ainda sindicalista na Venezuela, e um rapaz boliviano, que, com origem indígena – eu diria que teria um metro e cinquenta de altura. Então fizemos um brinde, tirei uma foto com os dois e fiquei me imaginando na foto entre um velho e um índio e comentei isso com o meu psiquiatra e ele falou assim: “Silvia, não deve ser um cargo importante esse”. Eu falei: “por quê?”. Ele respondeu: “tem um velho, tem um índio e uma mulher. Que importância terá esse cargo?”. Ele é realista. O que quero dizer é que, apesar da piada parecer um pouco machista, e eu sou realista da condição feminina, e brigo, inclusive, para melhorar isso, a gente se sente um pouco assim na ALADI.

Hoje você tem a ALADI, o MERCOSUL é outro processo diferente e não dá para você comparar com ALADI, mas aí você tem a criação da UNASUL, aí você tem a criação da CALC. Qual é a relação entre uma coisa e outra, primeiro? As decisões que haviam sido tomadas pareceram ser muito interessantes em relação à ALADI. Queriam que ela fosse a base técnica da UNASUL e eu não consigo perceber, na prática, como isso efetivamente está acontecendo. Então a minha primeira interrogação para as pessoas que têm condição, Embaixador Regis, o Paulo, enfim é: “como nós vamos trabalhar ou como estamos trabalhando?”. Porque estas superposições de estruturas parecem enfraquecer e não fortalecer um processo de integração. A gente conseguiu, com muita dificuldade e graças à habilidade diplomática do Embaixador Pericás, introduzir o tema do trabalho na agenda da ALADI. O trabalho como um fator econômico e não como fator social ou trabalhista, porque se você está discutindo os efeitos de um processo de criação em um espaço de livre comércio, você tem de levar em conta como isso vai impactar no fator trabalho. Imediatamente isso foi transformado numa resolução política, tudo pelo social e tudo pelo social não resolve a questão. Assisti a uma reunião em que o ministro Celso Amorim esteve, inclusive, e o João Mendes que está aqui e também estava lá, e onde nada foi aprovado. Ficaram três horas discutindo e aí polarizou uma situação que me preocupou e que é a seguinte: de um lado o MERCOSUL, com a proposta de consolidar e avançar com a ALADI, e do outro lado o bloco Colômbia, Peru e México com razões muito claras do porquê não desejarem que a ALADI avançasse e o bloco da ALBA também puxando para trás. E aí você tinha composições pendulares

do Chile e de Cuba. Fiquei olhando e falei assim: “como é que isso vai avançar com esta composição ou com esta forma de funcionamento?”. Não estou me colocando nem contra nem a favor, muito pelo contrário, em minha opinião a UNASUL deveria ter, mais do que construir, e se apropriar do patrimônio da ALADI, crescendo nessa direção. Isso me preocupa um pouco. Esta é a primeira questão que eu queria colocar: é voltar a considerar o tema trabalho como um fator, como um indicador a ser medido e não como política social. No caso do MERCOSUL e acompanho o MERCOSUL desde 1991, conheci o Embaixador Rubens Barbosa e todos os Embaixadores que passaram por lá e que atuam atualmente. Queria, inclusive, registrar a paciência do Ministro Bruno, que conseguiu arrancar este acordo.

Agora tenho sentido ultimamente, nas últimas reuniões percebi, que o processo é o seguinte: há uma fase, o primeiro momento parecia que, eu diria que, foi até a desvalorização cambial brasileira em 1998. O Brasil tinha uma atitude. A impressão que me dava do governo brasileiro era assim: a integração dos mercados, mas sem avançar no ponto de vista institucional, político, etc. Isso refletia muito outro momento político e não vou entrar nesta discussão, porque não é o tema a ser tratado. No segundo momento, tivemos de enfrentar, inclusive, a crise forte que o Brasil viveu e depois a Argentina viveu. Nesse momento, o MERCOSUL literalmente ficou paralisado. Foi o período que o Embaixador Botafogo assumiu e conseguiu “tirar leite de pedra” em várias questões, porque foi um período muito difícil. E entramos no período atual, com o governo Lula, que acho que tem feito um esforço tremendo para que o MERCOSUL continue sendo a prioridade desse governo. Apesar de várias críticas, estabeleceu o MERCOSUL como base estratégica na sua política. Agora, às vezes, a forma como o governo exerce esse papel da prioridade do MERCOSUL, acho que além do que já foi dito sobre a contradição com as políticas internas tanto no nível político, como o Darc Costa se referiu, quanto no nível administrativo e de execução da legislação. Existem as duas questões, às vezes me dá a impressão que a benevolência do Brasil em relação aos seus vizinhos é maior do que a questão da integração. A impressão que tive, porque o papel do Brasil hoje do ponto de vista da internacionalização da economia brasileira mudou, é de que ele, o Brasil, não estava cabendo dentro do MERCOSUL. Eu não estou dizendo que o Brasil tem que sair do MERCOSUL, muito pelo contrário. Apenas estou dizendo que há uma dimensão política, que foi mencionada inclusive pelo Embaixador Botafogo, que está sendo mal tratada e deveria ser mais aprofundada. E nós

sentimos isso também, não sei se o Darc Costa sente também na área privada, mas na área sindical a gente sente isso. Outro dia me falaram: “mas a CUT é subimperialista”. E eu falei: “Por que sub? Não, sub não. Já que é para ser imperialista é para ser total”. Então isso também se reflete na área sindical. Os sindicatos brasileiros hoje terão de enfrentar uma situação, que nunca viveram e que o empresariado está vivendo, que é a saída da economia brasileira, dos investimentos brasileiros, para fora.

Outro dia fui num seminário em um curso. Convidaram-me para dar uma palestra na Vale do Rio Doce. Tinha um gerente da Vale em Moçambique e falei que a CUT estava fazendo um projeto, um acordo de cooperação com os sindicatos de Moçambique e ele falou: “mas o que a CUT tão grande quer fazer em Moçambique com um sindicato tão pequeno, por que vocês querem ir para lá?”. Eu falei: “Porque a Vale foi”. O que se está colocando hoje para os sindicatos brasileiros é um novo desafio. Você tem o problema das empresas brasileiras que vão atuar fora, que vão estabelecer padrões, inclusive, que podem querer trazer para cá ou querer levar, dependendo do lugar que forem. Temos hoje, por exemplo, outro dia falei para um sindicalista, toda a produção de calçados esportivos hoje foi transferida para Argentina. Com o MERCOSUL isso é possível. Então, você irá entrar em um dilema na discussão sindical. É como você trabalha estas questões do ponto de vista da disputa do emprego. Ainda é muito baixo, em relação ao Brasil, por causa dos tamanhos, mas, por exemplo, o Paraguai, a ideia agora é de aumentar os investimentos com a extensão da energia, etc. Existe ainda no congresso paraguaio uma lei que se chama “lei de maquila”, o Embaixador se lembra disso, que pega toda a extensão do Paraguai. Se forem aumentar o investimento, quero discutir esta lei, pois ela afeta. Então este é outro ponto que acho que coloca um desafio para o Itamaraty, o desafio de como, aí eu vou voltar à questão inicial, incorporar o fator trabalho na sua política externa, pois até hoje ele não incorporou. Incorporou o fator capital, porque ele veio primeiro. Eu não estou aqui fazendo juízo ideológico, estou fazendo um reflexo da macropolítica. Agora, do ponto de vista do trabalho, ele não incorporou esta presença e hoje a presença da questão do trabalho na política internacional é fundamental. Estamos articulados em nível de BRICS, estamos articulados em nível de IBSA, estamos articulados em nível de MERCOSUL.

Hoje o sindicalismo brasileiro está vivendo dois desafios, estamos discutindo na CUT duas estratégias de ação internacional. Uma é criar um instituto de cooperação para ajudar os sindicatos dos países latino-americanos

e da África de língua portuguesa a terem maior desenvolvimento; a segunda é enfrentar esta situação da atuação das empresas brasileiras no exterior, e o que isto pode nos criar? Tanto pode nos criar problema, quando ela se dá em um país como o Canadá que, por exemplo, teve uma greve em uma unidade da Vale lá que durou um ano; quanto pode se dar no sentido de estabelecer parâmetros mais baixos e querer trazê-los para o Brasil. Por último, eu queria falar só para a FUNAG o seguinte: Eu e o Embaixador Jeronimo, há alguns anos, não sei se os órgãos receberam este bilhete, mas eu recebi, fizemos uma atividade com a Embaixadora Tereza Quintela, que foi excelente, foi um curso de formação para 60 sindicalistas financiado pela FUNAG. Foram cinco dias de curso e foi excelente, porque os sindicatos não conhecem a política externa brasileira.

Irei concluir contando uma história muito rápida. No período 1999/2000, quando a crise argentina estava no auge, fui dar um curso no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e estava colocando a situação da Argentina: o desemprego, o problema do câmbio. Daí um trabalhador levantou-se e falou assim: “nossa, coitados, eles estão mal assim? A gente podia transferir uma empresa para lá! Não dá para a gente conversar e instalar uma empresa lá?”. Eu falei: “mas você irá perder emprego”. E ele disse: “eu sei, coitados, mas eles estão tão mal”. Existe sim um sentimento de solidariedade que tem de ser trabalhado, mas de uma forma integrada. Desculpe se passei do tempo que era reservado a uma mulher, mas enfim, os homens falaram bastante e eu também.

Jerônimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Muito obrigado Silvia Portela. José Eduardo Camargo, vice-presidente da FIESP.

José Eduardo Camargo - Vice-Presidente da FIESP:

Depois que o alto clero passou aos cardeais, a mesa virando aqui, estava vendo aqui a contribuição que eu poderia dar. Talvez o fato de ter chegado de uma meditação na Índia, posso dizer que aqui começa com um monge. Sou empresário e poeta e estou tentando um olhar sobre esta situação aqui. A situação lembrou-me um poema de Mario Quintana que dizia assim: “aqueles que me atravancam o caminho passarão, eu passarinho”. Nos caminhos para

a integração, há uma série de travas para que estas coisas ocorram em várias dimensões. Existem algumas travas, eu diria, que são no campo, vamos dizer, da operacionalidade e outras que são mais no campo psicológico e filosófico. No campo pragmático, o das atividades do empresário, ele, empresário, enfrenta hoje dificuldades de várias ordens. Hoje o próprio crédito tem uma grande concentração em grandes empresas e as empresas de médio e pequeno porte têm dificuldades.

No que diz respeito a preconceitos, a gente sente que alguns ainda persistem em nosso país. Precisamos pensar em integração da América Latina, que é fundamental. É o caminho natural: as pessoas se integrem. E mais natural ainda é a integração entre os estados brasileiros. Temos de superar preconceitos que às vezes a gente sente de um estado para outro. Existem alguns preconceitos de classe e nível econômico e estamos em uma era em que temos de passar por cima disso tudo para que as integrações entre as instituições ocorram. A gente tem que se despir disso. Vivemos um momento em que, vamos dizer, acho que o advento de uma presidência, como a do presidente Lula, representou uma série de quebras de paradigmas. Por outro lado, às vezes também existe o preconceito em relação à classe empresarial. Na realidade, isso também cria determinados entraves. Então acredito que estamos em um momento em que estes preconceitos têm de ficar em segundo plano para a velocidade das decisões, vamos dizer, se acelerar.

Ontem fiz uma palestra no SENAI em São Paulo, cujo tema foi sobre a confiança e me baseei muito em um livro chamado “*The speed of trust*” de Stephen Covey, que justamente mostra que as instituições e as pessoas adquirem uma velocidade muito grande quando atuam dentro do espírito da confiança, que é uma coisa fundamental. Acho que seria a confiança, como diria um empresário do tipo do Bill Gates, a maior velocidade que existe. Isto me fez recordar uma piada em que havia um português e dois amigos conversando – eu sou descendente de português – e falando sobre a velocidade das coisas. Um disse que a maior velocidade era a velocidade da luz, o outro falou que a maior velocidade era a do pensamento, e o português disse que a maior velocidade era a diarreia. Os dois amigos indagaram como e o português falou que ontem à noite não tinha tido tempo nem de acender a luz e muito menos de pensar quando foi ao banheiro. Diria que a confiança é um fator fundamental para que nos juntemos.

Para encerrar aqui, irei dizer a vocês um poema, que entendo como integração e se chama Luminescências: “vou despertar como o sol,

atravessando nuvens, desvirginando sombras, aquecendo corpos e perdendo-me no horizonte. Vou me recolher como a lua, dançando entre as estrelas, refletindo-me nos espelhos das águas, iluminando os caminhos dos encontros. Vou me fundir então à luz e desta união um clarão de luminosidade resplandecerá no Brasil”. Obrigado.

Gisele Ricobom - Professora da UNILA:

Muito bom dia a todos. Primeiro gostaria de agradecer o convite, especialmente agradecer ao Embaixador Cardim e ao Embaixador Jeronimo Moscardo pelo convite para participar deste importante momento, e dizer que não é de hoje que quero fazer uma homenagem aos Embaixadores, que têm trabalhado para diversificar e aproximar não só a academia como a sociedade do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores. Eu sou prova disso, sou testemunha ocular desse belíssimo trabalho que os senhores vêm fazendo. Homenagear também pela coragem em compor uma mesa tão diversificada. Uma oportunidade que temos de participar honrosamente junto a Embaixadores que fizeram a história de nosso país e dizer, por exemplo, que o Embaixador Affonso Arinos vem de uma escola que já estabelecia a necessidade de uma política externa não subserviente e que hoje, acredito eu, se concretiza na política externa do nosso governo atual.

Foram citadas aqui as críticas aos processos e às dificuldades da integração e elas são evidentemente todas pertinentes. É importante lembrar, eu penso que é necessário lembrar, também que hoje não se fala mais em uma integração puramente mercadológica. Há um consenso, como falou o próprio Embaixador Estigarribia, de que a integração tem de ser para além do mercado. Hoje temos um objetivo muito mais ambicioso, quando se fala da integração, que é o desenvolvimento econômico e social da América Latina. E falar em desenvolvimento econômico e social em um continente de profundas assimetrias e vulnerabilidades não é uma tarefa fácil e comum para qualquer que seja o governo e qualquer que sejam as políticas de estado. Eu penso que, não obstante essa dificuldade, temos de comemorar de fato os 50 anos da ALADI. E comemorar por quê? Coincidentemente este foi o ano onde a gente pôde observar que estamos aprofundando em vários setores a intensidade da integração. Estamos em caminhos, pode ser que às vezes mais lentos, às vezes mais rápidos, que aprofundam a intensidade da integração, quando ela ultrapassa as ações que são meramente comerciais.

O próprio Embaixador Celso Amorim citou a questão da infraestrutura, temos já intercâmbios culturais e na área do trabalho, temos intercâmbios também importantes, por exemplo, quando se fala em matéria de direitos humanos. Nós temos a cláusula democrática do MERCOSUL, por exemplo, que já prestigia uma forma representativa e democrática de proteção dos direitos humanos, e nesse ano, coincidentemente com os 50 anos da ALADI, temos um dos mais importantes mecanismos de integração educacional em âmbito universitário, a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – que temos sim de comemorar, pois ela é resultado do sonho, às vezes retórico, mas retórico no passado e que se concretiza hoje –, uma universidade que fará cursos de graduação para brasileiros e latino-americanos e já é realidade em Foz do Iguaçu. Já temos estudantes do MERCOSUL, depois estenderemos a estudantes de outros países da América Latina, e do Caribe também, que estão fazendo cursos de graduação em todos os campos do conhecimento. O objetivo da UNILA é atingir dez mil estudantes em cursos de graduação e pós-graduação de todas as áreas do conhecimento. Começamos com cinco cursos de graduação esse ano e teremos no próximo ano a abertura de outros novos cursos de graduação e também pós-graduação.

Tem de ser comemorado também que este governo, o governo atual, tem consolidado políticas de ensino, que junto com a questão da integração, são, com a UNILA, treze universidades federais criadas em nosso novo sistema educacional. Essa universidade da integração é a única no mundo que vai receber, para graduação, alunos estrangeiros. Então o seu corpo discente é composto de 50% de alunos provenientes de outros países da América Latina, que não o Brasil, e 50% de alunos brasileiros. E, em igual proporção, também docentes. Teremos não só professores brasileiros como também professores latino-americanos, a exemplo até do nosso vice-reitor. É a única universidade que tem na sua vice-reitoria um uruguaio. Temos o reitor brasileiro e o vice-reitor do Uruguai. Penso que, de fato, temos muito o que comemorar. É claro que, como o próprio Ministro Celso Amorim ressaltou, muitas críticas foram recebidas desde a criação da nossa universidade. Para os senhores terem ideia, a primeira pergunta que um aluno fez no nosso ato oficial foi quem financiaria esta nova universidade e, com muito orgulho, falamos que era o governo brasileiro, porque ele tinha, e tem, responsabilidade pelo crescimento sim, mas não apenas para alcançar e avançar no comércio, pois não podia crescer

às custas da miséria e pobreza dos países da sua região. Então é um momento de comemoração.

Embaixadores, penso que a ALADI tem muito a avançar e a integração também. Há muito ainda a se fazer, mas foi dado um passo. Tenho certeza que estou vivenciando, como professora da UNILA e uma das primeiras professoras desta instituição, um momento histórico. Daqui a cinquenta anos estaremos comemorando o quanto a mobilidade acadêmica e a integração educacional fizeram desenvolver a nossa região e os nossos países. Muito obrigada a todos.

Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Professor Walber Muniz da UNIFOR.

Walber Muniz da UNIFOR:

Agradecimentos cordiais ao convite da FUNAG, respeitos aos cardeais aqui presentes e aos jovens, também evocados neste encontro. Acredito que eu deva estar pelo Vaticano Nordeste pela classificação do nosso Embaixador. Realmente merece aplauso o esforço desenvolvido e todas as tentativas de integração dentro desse mundo globalizado e em construção, em que vivemos, em especial na América Latina, neste cinquentenário da ALALC, hoje ALADI.

Queria me reportar, neste pequeno tempo do qual dispomos para talvez assim abrir mais um paradigma, considerando o que fez Eduardo Melin na parte de integração financeira, a Dr^a Silvia Portela na questão do trabalho no processo de integração. Queria me referir à questão educacional, assim como a Gisele, hoje representando a UNILA e futuramente a UNILAB, que deve tomar assento aqui dentro desse processo de integração educacional que vive o Brasil.

Queria fazer um preenchimento no tempo, resgatando talvez um período antes de cinquenta anos em termos de integração na América do Sul, desta vez não chamando aqui o nosso Juscelino Kubitschek, e nem Juan Domingo Perón, da Argentina, mas fazendo uma referência de dias passados agora no mês de agosto, no dia 18, quando no costado da Argentina não estava nem Kubitschek nem estava Perón, mas estava Moscardo, estava Cardim, e os mais renomados juristas da América Latina e do Caribe num encontro histórico

e em uma interface histórica de integração acadêmica entre constitucionalistas e internacionalistas da América Latina e do Caribe.

Penso que definitivamente o Brasil tira da prateleira e alavanca o processo jurídico e acadêmico de integração e projeta para um futuro próximo que esta integração não terá limites e se concebermos que ela é tudo isso e formos além das fronteiras, estabelecermos diálogos políticos, cooperarmos economicamente e construirmos confiança entre os Estados, tudo isso se traduzindo, como se ouviu aqui na fala de alguns que me antecederam, em empréstimos, em trocas, em investimentos e em melhoria de vida da população com predisposição, aproximação, respeito e também busca conjunta de superação de desigualdades, poderá até deixar de ser um sonho. Porém, quanto mais integração, no meu modo de ver, nos seus mais variados aspectos de alcance, tanto melhor.

Por fim, acredito que no Brasil, já que estou ladeando aqui a Gisele, nascem duas importantes instituições acadêmicas no cenário da integração educacional: a UNILA e a UNILAB. Isso só pode representar a integração de uma comunidade educacional sul-americana que, sem dúvida, fortificará todo o processo de integração na América do Sul. Estas universidades podem passar a corporificar uma importante comunidade, um desenvolvimento de pesquisa e um estudo no continente sul-americano. Esta é a visão que gostaria de passar sobre este aspecto da integração educacional. Muito obrigado.

Aderbhal Mattos:

Muito obrigado por mais este convite. Estava procurando a professora Silvia Portela, porque queria que ela acreditasse que trouxe de casa estas anotações aqui, pois houve uma coincidência muito grande quando ela falou naquela superposição organizacional. Isso me preocupa. Sou professor de Direito Internacional, então, quando faço os meus estudos de integração, examino sempre aquela ótica da política econômica da integração ao lado da ótica econômica e social da cooperação, mas costumo incluir o social também na integração. Veja a cláusula social da União Europeia que até hoje é um problema.

Então, em primeiro lugar, no fim dos anos 1960, quando se criou o pacto amazônico, o Tratado de Cooperação Amazônica (eu sou amazônico, e estou aqui pela Universidade Federal do Pará). Naquela ocasião, já discutíamos a possibilidade de um mercado comum latino-americano, que seria a união da

ALALC com o Mercado Comum Centro-Americano, fragilizado certamente. Daí surgiria esse órgão maior com todos os aspectos ambientais, legais, culturais, econômicos e financeiros. Houve muita discussão em torno disso e debatemos isso na universidade. Infelizmente isso não aconteceu; talvez o mundo não estivesse preparado e nem a nossa América.

A partir daí, com as mudanças da ALALC para ALADI, sentimos um alargamento daquela ideia. Surge o MERCOSUL e, ao mesmo tempo, surge o CARICOM e a Comunidade Andina. A professora Silvia falou aqui nessa superposição e eu repito, já tinha preparado também não uma crítica, mas uma análise preocupante da existência de tantos órgãos que tratam do mesmo assunto ou quase do mesmo assunto, porque ou tratam de cooperação ou de integração. Então aquele primeiro momento passou. A própria criação do MERCOSUL, com o Tratado de Assunção, transparece a ligação dele, MERCOSUL, com a ALADI, tanto que há referência à ALADI. A minha segunda parte seria justamente para dizer o seguinte: “por que não ampliar o MERCOSUL, que tem menos membros do que a ALADI, e, com isso, chegar a um resultado bem mais interessante?”. Primeiro pela ligação com a CEPAL, falou-se aqui na CEPAL, e ela é o órgão do conselho econômico social, portanto da ONU. Sabemos que o MERCOSUL é uma união aduaneira imperfeita por causa da TEC, etc. Seria o momento de transformar o MERCOSUL em uma união perfeita, a despeito do seu tautológico Protocolo de Olivos. Os órgãos da ALADI e os seus conselhos poderiam também, em aspectos legais, políticos, econômicos, financeiros e como se colocou aqui, educacionais, chegar a uma conclusão bem mais ampla. Talvez a UNASUL, a professora Silvia chegou a tangenciar este assunto, poderia sim ser ampliada não só no aspecto econômico, mas no aspecto político e econômico. Acho que teremos uma grande chance de termos uma ligação com a União Europeia – que tem seus problemas, tais como o tratado constitucional, que não foi ratificado por todos e o Tratado de Lisboa, que de certa forma dificultou a integração europeia – e uma ligação maior com os Estados Unidos e o mais importante: teríamos um bloco coeso. Existe um bloco asiático, um europeu e até um africano – há blocos africanos – e nós, depois daquela experiência da ALCA que sempre considereei malfadada, até por ser um *draft* norte-americano, que nos seria imposto com deficiências e assimetrias econômicas. Teríamos agora, através da ALADI, o crescimento do MERCOSUL.

Esta é a minha mensagem como professor e eu terminaria dizendo: “com isso chegaríamos àquela convergência de que fala o Embaixador Moscardo,

ligando cooperação à integração e à globalização, pois se falou aqui várias vezes no papel das empresas, das grandes corporações financeiras transnacionais inclusive”. Esta é a minha mensagem como professor.

Ministro Samuel - Chile:

Pido disculpas primero por hablar en español, en castellano, porque mi ‘portuñol’ es muy ruin. Segundo, yo venía escuchar y pasé de monaguillo a cardenal en muy rápido ascenso. No estaba preparado, pero yo creo que haciendo un resumen, creo que hay que felicitar al proceso de integración que comenzó en parte por la ALALC y la ALADI. Y si habla en fracaso, yo creo que no fue un fracaso. No cumplió la meta que querían que en diez años tener una libertad total de comercio, pero es un tijolo, como dirían aquí, un ladrillo de la evolución del proceso de integración que vamos a tener en Latino America.

Yo también, junto con mucho de los exponentes, estoy en desacuerdo de tantas instituciones nuevas, que vuelven a hacer lo mismo que otras instituciones, yo creo que hay que fortalecer las instituciones que existen y no criar otras nuevas porque se sobreponen unas a las otras.

Sobre un poco lo que dice el Embajador Moscardo, la diferencia entre atenienses y fenicios, vuelto un poco la evolución. Simón Bolívar y los próceres de America Latina en el siglo diecinueve quisieron hacer una integración política. No le resultó por la falta de maduración de los procesos. En lo siglo veinte, tuvimos una integración económica y comercial que tiene sus avances y que los estamos viendo ahora, y creo que el siglo veintiuno estamos llegando, además un proceso comercial y económico, a un proceso de integración cultural que es lo que quiere el Embajador Moscardo, pero sumada a la educación, a la parte del trabajo jurídico, que engloba todo lo que es la relación de los pueblos, no solamente la parte comercial. También estoy de acuerdo en que eso no se para, a veces sigue por caminos que no son los que los quieren los propios gobiernos y si lo que los mismos pueblos van ratificando. Tenemos nosotros en Chile con la Argentina que lo proceso de integración entre las ciudades fronterizas mucho mayor do que nosotros podemos controlar como Ministerio de las Relaciones Exteriores.

Ahora hablando un poco de Chile. Chile es un país-isla, estamos en el continente, pero tenemos una frontera natural que es la Cordillera, en el norte tenemos el desierto, en el sur el polo, y por eso siempre sentimos la necesidad

de integrarmos. Obviamente, Latino America es nuestra parte derecha. Hemos estado en la mayoría de los procesos de integración que existen en estos momentos. El único que no, aun que fuimos invitados, fue el MERCOSUR debido a un proceso distinto, a velocidades distintas en el proceso de liberación de los aranceles, donde nosotros estamos más adelantados. Pero nosotros estamos abiertos a integrarnos sea a los países latino americanos como al mundo, y en la parte comercial hemos tenido algunos triunfos, abriendo nuestra economía, recibiendo influencias buenas, malas. Nuestros productos están compitiendo. Hace unos treinta años atrás éramos un país monoprodutor, el 90% de cobre, en este momento tenemos inúmeros de nuevos productos, mucho de ellos son todavía *commodities*, pero estamos colocando productos agregados, pero tenemos un mercado abierto y creo que la parte de integración se requiere integración regional como, en este momento, la globalización. Muchas gracias.

Dr. Mario Lisboa Theodoro – Diretor de Cooperação do IPEA:

Embaixador Jeronimo, queria agradecer muito o convite feito ao IPEA. Falo em meu nome e em nome do presidente Marcio Pochmann, que deveria vir, mas em virtude de outros compromissos não pôde estar aqui, então estou aqui representando o IPEA e também trazendo o agradecimento e a saudação do nosso presidente. O evento é de grande importância e o que sinto é que gostaria de “puxar um pouco a sardinha” para a nossa área, para o IPEA.

O IPEA é um instituto de pesquisa econômica aplicada direcionado para o planejamento. E me parece que a grande questão hoje que se coloca para a unidade, para a integração latino-americana, talvez seja o planejamento. As experiências bem sucedidas de unificação começaram com planejamento. A Europa começou com o carvão e o aço, não foi à toa, porque no planejamento para rearmarmos uma casa que tinha sido destruída pela guerra, tinha de se começar pela base, pela energia e pela matéria-prima fundamental. É a Europa do carvão e do aço.

Sinto que a CEPAL foi revolucionária e os americanos até quiseram acabar com ela em determinado momento, pois preconizava uma integração que começava pelo plano, pelo planejamento, e me parece que esse talvez seja o grande desafio de forjar uma estrutura de planejamento que dê base para uma consolidação e uma integração. Integração que até hoje está pouco presente no dia a dia por falta, justamente, desse planejamento, que é

concertação, é vontade comum dos participantes, e isso parece ser talvez o grande “calcanhar de Aquiles” desse processo.

Do nosso ponto de vista, nós do IPEA, tivemos preocupação de nos aproximarmos dos países latino-americanos no que diz respeito ao sistema de planejamento. O que verificamos é que alguns países, a partir dos anos 1990, com a ideia do Estado mínimo, tiveram os sistemas de planejamento praticamente destruídos. Os Estados não têm sistema de planejamento e se não há tal sistema para pensar o seu país, muito mais difícil ainda é pensar em uma integração com outros países. Estamos montando cooperação e cursos de formação de técnicos na área de planejamento com alguns países. Iremos organizar um curso agora em outubro, em que metade da nossa turma de 30 alunos – 15 alunos – será de países da América Latina para ajudar na reconstrução do sistema de planejamento desses respectivos países como forma de organizar de novo um pensamento de longo prazo, sem o qual qualquer iniciativa de integração se fragiliza.

Difícilmente com um planejamento de longo prazo e com uma concertação dos países, o fenômeno, como foi colocado aqui, da China seria tão virulento. Levando em consideração os dez pontos levantados pelo Embaixador Rubens Barbosa, a maioria deles poderia ser enfrentado se tivéssemos uma concertação e um grupo de planejamento de longo prazo que dissesse o que se quer com a integração e para onde se quer ir. Não digo de um país apenas, mas do bloco como um todo. Estamos fazendo esforço através desses cursos de especialização e também de um curso de mestrado, que estamos organizando, sobre planejamento e desenvolvimento, que irá para a segunda turma e será aberto para os países da América Latina para que possamos de novo contribuir de alguma maneira com a experiência de planejamento e com a experiência de se pensar ao longo prazo. Acredito que se pensarmos em longo prazo, em conjunto, a estratégia de integração será muito mais fortalecida e, sem dúvida, irá se chegar aos objetivos com muito mais facilidade.

Basicamente era isso que gostaria de chamar a atenção aqui. Dizendo que, da nossa parte, o IPEA é uma instituição que sempre esteve muito fechada no Brasil e que, há dois anos, estamos abrindo uma área internacional, da qual sou diretor e tenho o prazer em ser diretor. Uma área de cooperação internacional passa também por este tipo de cooperação. Cooperação, inclusive, feita com abertura de escritórios em alguns países para fortalecer a missão do planejamento. Era isso. Muito obrigado.

Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Sergio Leo com a palavra.

Sergio Leo – Valor Econômico:

Começo agradecendo ao Embaixador Jeronimo Moscardo, ao Embaixador Carlos Cardim e ao Ministro Paulo França pela oportunidade de estar aqui à mesa, não só por estar participando do debate, ouvindo essas ideias e essa excelente lista de pautas jornalísticas do Embaixador Rubens Barbosa, que vou aproveitar ponto a ponto, mas também pelos momentos de diversão. Acho que ouvi dizer que a CUT anda sendo chamada de imperialista, isso é um negócio muito engraçado. O Embaixador Botafogo Gonçalves me fez dar conta que vivi um momento de intenso bolivarianismo na minha época de faculdade, porque morava no encontro da Rua Bolívar com a Rua Barata Ribeiro, isso para mim também foi insólito.

Quando vinha para cá, escutei dois termos e quem acompanha o debate, a discussão de integração, ouve com muita frequência esses dois termos que ficaram ecoando em minha mente. Um deles foi “aladização”. “Aladização” infelizmente a gente tem de notar, em uma comemoração da ALADI, é um termo pejorativo. As pessoas citam “aladização” como algo a ser evitado nas instituições da integração. Quando falam isso não é uma crítica ao esforço heroico que existe dentro da ALADI e, como a gente pôde ouvir na palestra do Melin e em outras palestras aqui. Os avanços e vantagens que a constituição da ALADI trouxe para os países do continente, entre eles a ideia do CCR, que é uma coisa fundamental hoje no comércio exterior, e a discussão enorme sobre isso, além da possibilidade de ter uma maneira ordenada dos acordos comerciais e de outros acordos no continente, não refletem nenhum desprezo pela ALADI, muito pelo contrário, acho que há uma decepção, uma frustração, pelas expectativas que, como vimos aqui nas outras palestras, foram criadas com todos esses esforços das integrações.

Nós que somos os jornalistas (então vocês devem imaginar como a gente se sente às vezes, ludibriado seria uma palavra muito forte), às vezes, realmente apostamos ou acreditamos em determinados projetos, porque eles parecem acontecer à nossa frente e, tempos mais tarde, observamos que não foram entregues. Esse termo me vinha à cabeça, porque o Brasil, sem dúvidas, se beneficia imensamente com a integração. O Brasil se beneficia até porque,

de todos os países da América Latina, é a economia, senão a mais dinâmica, seguramente a mais diversificada. Tem uma grande população, é extremamente sofisticado tecnologicamente, possui uma mão de obra também sofisticada, e, portanto, só tem a ganhar com a ampliação do mercado. Isso para não falar do lado ateniense da coisa, que tem crescido com a globalização, com o incremento do turismo, com a expansão além das suas fronteiras. A integração está ocorrendo independentemente das instituições. Isto é o que a CUT agora se defronta, quando percebe que precisa colocar a questão da integração na sua pauta de discussões, porque as empresas brasileiras estão indo para fora, pois os naturais brasileiros estão conhecendo os países vizinhos, estão mudando e migrando. Essa internacionalização ocorre e é uma maré e não se detém a uma maré. A questão é como se dará esta internacionalização e não que internacionalização será essa.

Outra palavra que ecoa muito na minha cabeça, com muita frequência no meu trabalho de jornalista, é a palavra assimetria. Acho que essa palavra é um jargão e é curioso hoje, pois antes era uma palavra que ouvíamos muito, o Embaixador Botafogo ouvia muito, dos países menores do MERCOSUL, que mais imediatamente se viram defrontados com essa situação na medida em que estão baixando as barreiras comerciais e outras barreiras ao Brasil, mas hoje até a Argentina põe um pouco de lado o orgulho tradicional e pede um pouco de compreensão brasileira. Na verdade, eles são o irmão mais fraco, o irmão mais pobre. Isso também é notável. A gente ouve isso o tempo todo. Essa assimetria se manifesta em vários aspectos, quer dizer, a gente percebe a assimetria comercial como falou aqui o Embaixador Amorim. Temos saldos comerciais expressivos com boa parte dos países, exceto com a Bolívia. Apesar de realmente, como aponta o Embaixador Rubens Barbosa, estar perdendo fôlego, não está caindo. Em alguns casos, as exportações brasileiras estão perdendo dinamismo, perdendo fôlego para esses países, mas também há a questão da atração de investimentos. O Brasil é muito atraente, tem mão de obra qualificada, é uma democracia e é um país que, diferentemente de outros no continente, respeita as regras do jogo do mercado e da democracia. Isso é uma assimetria em termos de atração de investimento. É uma assimetria também a questão do financiamento do BNDES. Professor Darc não fique zangado comigo, mas, de fato, a maneira como funciona o mercado aqui é uma atração, é um atrativo de investimento indubitável. Sentimos isso claramente quando compara o que está acontecendo na Argentina, que tem uma mão de obra qualificada até mais qualificada, em algumas áreas, do que

no Brasil. A questão do financiamento, uma queixa constante, um ponto constantemente levantada pelos países vizinhos quando se fala em reduzir barreiras e quando se fala em maior integração. É que o Brasil, por ter o BNDES e por ter um sistema bancário extremamente sofisticado, é um competidor quase inexpugnável, quase impossível de derrotar. Existe um medo enorme nos países vizinhos e isso é algo que, quem conhece e transita pela vizinhança, percebe: um medo enorme do Brasil. Existe um respeito, um carinho pela imagem brasileira, mas um medo enorme. E ele se manifesta um pouco nesta palavra: assimetria.

Essa situação, quer dizer, de um lado um projeto de integração que se frustrou, de outro uma situação extremamente particular do Brasil, específica, a ponto dos trabalhadores se perguntarem se o país já não está mais cabendo no entorno. Isso gera reações na vizinhança. As reações de países, por exemplo, que levantam o nacionalismo. São países que estão passando por processos políticos extremamente interessantes, levam à emergência de novos atores políticos e levam a conflitos com atores tradicionais. Esses países têm o nacionalismo como uma característica e nacionalismo, por definição, é uma reação ao estrangeiro e às outras nações. O Brasil é candidato natural a ser o imperialista de brincadeira, a ser o país contra o qual os movimentos nacionalistas se levantam. Isso a gente percebe claramente no incidente da Bolívia. Percebe-se em alguns aspectos até na Argentina e em outros países da região, no Paraguai claramente. E isso é um problema para o Brasil. Problema no sentido de alguns desafios, os diplomatas preferem dizer assim. Toda vez que eu vejo um diplomata falando em desafio, é um problema que ele está querendo dizer em geral. Esta reação é uma reação com a qual o Brasil tem se defrontado cada vez mais, muito mais do que antes, e, na minha avaliação, às vezes com algum sucesso, quando se percebe, por exemplo, no caso da Bolívia, que o Primeiro-Ministro de energia local era o Ministro que até hoje aponta o Brasil como um grande imperialista que só traz prejuízos à Bolívia. Ele foi retirado no meio do incidente entre Brasil-Bolívia. Isso é pouco lembrado quando as pessoas falam que o Brasil só afagou a cabeça da Bolívia. Eu vi uma pressão brasileira enorme sobre o governo boliviano, o que provocou a saída do Ministro que tinha ido um pouco além do *script* nacionalista do momento. No caso do Paraguai, temos problemas, um ressentimento histórico. Todos aqui conhecem bem a história do Paraguai e, não é preciso lembrar da guerra, toda vez que se discute qualquer questão econômica com o Paraguai sobre Itaipu. Esse ressentimento histórico tem de

ser levado em conta, não para que a gente abra mão dos interesses nacionais, mas para saber que é algo muito delicado politicamente para as forças políticas nacionais paraguaias ao lidar com Brasil.

Há reações também protecionistas no campo comercial. O exemplo mais evidente e claro hoje é a Argentina. A gente vê a tentativa da Argentina em perseguir esse modelo de substituição de exportações cepalino, que claramente não pode ser adotado nos momentos atuais sem alguma adaptação ao mercado mais globalizado, de grandes fluxos de capitais, de regras internacionais que coíbem as barreiras protecionistas. Há uma reação na Argentina e haverá reação em outros países, em outra medida, até na Colômbia, sentimos, não uma reação, mas uma resistência protecionista quando, o que foi mencionado aqui pelo Embaixador, o Brasil tenta firmar acordo de abertura de mercados. Então essa integração do ponto de vista brasileiro enfrenta resistência do lado de fora. Não quer dizer que todos os países à volta estão loucos para se integrar ao Brasil, pois há medo e movimentos nacionais que levam a alguma resistência em relação ao processo de integração, dependendo da maneira que é feito. Há resistências, de toda ordem, dentro do Brasil. O financiamento, em um país que ainda, apesar de tudo, tem escassez, será disputado. Veremos uma disputa por verbas do BNDES, por exemplo, no momento que o Brasil decidir usar este banco como mecanismo de integração. O Brasil só tem a ganhar, mesmo havendo reação de nacionais ou de empresas brasileiras que eventualmente estejam disputando esses recursos escassos. Isso gera discussão política. Se as pessoas hoje estão discutindo no Brasil se o BNDES deve fazer o que está fazendo para as empresas brasileiras, o que dirá quando as operações do BNDES ganharem vulto nos países vizinhos. E há resistências políticas e sociais de toda ordem, quer dizer, no congresso a gente ouve, eu ouço como repórter, esta comparação que o Ministro mencionou: “mas por que dar financiamento ao Paraguai e à Bolívia, alegando a pobreza deles, se nós temos o Piauí aqui do lado?”. Acho isso uma discussão que mostra mais do que a existência do debate, mostra um pouco até a ignorância das pessoas em como funciona a relação entre os estados, quer dizer, problemas de subdesenvolvimento no Piauí podem ser resolvidos dentro da esfera nacional, das leis nacionais, da justiça, problemas de deterioração das instituições. Estou falando do Piauí sem qualquer demérito, porque lá também existem centros de excelência, mas é o estado que é lembrado porque tem bolsões de pobreza muito grandes. Não se percebe que a degradação institucional ou econômica nos países

vizinhos nos gera mais do que problemas simples, gera, e pode gerar, conflitos entre Estados, pode gerar conflitos diplomáticos graves, então é de interesse do Brasil apostar e investir no desenvolvimento desses países vizinhos.

O ministro fala apropriadamente, a meu ver, que para realizar essa integração, para poder vencer resistências ou problemas e dificuldades como esses, é necessário o sonho. A minha impressão como jornalista, e jornalista não é muito dado ao sonho, é mais de cobrar pragmaticamente resultados ou realidades, antes mesmo de pensar em sonho, pois é necessário ter consciência e consciência precede o sonho. Acho que o Brasil ainda não tem consciência do que ele é, do papel e do tamanho que ele adquiriu, na política internacional e no próprio continente. Mais uma vez o exemplo da Silvia é espetacular, ela fala que há uma necessidade de mostrar aos trabalhadores o que é a política externa, entretanto não é o que o Itamaraty anda fazendo. Há necessidade de ter consciência do papel que o Brasil alcançou. A falta de consciência leva, como mostrou o Embaixador Rubens Barbosa ao criticar o que ele considera excesso de sonho no Itamaraty, ou como mostra as divergências no debate político nacional, que qualquer que seja esse sonho a ser elaborado pela sociedade brasileira, hoje não tem condições, e não é consensual. Atualmente existe uma grande divergência dentro da sociedade e das forças políticas brasileiras, há um grande desconhecimento, o que torna muito delicado este trabalho de política externa voltado para integração.

Estamos prestes a ter uma eleição presidencial e pode-se ver pelos discursos dos candidatos, que poderia haver guinadas bastantes bruscas em alguns aspectos da política externa, a realização de um sonho que pode ser mudado, modificado, completamente com a mudança do cenário político. Tudo isso pode levar a frustrações, dentro e fora do país, e à desmoralização. Portanto, essa seria a busca desse consenso de um projeto nacional, de uma consciência nacional do que é o Brasil. Isso me parece hoje um elemento fundamental para poder discutir a integração e poder elaborar uma proposta que seja brasileira para integração. Acho que, terminando realmente, na área econômica, com todas as divergências que há, percebemos que se consolidaram alguns consensos, quer dizer, o consenso da necessidade de responsabilidade fiscal e consenso de necessidade de luta da inflação. O governo Lula mostrou claramente, até pelo seu lado ortodoxo, que é um consenso econômico de todas as forças políticas nacionais. Eu, como jornalista, ainda não vejo este consenso no que tange às políticas externas, no que tange à própria integração sul-americana. É algo que ao mesmo tempo

me instiga a buscar informações a respeito, e me preocupa, como brasileiro. A não existência deste consenso pode levar o país a agir de uma maneira errática nos processos que já vêm se desenrolando e sendo implementados. Desculpe pelo tempo, pois extrapolei. Muito obrigado.

Soraya Rosar - ABDI:

Queria, antes de tudo, agradecer a oportunidade de estar aqui presente neste evento e gostaria de fazer uma colocação bastante pragmática da posição dos empresários em relação à questão da integração e ao tema da ALADI. Acho que, em relação à integração em si, não há unanimidade. Em uma economia globalizada, como a que vivemos hoje, é muito difícil alguém se colocar contra qualquer processo de integração. O que concordo com o Embaixador Rubens Barbosa é que há resistências e há posições diferentes no empresariado no que diz respeito aos métodos em relação aos processos para se atingir essa integração. Agora, em relação à integração em si, acho que não há discussão.

Nesse sentido, trazendo a questão da integração para a América Latina, para a América do Sul em especial, a CNI fez um trabalho, sentindo justamente a importância que o continente tinha para o empresariado, bastante extensivo em 2007 a respeito de quais seriam os interesses reais do empresariado brasileiro na região. E esse trabalho é que tem pautado o nosso dia a dia nesses últimos anos. Ficou muito claro, já em 2007, que, em termos de comércio, a ALADI proporcionou ao Brasil que chegasse aonde chegou na região, ou seja, priorizando e sendo a grande área de comercialização de produtos de maior valor agregado e pudesse ter dado o salto que foi dado, levando à onda de investimentos diretos brasileiros na região, que, concordo, iniciou-se como uma onda mas, como o Sergio falou, virou uma maré que já não se pode mais segurar. Esses investimentos brasileiros irão mudar muita coisa em termos da integração que era feita porque os interesses das empresas brasileiras passaram a trazer temas para a mesa de negociação antes considerados assuntos das multinacionais, ou seja, a questão de serviços, a questão de investimentos, proteção de investimentos, etc. e que hoje estão na pauta da negociação. Não podemos fugir deles, porque há interesses brasileiros em jogo.

Então toda essa evolução, acho que é uma evolução recente, às vezes não transparece talvez para a sociedade como um todo. É uma pena que o

Embaixador Botafogo não esteja presente, mas lembro-me, há uns dez anos, das tentativas do Embaixador Botafogo em reunir empresários para se fazer algum esforço de investimento no Paraguai, naquela época especificamente, para que pudesse trazê-lo para um nível que possibilitasse uma maior integração no MERCOSUL. E sem sucesso, naquela época, sem sucesso. Ultimamente tive a oportunidade de acompanhar, através de uns trabalhos da ABDI, por exemplo, que existem já projetos concretos, financiados pelo FOCEM no âmbito do MERCOSUL, de cadeias produtivas de autopeças de petróleo e gás, quer dizer, algo impensável há dez anos. Não são projetos que estão em formato de projetos, já começaram a capacitação e já têm todo um cronograma de trabalho apoiado e financiado pelo FOCEM. Então isso custa a chegar, este tipo de informação custa a chegar à sociedade como um todo e os problemas, na realidade, são melhores manchetes, nosso jornalista aqui sabe. E as coisas que não ocorrem da forma correta e que possuem resistência têm um espaço muito maior na imprensa como um todo do que esses pequenos avanços concretos que a gente tem a oportunidade de acompanhar.

Outro ponto também que não foi levantado aqui, mas tem um peso considerável para o Brasil, é o impacto da integração latino-americana para certas regiões brasileiras. O centro-oeste tem interesse nessa integração, isso é muito claro na CNI por causa das federações daqueles estados, que vão muito além, às vezes, do que outros estados brasileiros. Se certas obras de infraestrutura forem feitas na região, podem dar um salto qualitativo sem paralelo. Então, o interesse regional do Brasil também pode ser atendido por um avanço maior em termo de infraestrutura na região. Mais um comentário que gostaria de fazer, não que isso tenha me surpreendido, é que tive oportunidade ontem e anteontem de estar na presença do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e na presença do Melin em um seminário, na verdade um workshop, muito concreto sobre integração produtiva no BNDES. Então a gente começa a ver o BNDES concretamente entrando nessa questão – foi um workshop MERCOSUL sobre integração produtiva que continua hoje inclusive. Mas ver o BNDES em um momento final de governo entrando nessa seara da integração de modo pesado, quer dizer, com planos, com estudos, etc., isso mostra que a questão da integração vai além dos governos. A questão da integração hoje, para o Brasil, é uma questão de estado, é uma questão de interesse nacional. O que pode ser discutido e melhorado são as formas de se chegar aonde se quer. Agora, questionar a integração e a importância da ALADI nesse processo não é possível. A ALADI hoje permite,

por exemplo, que o Brasil tente reiniciar as negociações com o México, justamente por terem o guarda-chuva da ALADI. É um mercado de interesse enorme para as empresas brasileiras. Se não houvesse este guarda-chuva, não teríamos a possibilidade de negociar bilateralmente. Então é algo que o Embaixador Paulo França tem trabalhado muito, temos trabalhado muito juntos neste mercado mexicano, e que só através desse esforço que vem sendo feito há 50 anos pela ALADI, hoje a gente pode, enfim viabilizar essas negociações. Então acho que esses seriam os comentários, fico à disposição.

Carolina Bohrer - MDIC:

Boa tarde a todos! Gostaria de agradecer o convite que foi feito ao Secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, para participar desta mesa. Ele não pôde estar presente por razões de agenda e pediu que eu o representasse, já que trabalhamos juntos no pequeno *paper* que foi preparado sobre o tema. Como representante aqui da Secretaria de Comércio Exterior obviamente o foco que vou dar será basicamente comercial.

O que fizemos, dentro da secretaria, foi procurar, a partir da análise da balança comercial brasileira, desde 1981, logo depois da criação da ALADI até 2010, e foi comparar a evolução da relação comercial do Brasil com os países membros da ALADI em relação ao restante do mundo e o tipo de balança que o Brasil tem com a ALADI.

Chegamos a alguns resultados interessantes que compatibilizam com o que já foi dito aqui, mas com algumas constatações também de certa forma preocupantes. Alguns números: entre 1991 e 2008 o comércio brasileiro com os países membros da ALADI aumentou dez vezes, passando de quatro bilhões para 40 bilhões de dólares, enquanto que, no mesmo período, o comércio do Brasil com o resto do mundo aumentou oito vezes, passando de 23 bilhões para 197 bilhões. Saldo extremamente positivo em relação a praticamente todos os países, como foi dito aqui, e principalmente com uma composição de pautas exportadoras muito diferenciadas, baseadas primordialmente em produtos de maior valor agregado. Mas não foi só isso, baseadas em produtos de média e alta intensidade tecnológica que representaram, em 2008 e 2009, 47% das exportações brasileiras para os países membros da ALADI, enquanto que apenas os produtos de alta intensidade tecnológica representaram 8,5%, ou seja, pautas extremamente positivas e interessantes para o país. Mas quando analisamos a participação

do Brasil em termos de *market share* em relação aos países da ALADI, percebemos uma realidade não muito otimista, no sentido de que o Brasil cresceu muito a sua participação nos mercados latino-americanos principalmente a partir dos anos 2000, passou de 3,9% para 6,2%, em média, até 2005. De 2005 a 2007 ele manteve essa participação estável, mas a partir de 2007 começou a acontecer uma queda em termos de *market share* nestes países. Substituído, em parte pela China, mas não só por ela, porque às vezes a gente fala só de China, dada a clara pujança de seu crescimento nos últimos anos, mas outros países também começaram a tomar o espaço das exportações brasileiras nesses países. Alguns tradicionais, como Alemanha, e outros não tão tradicionais como, por exemplo, a Coreia e, em alguns casos, até a Colômbia.

O Brasil tem um aproveitamento muito bom das preferências que lhe são concedidas no âmbito da ALADI, há um estudo da secretaria da ALADI de 2006 que mostra que o Brasil aproveita em média 85% das preferências que recebe dentro do âmbito dos acordos da ALADI, muito em função da diversidade da pauta exportadora brasileira. Ele consegue aproveitar muito por conta disso, mas não aproveita inteiramente e a conclusão que a gente chega, na verdade, é de que esses números mostram e realçam a importância do Brasil continuar investindo no aprofundamento e na expansão dos temas tratados nos acordos da ALADI, temas como serviços, já mencionado aqui antes, e procurar utilizar, de uma maneira positiva, possíveis vantagens competitivas que o país possa ter dentro desses acordos. Num contexto de protecionismo comercial, que tem aumentado principalmente a partir da última crise econômica, esse tipo de acordo pode ser um instrumento importante para o Brasil manter, não só conseguir manter os mercados que ele já tem, mas conseguir expandir esta participação dentro desses mercados relevantes. Um último dado, em 2009, de uma maneira geral, a ALADI representou 20% das exportações brasileiras no total da balança comercial brasileira. Isso é importante, a gente tem visto cada anúncio da balança comercial, todo primeiro dia útil do mês a gente ouve sobre os problemas que o Brasil tem enfrentado com o acirramento da competição internacional, então a ALADI sem sombra de dúvida é uma área onde o Brasil pode e deve continuar investindo se quiser manter a competitividade que até então a sua pauta exportadora tem mantido nos últimos tempos. Era isso que eu queria dizer, estou à disposição. Obrigada.

Embaixador Regis Arslanian:

Obrigado Embaixador Moscardo. Já que se falou tanto aqui sobre a grande presença de jovens nesta sala e eu, como Embaixador junto ao MERCOSUL e à ALADI, me perguntava agora se eu fosse um desses jovens, teria eu chegado a alguma conclusão sobre se a integração no MERCOSUL e na ALADI está sendo conduzida de uma maneira correta, certa e se estamos no caminho certo, mesmo depois desse pinga-fogo todo e sendo eu o último expositor. A verdade é que isso me fez também lembrar de uma outra coisa: há pouco tempo eu participava de um seminário com um dos representantes da União Europeia. O seminário era justamente sobre a integração e eu percebi que o representante da comissão europeia, que era um Diretor-Geral, sempre se referia a ela, União Europeia, como projeto de integração e falava de projeto de integração europeia. Depois, no final da reunião, eu o perguntei por que se chamava aquilo de projeto e ele disse que eles ainda eram um projeto, uma integração imperfeita. O professor Adherbal estava falando que até hoje eles não conseguiram completar o tratado constitucional e sequer também completar a unidade monetária deles – vários países da União Europeia ainda não aderiram a esta união monetária.

Fico pensando no MERCOSUL, que não tem 60 ou 70 anos de idade, mas sim 20 anos apenas. Acho que estamos no caminho certo. É óbvio, e toda vez, como Embaixador do MERCOSUL e da ALADI, que tenho contato com empresários, mesmo no Uruguai que é a sede do MERCOSUL e também da ALADI, há certa ansiedade para que as coisas funcionem, ainda existem exceções à TEC e distorções para a união aduaneira, não há livre circulação de produtos ainda e é compreensível que haja esta ansiedade, porque muitas vezes o que o empresário sempre quer é que os resultados apareçam logo, que o caminhão dele que carrega a mercadoria na fronteira não fique retido durante seis horas e possa passar livremente sem que ele precise apresentar passaporte ou carteira de identidade e ainda que não tenham problemas fitossanitários na fronteira. É compreensível que isso aconteça. Agora, por outro lado, se a gente pensar em um processo de integração e MERCOSUL não é mais um acordo de livre comércio, ele não é mais NAFTA, não é um acordo de livre comércio simples. Houve a opção, entre os quatro, de proceder a uma verdadeira integração, e verdadeira integração significa criar institucionalidade, e isso demora.

O MERCOSUL não é feito para daqui a dois anos nem para daqui a cinco anos, é feito para os próximos 50 anos, para os nossos filhos, não é feito para ter resultados agora. Os resultados começam a aparecer, mas a institucionalidade demora. Ela tem de ser construída “tijolinho por tijolinho”. Há às vezes frustrações, o Ministro Celso Amorim falou e negociamos por quase oito anos a questão da dupla cobrança e da sua eliminação. Ela terá de terminar até 2018. Muita gente pensa: “mas por que não fizemos isso por decreto?”. Porque é muito difícil rastrear um produto quando ele entra no território aduaneiro, quando ele entra em um país, ele vai a outro país e se vai a um terceiro país como é que a gente vai fazer o rastreamento desse produto para saber para onde vai a receita aduaneira. É um trabalho enorme.

Então, acho que esta institucionalidade do MERCOSUL está sendo feita de uma maneira articulada. Criou-se o parlamento do MERCOSUL há aproximadamente três anos e muita gente já diz: “mas o que se fez com o parlamento, o parlamento não fez nada”. Fez sim. Há duas semanas, em Montevideu, tive uma reunião com os nossos parlamentares e eles me deram sugestões e alternativas sobre como aperfeiçoar o programa de equivalência de diplomas nas universidades do MERCOSUL. Foram sugestões muito boas para isso, que vou usar no meu trabalho dentro do MERCOSUL.

Na questão do FOCEM, por exemplo, aqui já mencionado, foram aprovados em San Juan, nesta cúpula do MERCOSUL com os presidentes há quinze dias, 660 milhões de dólares em projetos, dinheiro dado, dinheiro a fundo perdido, que o MERCOSUL dá para projetos de integração. Já temos mais da metade, temos quase 400 milhões de dólares rendendo juros justamente para tentar reduzir aquilo que o Sergio Leo estava falando em termos de assimetria entre os países. Um dos projetos, por exemplo, é para a linha de interconexão elétrica Itaipu-Assunção, porque metade da energia de Itaipu sempre foi do Paraguai. Só que o Paraguai não consegue usar a energia dele. Ainda há falta de luz em Assunção até hoje por causa da falta de interconexão elétrica entre Itaipu e Assunção. O FOCEM, ou o MERCOSUL, está dando esse dinheiro. Falei da questão da eliminação da dupla cobrança. É fato, quando um produto é importado, por exemplo, dos EUA, ou da União Europeia, se entra no Brasil paga tarifa, se vai para o Uruguai paga nova tarifa, então a gente decidiu eliminar esta dupla cobrança justamente para que pudesse

haver maior circulação de produtos dentro do território aduaneiro. O produto que paga a tarifa uma vez já é um produto do MERCOSUL. Isso tem um significado enorme em termos de integração de cadeias produtivas. A Soraya falou nos dois projetos da ABDI de integração de cadeias produtivas em gás e combustíveis e de integração no setor automotivo. Se não houver eliminação da dupla cobrança, não há como viabilizar esses dois projetos. Isso só faz enriquecer e valorizar a integração. Então, para estes jovens, volto a dizer, claro que a integração tem problemas enormes. A própria distorção, como eu disse da união aduaneira, de ter ainda a dupla cobrança. Mas está se criando uma institucionalidade dentro do MERCOSUL e claro que isso vai ter efeitos mais tarde. E não terá efeitos amanhã ou depois de amanhã, terá efeitos daqui a 50 ou 100 anos e se a gente não começar agora não conseguiremos chegar lá.

Sobre a ALADI, muito rapidamente, acho que ela também está, de certa forma, seguindo um pouco o rumo do MERCOSUL, ou seja, hoje o MERCOSUL não é mais só comércio, existe uma política social. Discutimos saúde, educação, eliminamos a dupla cobrança ou a estamos eliminando e temos um código aduaneiro. Na ALADI, a gente está seguindo o mesmo rumo, pois já se criou uma agenda social. Existe sempre o projeto dos espaços de livre comércio, estamos trabalhando em todas as áreas, em todas as normas, origens, salvaguardas, solução de controvérsias e também estamos começando a trabalhar em uma agenda social. E uma agenda social não é uma agenda só de combate à pobreza, mas de combate através talvez da agricultura familiar, da questão da educação tentando melhorar as condições de acesso aos computadores com softwares livres, da área de saúde na questão dos genéricos. Era isso que eu queria dizer, apenas como um pequeno recado, para aqueles jovens que assistiram este pinga-fogo, como foi chamado, sobre onde estamos e para onde estamos indo na área de integração. Muito obrigado Embaixador.

Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

A ideia é que a integração não se faz por compulsão, não é um casamento na polícia, mas um casamento por paixão. E falando em paixão, está aqui um apaixonado pela integração, que é Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado de Assuntos Estratégicos e um grande entusiasta deste projeto.

Samuel Pinheiro Guimarães - Ministro de Estado de Assuntos Estratégicos:

Boa tarde a todas as senhoras, senhores, meus caros colegas aqui presentes. Queria agradecer o convite do Embaixador Jeronimo Moscardo para estar aqui presente a esta sessão comemorativa dos 50 anos da ALALC e da ALADI. Irei aproveitar essa ocasião para também cumprimentar o Embaixador Estigarribia, Secretário-Geral da ALADI, e para fazer alguns comentários, alguns mais gerais, talvez de conhecimento de todos, mas que talvez me permitam dar um enfoque à questão da integração e à questão da ALADI como instrumento da integração.

Quero remontar um pouco à história. Ao final da Segunda Guerra Mundial – para vocês verem como fui longe, mas chego rápido ao presente – havia uma grande perplexidade. Por que os EUA ao norte haviam atingido aquele nível de desenvolvimento extraordinário, enquanto os países da América Latina haviam permanecido pobres, atrasados e fracos economicamente? Isto gerou um grande interesse nas elites e também nós meios acadêmicos e a CEPAL fez os primeiros estudos para tentar identificar as causas do subdesenvolvimento. Ao final desses estudos, que foram os primeiros levantamentos estatísticos na América Latina, chegou-se à conclusão de que o progresso dos EUA, como é óbvio, era resultado de um processo de industrialização.

Hoje temos no Brasil umas ideias estranhas de que é possível criar uma nação com base no agronegócio ou com base na economia de serviços, coisas desse tipo. São coisas que não correspondem à realidade. Tudo o que temos aqui nessa sala é fruto da indústria. Os óculos do Sergio Leo, o terno do Mário Theodoro, os brincos ali da Carolina, estes microfones. Nada disso é fruto dos serviços, nem da agricultura, é fruto da indústria, da transformação produtiva dos recursos naturais. E eles, lá atrás, chegaram à conclusão razoável de que para você fazer, para ter indústria e um processo de industrialização, isto é, para saber transformar a natureza, pois indústria é isso, a transformação da natureza, você parte do minério de ferro e chega não no automóvel moderno, que tem muitas outras coisas além de minério de ferro, mas chega ao aço, chega às estruturas, chega às construções onde moramos, aos prédios – nada disso é fruto da agricultura. A agricultura é muito útil, mas não para isso. Nem para uma economia predominantemente urbana, porque nas ruas não se planta soja. Então a criação de uma indústria depende do tamanho do

mercado e o tamanho do mercado tem de ser criado e, no caso da América Latina, da América do Sul, a CEPAL desde o seu início propôs o desenvolvimento industrial e para isto ampliação dos mercados. Agora, como ampliar os mercados se eles estão separados por barreiras de toda ordem? Barreiras tarifárias, normas de todo o tipo e barreiras não tarifárias.

Então se propõe aos países de uma determinada região, no caso da Europa, através de seus mecanismos e, no caso da América do Sul e da América Latina, através de um processo de remoção de barreiras para aumentar os mercados e permitir que as empresas possam ter mercados maiores para ganharem escala de produção. O engenheiro Darc Costa, vice-presidente do BNDES, sabe o que é escala de produção perfeitamente. Não é possível ter certas unidades produtivas, se não há escala de produção. Existe uma coisa chamada escala mínima de produção. Não é possível ter uma siderúrgica que fabrique um quilo de aço, pois uma siderúrgica começa fabricando milhares de toneladas. Existe uma escala de mercado e esse mercado deve ser protegido. Por que ele tem de ser protegido? Porque os outros países estão em estágios de industrialização muito mais avançados e, portanto, têm custos menores. Um país desenvolvido tem custos menores que um país subdesenvolvido, por isso exatamente que um é subdesenvolvido, senão ele seria desenvolvido e já teria alcançado um grau de eficiência competitiva maior. É necessário ter proteção e o processo de integração é a forma pela qual você privilegia as empresas daquela área mais ampla em relação às empresas de outros países já mais avançados, já desenvolvidos.

E a ALADI, a ALALC antes, e o MERCOSUL, são tentativas de criar esses espaços que privilegiam as empresas nacionais daqueles espaços em relação às empresas que não são daqueles espaços. Assim como a União Europeia privilegia as empresas europeias em relação às empresas que não são daquele espaço europeu. É por isso que as empresas brasileiras e as empresas dos outros países da América do Sul, que se beneficiaram dos mecanismos preferenciais da ALADI, estabelecem preferências e concedem vantagens às empresas nacionais. Naturalmente há pessoas que preferem as empresas estrangeiras, isso é uma outra visão do mundo, uma visão cosmopolita, o sujeito acha que o bom é gerar emprego lá em Cingapura em vez de gerar emprego no Brasil, por exemplo. Está bem, a pessoa tem direito a achar que o Brasil é pior. É um direito que a pessoa tem e que eu espero que os jovens não achem isso. Espero que todos os jovens aqui prefiram o Brasil e entre preferir outros continentes, preferiram a América do Sul. É a

partir daí que existem estes instrumentos e os seus detalhes técnicos e foram eles que permitiram a expansão do comércio dentro da América Latina e permitiram a ampliação dos parques produtivos locais e do emprego.

O emprego interessa a vocês, porque sem as empresas, sem as unidades produtivas, não há emprego. É claro que somos aqui empregados diferentes. Mas existe o emprego, a produção dos bens que permitem a melhoria do nível de vida da população. Sem que haja o aumento da produção de bens, não há aumento do nível de vida da população. Essa é a questão. A integração é voltada para o desenvolvimento e não é um objetivo em si. Ela é importante, porque é um instrumento para ampliação dos mercados, da dimensão das empresas e do aumento do emprego, que tanto interessa à nossa querida Silvia. O aumento do emprego para que as pessoas possam estar empregadas e produzir mais, para que os consumidores também possam consumir mais. Daí a importância desses instrumentos que permitem o fortalecimento de uma coisa que vou dizer aqui a vocês: do fortalecimento do capital nacional. Nada contra o capital multinacional, ele é bem-vindo. O Brasil consiste em um processo de construção em que participaram empresas multinacionais, o Estado e aqueles que fizeram as políticas. Não fosse a decisão do presidente Getúlio Vargas de forçar o empréstimo para a construção da companhia siderúrgica nacional, talvez a história econômica brasileira estivesse diferente. Aqueles políticos que a imprensa passa o dia inteiro vilipendiando, foram estes políticos, estes administradores, estes estadistas que foram lá e criaram a companhia siderúrgica nacional, criaram a PETROBRÁS, criaram a ELETROBRÁS e criaram o BNDES, aqui já mencionado tantas vezes. Foram estes políticos que tomaram esta decisão tanto do executivo quanto do legislativo e assim por diante.

Esse é um processo importante de fortalecimento do capital nacional. Não vou entrar nisso porque acho já falei demais, não vou falar nesse tema não. Mas o importante no processo da empresa nacional são os lucros que levam à acumulação de capital e permitem, exagerando um pouco, às empresas reinvestirem e ampliarem a sua capacidade produtiva e de emprego. No caso dos lucros das empresas nacionais, eles ficam aqui ampliando a capacidade produtiva, já no caso do capital multinacional naturalmente não é assim que acontece, nem poderia ser diferente, até pela sua própria natureza, pois seus acionistas estão aguardando lucros, dividendos. Essa é a diferença e a importância do fortalecimento do capital nacional, que é viabilizado por mecanismos como a ALADI e como a ALALC.

Espero não ter sido muito heterodoxo, mas acho que é sempre importante lembrar algumas circunstâncias históricas. Agradeço muito a atenção das senhoras e dos senhores, desejo muito boa sorte e cumprimento mais uma vez o Embaixador Jeronimo, pela organização desse seminário, o Embaixador Estigarribia, o ministro Paulo França e todos os amigos aqui presentes. Muito obrigado pela atenção.

Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG:

Embaixador Samuel, muito obrigado. Nós nos aproximamos do final e estamos muito honrados com sua presença. Gostaria agora de dar a palavra ao ministro Paulo Roberto França que foi quem originou e é o responsável pelo departamento da ALADI integração econômica regional. Pediria através dele primeiro que ele fizesse uma homenagem ao secretário geral da ALADI. Sugerimos que ele seja o portador da plaqueta que ofereceremos ao Secretário-Geral da ALADI.

Muito obrigado, estamos encerrando esta solenidade. Muito obrigado a todos. Foi um privilégio ter aqui a presença de dois Ministros de Estado e dos senhores em uma grande comemoração. A ALADI nesse esforço de pensamento, nesse esforço, inclusive, de abertura para a sociedade. A ideia é que a sociedade pode mais e sabe mais do que o governo. Muito obrigado.



Integração para que? (Em busca de uma ética para a Integração Latino-Americana)

Jeronimo Moscardo
Embaixador

“Na América Latina acabaremos por inventar as fórmulas que a auto-suficiência e o narcisismo europeu não conseguiram em dois mil anos.”

Gabriel Garcia Marques

“A civilização é, antes de tudo, vontade de convivência. É-se inútil e bárbaro na medida em que não se conta com os demais. A barbárie é tendência à dissociação. E assim todas as épocas bárbaras têm sido tempos de desperdício humano, pululação de mínimos grupos separados e hostis.”

Ortega y Gasset

“Culturas que devemos ensinar a respeitar e a fomentar, já que a barbárie dos tempos modernos tendeu a aniquilá-las, em benefício da identidade matemática e do racionalismo radical que são suas características. Assim poderemos resgatar o homem concreto de cada povo, a cada povo concreto, os únicos que verdadeiramente existem. Não homens robotizados que marcham como engrenagens numa sociedade

mecanizada, mas sim homens de carne e osso, com seus céus, suas canções e esperanças e tradições.”

Sabato

“Por que vivemos juntos? Há alguma razão para viver junto a outro ser humano? Se há, tem que ser algo que é compartilhado. Esse algo é a CULTURA.”

Peter Sellars

“O sonho de Bolívar, a América unificada, não é utopia: experimentalmente, é o único caminho a seguir... O discípulo do grande humanista Andrés Bello não ‘arou os mares’, como teria dito pouco antes de morrer, desiludido com a obra de toda a sua vida. Ele arou o futuro.”

Gilberto de Mello Kujawsky

Uma Dimensão Esquecida do Processo de Integração

Há quarenta anos, quando iniciei minha participação nos trabalhos da então ALALC como Secretário da Delegação do Brasil, pude observar um entusiasmo integracionista somente entre os técnicos internacionais e, quiçás, entre os membros de alguma Delegação.

Entretanto, a maioria dos Estados permaneciam céticos, distantes, e até em uma pouco dissimulada oposição ao processo integracionista, ainda que a retórica empregada pelos Governos indicasse o contrário à opinião pública.

O panorama hoje é muito distinto. Os Governos parecem empenhados e profundamente comprometidos no trabalho integracionista, dispondo de calendário e data para a culminação do processo. Não obstante, não vislumbro, não vejo, nem percebo entusiasmo pela integração por parte de nossos povos, de nossa cidadania, de homens e mulheres, em Montevideu, em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Buenos Aires ou em Assunção. A que atribuir essa falta de entusiasmo de nossos povos? Mais que falta de entusiasmo, vejo em certos países ou regiões fundado temor, ou até pânico, em relação aos compromissos integracionistas.

A que atribuir essa atitude de nossos povos? Será falta de propaganda, ou em realidade a cidadania, em sua histórica sabedoria, percebe ou intui que

os Governos estão enroscados em um modelo de aproximação por compulsão, e não por devoção? Com efeito, propõe-se a necessidade de todos participarem na formação de um megamercado, sem o qual estaríamos desistindo de fazer história.

Fala-se da necessidade de mercados e não de nações, de consumidores e não de cidadãos. Não estaremos nos dedicando excessivamente à construção material e esquecendo a dimensão cultural-ético-institucional na arquitetura da integração?

Com efeito, até o presente, a agenda internacional vinha sendo dominada basicamente pelas preocupações estratégico-militares e econômicas. O homem tem sido visto somente como soldado ou como diplomata na área clássica da guerra e da paz, ou como consumidor de produtos e serviços na esfera da economia.

O grande ausente tem sido sempre o cidadão comum, os problemas criados no contexto dos seus valores, dos seus problemas éticos. Assim é que, ainda que não haja resolvido de maneira global suas carências de sobrevivência material, a humanidade enfrenta desafios éticos cada vez mais sérios e profundos, que resultam na quase impossibilidade da plena realização da pessoa humana. Daí a importância das construções institucionais e éticas.

Ao contrário da construção material de um país, algo relativamente fácil de ver e de fazer, a construção institucional e moral de uma nação é obra custosa, demorada e de baixíssima visibilidade, mas com resultados permanentes no plano profundo da cultura e da história.

Realmente, todos nós temos olhos para as estradas, as represas, as estradas de ferro e os parques industriais; mas, quanta sensibilidade e critério são necessários para adivinhar o esforço secular, a coragem, a audácia e o sacrifício pessoal que estão por detrás do conceito de cidadania?

Se isto é assim a nível de cada nação, com muito mais razão o verificamos no terreno da integração das nações. O exemplo mais acabado de integração é em geral apresentado como sendo a União Europeia.

O Anti-Paradigma da UE - A UE Especialista em Desintegração

Aparentemente é assim. Estreitamente é assim.

Porque o êxito da integração na Europa Ocidental não é mais que aparência. Senão, vejamos.

Não podemos deixar de reconhecer, a partir da perspectiva privilegiada que hoje nos oferece a História, que as motivações políticas mais profundas da Comunidade do Carvão e do Aço, no princípio da segunda metade deste século, ao finalizar a II Guerra Mundial, foi conter a possibilidade de, uma vez mais, afirmar-se uma Alemanha solitária.

E que temos como realidade hoje em dia, mais de cinquenta anos depois? Pois uma Alemanha reunificada e que constitui o centro mais vital e influente do organismo integrado europeu.

Não podemos deixar de reconhecer tampouco que as motivações econômicas da origem da Comunidade Europeia não foram atendidas nesses sessenta anos; ainda que relevante no plano comercial, a economia europeia não é a mais competitiva no mundo, senão em muito poucos setores onde ainda sustenta a luta pelo mercado contra norte-americanos e japoneses, como podem ser a indústria aeroespacial, a químico-farmacêutica e a eletroeletrônica. Essa lista se reduziria ainda mais se os Governos governos ou a Comissão Europeia retirassem os vantajosos subsídios, ou outros benefícios indiretos, que concedem à atividade produtiva e de pesquisa nesses campos. Não necessitamos recordar, pela ociosidade do exercício, o rotundo fracasso em termos capitalistas (mas talvez não socialistas) que é a política agrícola comum da Comunidade.

O fracasso da integração europeia – ou, em outras palavras, a falácia do seu propagado êxito – foi reconhecido por um dos pais fundadores da Europa que hoje conhecemos: Jean Monet, quase ao final de seus dias, lamentava o fato de haver começado a UE pela Comunidade do Carvão e do Aço, afirmando que “se tivesse que começar de novo a construção da Europa Comunitária, o ponto de partida seria a cultura”.

A UE, portanto, ao contrário do que se diz, deve ser para nós o antiparadigma da integração, mesmo tendo em mente os grandes passos agora feitos para aumentar a integração cultural e social. Devemos os latino-americanos, isso sim, evitar repetir nessas terras da América os erros e as miopias que empurraram Monet àquele “mea culpa” final.

A Teoria do Espaço Moral ou em Busca de uma Nova Cidadania

Em terras da América não temos o direito de conduzir nossos povos tão castigados – mas tão perenemente esperançosos – a construir aquele mesmo

arquétipo de integração fenícia, produto da ação dos Estados, vontade política dos Governos, das decisões executivas das burocracias.

Na América Latina, oferece-nos o destino, a privilegiada oportunidade de fundar a verdadeira integração.

Uma integração na qual o fulcro se translade dos Estados aos indivíduos e às pessoas.

Uma integração nova, em que superaremos o falso dilema entre Estados e supranacionalidade ao afirmar, promover, afiançar o que denomino de “superindividualidade”.

A promoção do indivíduo, da pessoa, do cidadão, do vizinho significa promover uma verdadeira revolução de mentalidades, de perspectivas. Significa ir além da simples mudança de rumo, de sentido no processo de integração.

Ernesto Sabato me emprestará suas palavras as quais aclaram com luz mediterrânea essa ideia, ao dizer: “INDIVÍDUO - PESSOA”

“Um indivíduo se move impulsionado por instintos ou desejos egoístas: uma pessoa o faz tendo em conta grandes princípios, que podem ser éticos ou religiosos. O indivíduo tende a seu eu, é geralmente egoísta. A pessoa tem em conta ao tu, ao outro, a nós (isto é, a comunidade, e é, portanto altruísta, comunitário)”. (Ernesto Sabato, p. 103.)

Por isso uma sociedade ideal pode realizar-se com pessoas, não com indivíduos. Quando Cícero usou pela primeira vez a palavra “individuus” como tradução do grego átomo, lançou as bases de uma ideia perniciosa, pois o atomismo, válido para o universo natural, é falso e finalmente perverso para a ordem humana. Um átomo não tem porque ser solidário, não abriga princípios nem propósitos; uma pessoa, sim.

Claro que não somos pessoas de modo espontâneo: chegamos a sê-lo lutando contra as potências malignas que vicejam em nossa inconsciência. Luta que não é irreal nem utópica, porque frequentemente o homem tem alcançado as cimas do altruísmo e tem sacrificado seus próprios instintos egoístas em benefício da comunidade. (p. 103)

Mas assim como o indivíduo pode superar seus apetites individuais até alcançar a hierarquia de pessoa, os países podem alcançar a hierarquia de nação, respeitando a categoria de humanidade. Certamente, não de uma humanidade em abstrato como imaginavam os humanistas do século passado,

mas uma constituída por homens e nações diferentes, de cor de pele, de cultura, de credos e condições diversas. Não uma abstrata identidade de povos, senão uma concreta e dialética unidade de diversidades, do mesmo modo que uma orquestra não se cria com idênticos instrumentos, e sim com instrumentos de timbre diferente, para assim tocar uma belíssima partitura. (Sabato p. 104)

Queremos e devemos os brasileiros impulsionar uma só integração: precisamente essa, a verdadeira, onde instrumentos de timbres diferentes se juntam para criar uma orquestra e para tocar uma formosa partitura. Não queremos nem podemos os brasileiros impulsionar outra integração, a falsa, na qual todos buscam transformar-se em idênticos instrumentos. Nessa não haverá música. Somente ruído.

E é assim porque nós, os brasileiros, estamos há quase cinco séculos dedicando-nos a cada dia a juntar em uma só orquestra instrumentos tão distintos como podem ser o grande empresário de São Paulo, o agricultor tecnificado de origem polonesa ou teutônica do Paraná, o índio amazônico, o gaúcho do Sul, o pescador mestiço do litoral, o empregado negro do latifúndio açucareiro do Nordeste, o homem multicolor que vive, produz, diverte-se, sofre e morre em nossa metrópoles.

Nessa nova integração, a verdadeira, o eixo da factibilidade passa por uma nova equação de cidadania, pela vantagem comparativa de ser pequena.

Explico-me.

Um dos problemas cruciais do processo da integração do MERCOSUL são as diferenças de dimensões entre os países continentais como Brasil e Argentina e as verdadeiras cidades-estado como Uruguai e Paraguai. Não obstante, creio que estas discrepâncias têm sido exageradas, pois não se tem levado em conta que, se o fim último do desenvolvimento é a pessoa, há um processo compensatório entre espaço físico e espaço institucional. Com efeito, o espaço pessoal tende a ser pequeno em um país grande, e grande em um país fisicamente pequeno, onde haja oxigênio para manifestação dos projetos individuais, ou seja, quando impere a democracia. O Paraguai tem agora, pela primeira vez em sua vida independente, a imperdível oportunidade de, em consolidando a democracia, recuperar para seu povo as décadas perdidas em Esparta e lançar-se, ao lado do Uruguai, na urgente, nobre e imprescindível tarefa de oferecer ao MERCOSUL e à integração a dimensão ateniense. Nem Esparta, nem Fenícia, e sim Atenas. Este deve ser o objetivo. Objetivo que já é perseguido pelo Uruguai.

Em um país de dimensões continentais, costuma produzir-se um impacto mutilatório da quantidade sobre a qualidade – do excesso de poder sobre os projetos pessoais e existenciais.

Mas todos sabemos, defendemos e propugnamos hoje que poder não é sinônimo de legitimidade, nem que patrimônio ou riqueza autorize domínio ou governo.

Brasil e Argentina representam grandes espaços físicos, mas os países pequenos da região, como o Uruguai, podem constituir-se num grande espaço moral. As mudanças na URSS, que implicaram o desmoronamento do Império Soviético, a maior concentração de poder militar na história mundial, nos convidam a pensar na possibilidade de um novo modelo anti-imperial de comportamento, que seria concentrado por nações como Uruguai, na Bacia do Prata, e Costa Rica, na América Central, na qualidade de potências morais.

Assim é que o Grupo dos Sete países mais ricos pode dispor de poder militar ou de recursos materiais para comprar todo o planeta, mas não tem legitimidade alguma para pretender governá-lo.

Assim é que, e a História o demonstra, o excesso de poder, o excesso de Estado, não legitima o Governo, mas antes mutila, aborta, inviabiliza os milhões de projetos pessoais, existenciais que cada um de nós, como indivíduos, como pessoas, estamos desenvolvendo enquanto existimos.

Aquela nova integração, a verdadeira, coloca a necessidade essencial de criar um homem novo na América Latina.

Um novo homem, o qual deve ser capaz de aportar a mais cara contribuição nossa à modernidade, ou à pós-modernidade, que importamos todos os dias das sociedades altamente industrializadas: nossa “alta sensibilidade” (High Touch), para humanizar de novo a “alta tecnologia” (High Tech) do Norte.

O processo de integração nosso não pode repetir o erro magistral de somente administrar mais e mais coisas. Temos que abrir espaço para que todos nós, latino-americanos, possamos realizar nosso imaginário, nossos projetos individuais de felicidade, de plenitude espiritual, de humanidade completa.

Enfim, é preciso promover uma integração que, ademais de lograr níveis razoáveis de eficiência econômica, concilie o material com dimensões superiores do espírito.

“A verdadeira prova a que pode ser submetida uma economia, sua pedra de toque, é a razão existente entre a produção e a criação, ou seja, a relação entre as funções que mantêm a vida e as funções pelos quais a vida se realiza e se completa. A economia equilibrada que nos devemos esforçar por instituir colocará todo seu empenho em realizar não a força do cavalo-vapor que ela consome, mas sim a força do homem que ela libera: traduzir-se-ia a energia em ócio e o ócio na vida digna de ser vivida”. (Mumford, p. 465)

América Latina e o Mundo

Na atualidade, chega a ser pungente a consciência da fragilidade em que se apóia materialmente o novo panorama político latino-americano. Na verdade, há uma aceitação consensual de que o grande perigo (o fracasso das elites e o simultâneo desencadeamento das massas) está sendo alimentado pelo descalabro econômico latino-americano. Esta paisagem desoladora decorre da crise da dívida, do estancamento interno e da destruição de boa parte do desenho institucional e das lideranças democráticas (anteriores ao ciclo autoritário).

Este quadro repleto de dilemas e enigmas é compartilhado por toda a América Latina e reforça, em cada uma das sociedades latino-americanas, o debate sobre a necessidade de urgentes e profundas reformas, tanto mais que, ao nível tecnológico se criaram as condições para a conformação de verdadeira economia internacionalizada. Economia organicamente internacionalizada, formação de megablocos, dificuldades crescentes na Rodada Uruguai, reciclagens dos projetos econômicos e modelos de crescimento no sul, reformas econômicas e novos rumos para as políticas públicas, crise da dívida, estagnação interna, crescimento das expectativas populares, suprimidos os freios repressivos do autoritarismo, tantos fatores na constelação que leva os países latino-americanos a buscar inspirações diversas para o lançamento de outro processo de desenvolvimento, que hoje se denomina busca da modernidade pelo sul.

É diante da nova ordem mundial – a englobar a conformação de grandes esforços econômicos integrados, experimentos centrados na redução do papel do Estado produtor e na expansão da faixa de liberdade do mercado; diretrizes sistematicamente articuladas pelas principais instituições econômico-financeiras internacionais; e estratégias coordenadas pelos países hegemônicos – que

países como o Brasil devem atuar, em busca da maximização das oportunidades e da redução ao mínimo dos efeitos negativos que toda ordem, embora busque legitimar-se como universo que abre possibilidades positivas para todos, trata a alguns de maneira mais igual que a outros e, por essa via, gera dissenso e frustração.

É diante deste sistema, em que o poder militar politicamente utilizável concentra-se numa superpotência, em que a multipolaridade econômica reflete-se nos megablocos e nas dificuldades que toldam o futuro da Rodada Uruguai, em que $\frac{3}{4}$ da humanidade estão ameaçados de viver em condições de crise endêmica, que o Brasil joga seu destino em vários tabuleiros, entre eles a ALADI e o MERCOSUL.

Para o Brasil, a importância de todos esses fios, que tecidos formam a tapeçaria da conjuntura atual, não pode ser sobredimensionada, pois o Brasil não é um país como os outros. Nossa singularidade decorre de pertencermos ao reduzidíssimo número de Estados-Nação dotados de base continental, homogeneidade linguística e significativa população. Estas características criam, sempre, a despeito das crises conjunturais e até mesmo diante dos perigos de involução estrutural, o horizonte de oportunidades que nos distingue e que nos fez, em termos de dinâmica comparada, o país que mais cresceu ao longo dos dois últimos séculos. Não se pode jamais perder de vista que o PIB brasileiro corresponde, a grosso modo, a 60% por cento do produto sul-americano, e que o território nacional equivale a mais da metade da América do Sul. Estes dados, em sua abstração, devem somar-se à saga da elite imperial, que soube evitar a fragmentação nacional, o que permite partirmos sempre de um patamar distinto, quando conjurados com a imensa maioria dos países que se fazem representar na ONU.

Evidentemente que todo esse acervo poderá gerar frutos ridículos, se o povo brasileiro – o eterno esquecido em nossa história – não chegar aceleradamente à verdadeira modernidade “ ou seja, não for integrado em termos educacionais, culturais, tecnológicos e de real exercício da cidadania.

Na verdade, há um processo de integração interno brasileiro – o mais importante dos projetos de integração – que enfeixa todos esses elementos dispares da verdadeira modernidade. Sem esta integração – fundadora de tudo o mais –, continuaremos a ser esse híbrido de civilização de ponta e barbárie galopante.

É, portanto, saudável lembrar que a construção de um mercado não deverá suscitar maiores entusiasmos do cidadão latino-americano. Na verdade,

a grande fidelidade continua sendo aquela dirigida ao Estado Nação, ao indivíduo e à humanidade. Ao Estado-Nação, enquanto corporificação da vontade geral democrática e do respeito às minorias. E, para a parcela da população que ainda não conheceu a dialética do iluminismo, as fidelidades continuam sendo de base étnica, religiosa, tribal ou clânica.

Para o Brasil, onde a democracia racial, tolerância religiosa e proteção das minorias existem e devem afirmar-se ainda mais, estamos, para lembrar Rousseau, condenados a ser livres na moldura do Estado democrático ou estamos condenados a não sermos vítimas, todos, da potencial inépcia de uma elite dirigente que não está à altura das gerações que, ao longo do século XIX, fizeram de um somatório de fazendas uma nação.

Por que relembrar? Porque vivemos sob a tentação tecnocrática e economicista dos que se ergueu arautos do moderno e confundem moderno com pasteurizado. Para estes, a modernidade consiste, pobremente, no privilegiamento das dinâmicas econômicas puras e na defesa fácil das receitas de eficácia duvidosa, camisas de força vendidas como panaceias universais.

Essencial, portanto, relembrar. Relembrar para proteger e preservar cuidadosamente o que nos singulariza, como brasileiros e como latino-americanos, sem que nos recusemos ao futuro. E relembrar traduz-se por resgatar o Político, particularmente no que diz respeito à integração, à ALADI e ao MERCOSUL.

Desconhecer a preponderância do político sobre o desvio economicista imperante equivale a tomar uma vacina que nos permite melhor defesa contra o vírus do particularismo de certos grupos. É criar a necessária consciência crítica, aquela que se traduz na vontade democrática respeitosa da dissidência, aquela que se distingue do interesse particular segmentado, às vezes instrumental, às vezes representativo de importantes atores da sociedade civil. É também reconhecer o desproporcional poder que permite a alguns o passe de mágica insuperável: convencer a opinião pública (um produto como outro qualquer na sociedade tecnológica, e não a garantia de um espaço neutro de debate, como queriam os ilusionistas) de que o interesse de alguns particulares é efetivamente o interesse de todos.

Conclusões

(1) A integração deve ser por devoção, e não por compulsão. Trata-se de um caso de convergência, e não de um casamento na polícia.

(2) É necessário ampliar o espaço moral do Brasil. O Brasil é, sem dúvida, um país grande. É essencial transformá-lo num grande país. Trata-se de ampliar o espaço de nossa cidadania, que ainda é raquítica e tênue. É imperativo harmonizar a continentalidade do nosso território com uma ampliação da dimensão existencial e ética do nosso cidadão, que hoje é muito reduzida.

(3) O espaço pessoal tende a ser pequeno num país grande, e grande num país fisicamente pequeno, onde haja oxigênio para manifestação dos projetos individuais, ou seja, quando impere a democracia. Em um país de dimensões continentais costuma produzir-se um impacto mutilatório da quantidade sobre a qualidade, do excesso de poder sobre os projetos pessoais e existenciais.

(4) A integração tem defendido o supranacional em prejuízo do nacional. Trata-se agora de deslocar o fulcro de atenção para a pessoa humana, para o cidadão – e não só para o consumidor – como o protagonista central do processo integracionista. Ademais, é necessário deslocar a atenção prioritária dos cenários em que se processa a integração – deslocando-a do país, do Estado mais para a cidade – e fazendo da cidade o palco principal do drama integracionista. Na verdade, o Estado é em certo sentido uma abstração – ninguém vive no Estado, a pessoa vive e convive na cidade, na rua, na vizinhança. É essencial fazer a integração relevante para o habitante de São Paulo, de Porto Alegre, de Montevidéu, de Buenos Aires, de Caracas, de Lima.

(5) A integração têm-se concentrado excessivamente na administração das coisas. É preciso emprestar-lhe uma dimensão ético-institucional, fazendo-a tratar precipuamente da aproximação das ideias e das pessoas; daí a necessidade de um Política Cultural.

(6) Ninguém se apaixona pelas tarifas aduaneiras nem pelos “shopping centers”. Na verdade, num certo sentido, progredir materialmente hoje, ou seja, tornar-se consumidor, é quase uma fatalidade.

(7) Dados para a integração cultural na América Latina “herança cultural, língua, patrimônio do imaginário.

- Vantagem comparativa em relação à Europa.

(8) O Vetor Cultural. A Importância da Indústria Cultural. (ver Otávio Paz e revista Conexão) -Mercado Comum do Livro.

- Mercado Comum do Disco.

- Mercado Comum da TV.

(9) O NOVO caminho para a integração:

O papel reservado não só aos órgãos do Executivo nem ao Parlamento, mas à universidade e demais instituições de pesquisa e ensino. A criação da Comunidade Educacional Latino-Americana.

A Integração Latino-Americana em Foco: 50 anos de ALALC/ALADI*

*Welber Barral***

*Carolina Pancotto Bohrer****

1. Introdução

O tema da integração latino-americana é parte importante da atual política brasileira, não apenas no âmbito externo, mas também no âmbito interno. Prova disso é que, além de estar envolvido em negociações no âmbito do Mercosul, para o aprofundamento de acordos com o Chile e o México, o Brasil incluiu na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) o tema da integração produtiva com a América Latina e o Caribe. Em um momento no qual o país está investindo para permitir que o ciclo de crescimento econômico atual possa se manter e aumentar a sua participação no comércio internacional, é bastante oportuna a possibilidade de discutir a importância e perspectivas da Associação Latino Americana de Integração (ALADI).

Para isso, este artigo irá abordar inicialmente os principais aspectos tanto da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) como da ALADI, que lhe sucedeu, sua história e características, para mostrar a evolução do processo de integração e sua relação com o comércio exterior brasileiro

* Os autores agradecem as contribuições e comentários de Lina Chang e Ana Lúcia Oliveira Gomes, da Secex/MDIC.

** Doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo. Secretário de Comércio Exterior/MDIC

*** Doutora em Direito e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina.

e o cenário do comércio mundial. Ao final, serão apresentados alguns argumentos relativos à importância da ALADI para o Brasil e a necessidade de aprofundar e expandir os acordos existentes no seu âmbito.

2. ALALC e ALADI

A ALALC foi criada em 1960, com base na cláusula da nação mais favorecida e no princípio do tratamento nacional, para levar à criação de uma zona de livre comércio sub-regional, conforme disposto no artigo 2º do Tratado de Montevideu, num prazo inicial de doze anos. A iniciativa não teve muito sucesso por uma série de razões, mas principalmente porque, além de a proposta de integração ter um esquema muito ambicioso e rígido, não levava em consideração a heterogeneidade econômica e industrial da região e a de visão quanto ao perfil a ser conferido à integração regional¹. Além disso, não havia um mecanismo de supervisão e controle do comportamento dos Estados, nem um mecanismo de solução de controvérsias que pudesse garantir os acordos assumidos.

Não havia, portanto, condições para que o processo de integração propugnado pela ALALC avançasse. No entanto, como ressalta Prazeres, a experiência serviu de lição para iniciativas futuras, num processo de *learning by doing*. Por isso, a ALADI foi criada a partir de bases mais pragmáticas, levando em conta não apenas os limites da integração subregional, mas também das suas possibilidades e da realidade econômica da região².

Criada em 1980 por um novo Tratado de Montevideu (TM – 80), a ALADI deixou de lado os mecanismos rígidos que caracterizaram a ALALC, estabelecendo como objetivo de longo prazo a criação gradual e progressiva de um mercado comum latino-americano³. A flexibilidade é marcada pelo uso dos Acordos de Alcance Parcial (dos quais apenas alguns membros participam, apesar de abertos a todos os demais, e representam uma mitigação da cláusula da nação mais favorecida) e dos de Alcance Regional (que envolvem todos os países membros).

Ou seja, não apenas não há prazos para a conclusão do processo, mas também os países membros da ALADI podem participar do processo de

¹ Prazeres, 2006, p. 22.

² Id., p. 27.

³ Tratado de Montevideu, artigo 1.

integração no ritmo que for mais adequado para cada um. Pode-se inclusive fazer uma comparação entre o processo de criação do mercado comum na ALADI com a lógica subjacente aos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) que permite a convivência da integração regional com o sistema multilateral do comércio. Assim como na OMC, na ALADI, a ideia é a de que os acordos parciais representam um caminho para se alcançar a liberalização total. Nesse sentido, pode-se dizer que a concepção inicial da ALADI foi bastante inovadora.

Entre os Acordos de Alcance Parcial os mais importantes são os de Complementação Econômica (ACE). Estes têm por objetivo impulsionar o desenvolvimento dos países membros da Associação mediante a complementaridade dos sistemas produtivos da região. Podem ser mais abrangentes, incluindo todo o universo tarifário, ou possuir um número menor de produtos. Os ACEs comportam desde sistemas de integração subregional, como o Mercosul, a Comunidade Andina das Nações e acordos de livre comércio a simples acordos de preferências tarifárias fixas⁴.

Já no caso dos Acordos de Alcance Regional, o principal é o Acordo de Preferência Tarifária Regional nº 4 (APTR04), assinado por todos os países-membros da ALADI e estabelece a Preferência Tarifária Regional, conforme previsto no Art. 5 do TM – 80. Por meio deste acordo, os países membros outorgam preferências tarifárias de acordo com seu desenvolvimento econômico.

No entanto, esta estrutura não necessariamente gera os efeitos esperados se os Estados membros não se engajarem em negociações entre si, e mesmo que isso ocorra, se os mecanismos de convergência previstos não forem

⁴ MDIC. Os acordos incluem: ACE n.º 2 – Brasil e Uruguai: Protocolo de Expansão Comercial – PEC; ACE Nº 6 Argentina México; ACE Nº 8 México Peru; ACE Nº 13 Argentina Paraguai; ACE n.º 14 – Brasil e Argentina; ACE Nº 16 Argentina Chile; ACE n.º 18 – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (Mercosul); ACE Nº 22 Bolívia Chile; ACE Nº 23 Chile Venezuela; ACE Nº 24 Chile Colômbia; ACE Nº 25 Brasil Peru; ACE Nº 27 Brasil Venezuela; ACE Nº 33 Colômbia México Venezuela; ACE n.º 35 – Mercosul e Chile; ACE n.º 36 – Mercosul e Bolívia; ACE Nº 38 Chile Peru; ACE Nº 40 Cuba Venezuela; ACE Nº 41 Chile México; ACE Nº 42 Chile Cuba; ACE Nº 46 Cuba Equador; ACE Nº 47 Bolívia Cuba; ACE Nº 49 Colômbia Cuba; ACE Nº 50 Cuba Peru; ACE Nº 51 Cuba México; ACE n.º 53 – Brasil e México; ACE n.º 54 – Mercosul e México; ACE n.º 55 – Mercosul e México – Automotivo; ACE Nº 56 Argentina Bolívia Brasil Colômbia Equador Paraguai Peru Uruguai Venezuela; ACE Nº 57 Argentina Uruguai; ACE n.º 58 – Mercosul – Peru; ACE n.º 59 – Mercosul - Colômbia, Equador e Venezuela; ACE Nº 60 México Uruguai; ACE n.º 62 – Mercosul e Cuba; ACE Nº 64 Paraguai Venezuela; ACE Nº 65 Chile Equador; ACE Nº 66 Bolívia México.

eficazes. Nos últimos anos, os resultados alcançados têm sido variados. No âmbito regional, não houve avanços consideráveis além da assinatura do APTR04, que, apesar de ter representado um passo importante, não foi adiante.

Em termos dos acordos parciais, estes foram sendo celebrados ao longo do tempo, e permitiram um aumento expressivo do comércio intrarregional. Segundo a ALADI, o comércio entre os países membros multiplicou-se por quatorze entre 1980 e 2008, passando de 10 para 140 bilhões de dólares, enquanto que o comércio mundial multiplicou-se por nove nesse mesmo período. Ao mesmo tempo, o comércio com os países da região tem se caracterizado por incluir maior valor agregado quando comparado com as exportações dos países membros da ALADI para o restante do mundo⁵.

Ou seja, ao menos em termos comerciais, a ALADI parece ter contribuído para o desenvolvimento de seus países membros. O objetivo do próximo item será o de verificar de que forma a ALADI contribuiu para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro, e suas perspectivas atuais.

3. O Brasil e a Integração Latino-Americana

O Brasil possui no âmbito da ALADI, além do acordo do Mercosul (ACE nº18), ACEs com Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, México e Comunidade Andina. Fora da ALADI, o país tem acordos em vigor a partir do Mercosul com Israel e Índia apenas.

Tem havido um investimento importante da diplomacia brasileira nas relações com a América Latina e Caribe, além de outros países em desenvolvimento da África e da Ásia nos últimos anos. No entanto, as negociações no âmbito da ALADI não têm se fortalecido como seria de se esperar, dada a importância desses mercados para o Brasil.

Em 2009, a Secretaria Geral da ALADI realizou um estudo sobre o aproveitamento das preferências tarifárias por parte dos países membros durante o ano de 2006, como forma de analisar a situação e a evolução do comércio realizado entre os países membros ao amparo dos acordos no marco do TM – 80. Os resultados com relação ao Brasil são bastante interessantes: as preferências tarifárias recebidas pelo país em todos os Acordos de Livre Comércio (ALCs) no âmbito da ALADI englobam mais

⁵ Comércio Exterior en Cifras, Boletín Electrónico nº 11, 2010, p. 2.

de 99% dos itens da Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino Americana de Integração (NALADI/SH). No caso dos países com os quais os acordos são do tipo seletivo, esta cobertura é inferior, alcançando o máximo de 24,7%. Ao mesmo tempo, o estudo aponta que os ALCs mais antigos (ACE 18, 35 e 36) e os acordos seletivos são os que alcançam maior cobertura⁶.

Segundo o estudo, como o Brasil possui uma ampla oferta exportadora, acaba conseguindo aproveitar melhor as preferências que recebe de outros países. Desta forma, consegue registrar exportações em aproximadamente 85% dos itens sobre os quais recebe preferências em todos os acordos⁷. Este dado é especialmente relevante, pois num mercado internacional cada vez mais competitivo, é importante utilizar todos os instrumentos à disposição para tornar as exportações brasileiras mais competitivas. Seria importante, inclusive, aumentar o aproveitamento destas preferências, buscando identificar as causas do seu menor uso.

Outro dado importante trazido pelo estudo com relação ao Brasil é o de que as exportações brasileiras abrangidas pelos acordos ALADI estão relativamente diversificadas por setor de atividade. Há uma participação importante de produtos primários, como ferro, aço, petróleo e gás. Mas a participação de produtos com maior valor agregado é muito expressiva, e abrange desde veículos automotores, transmissores de rádio, televisão, peças e partes, até geradores. Em ambos os casos, há, segundo o estudo, um potencial para aumentar o uso das preferências concedidas, apesar de o aproveitamento já ser bom⁸.

Após analisar o conjunto dos países, o Estudo concluiu que existem determinantes importantes para o grau de aproveitamento das preferências tanto no lado da oferta como no da demanda. No caso da oferta, os países com pauta exportadora diversificada fazem melhor uso das preferências tarifárias; no caso da demanda, as preferências recebidas por países com economias maiores e que importam uma maior diversidade de produtos têm

⁶ ALADI/SEC/Estúdio 198. 15 de maio de 2009, p. 19.

⁷ Idem. O estudo aponta ainda que o uso das preferências é relativamente mais elevado nos acordos com economias grandes, como Argentina e México (44,6%), possivelmente em função da diversidade da demanda nestes países. O contrário ocorre com países de menor desenvolvimento relativo na região; nos acordos com Bolívia e Equador, por exemplo, o aproveitamento fica em torno de 30,7%. Idem.

⁸ Idem, p. 20.

melhor aproveitamento. Ainda com relação à demanda, constatou-se que o grau de aproveitamento de preferências é menor nos acordos recentes, principalmente porque leva algum tempo para que o conhecimento sobre o mercado e os laços comerciais se consolidem; nos acordos seletivos registra-se uma maior porcentagem de preferências utilizadas por quantidade de itens negociados, já que o foco está nos produtos com maior potencial exportador; e existe ainda um fator geográfico, na medida em que o grau de aproveitamento é maior quando o país beneficiário é geograficamente próximo ou limítrofe do outorgante⁹.

Uma análise específica, a partir de dados da balança comercial brasileira desde 1981, mostra o comportamento das exportações do Brasil para os países membros da ALADI (incluindo o Mercosul), levando em conta tanto o comércio exterior brasileiro com o restante do mundo, como a composição da pauta de exportação e importação. A primeira conclusão é a de que as vendas de produtos brasileiros para a ALADI evoluíram sobremaneira desde a criação desta, e especialmente a partir dos anos 2000, tendo passado de US\$4 bilhões em 1981 para US\$40 bilhões de dólares em 2008; neste mesmo período, o comércio exterior brasileiro, como um todo, aumentou em oito vezes, passando de US\$23 bilhões para US\$197 bilhões de dólares em 2008. E, mais importante, além do saldo ser positivo para o Brasil, a composição das exportações brasileiras para a região tem um diferencial com relação às exportações do Brasil para o restante do mundo: concentra-se principalmente em produtos de maior valor agregado e de média-alta intensidade tecnológica. Em termos percentuais, em 2008/09 os produtos de média-alta intensidade tecnológica representavam, em média, 47% dos produtos exportados, enquanto que os de alta intensidade tecnológica perfaziam em média 8.5%. Em 2009, por exemplo, a exportação de produtos manufaturados para a ALADI representava 39,27% da pauta brasileira para esses países, enquanto que apenas 6,85% eram de produtos básicos. Desde o início da ALADI a maior parte das exportações brasileiras é de produtos manufaturados, mas essa tendência foi se consolidando ao longo do tempo.

⁹ Idem, p. 50.

TABELA 1 - COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - 1981-2010

ANO	Exportação		Importação		Saldo	Corrente
	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	
1981	23.295	...	22.091	...	1.205	45.386
1982	20.181	-13,4	19.395	-12,2	786	39.576
1983	21.903	8,5	15.429	-20,5	6.474	37.332
1984	27.007	23,3	13.907	-9,9	13.099	40.914
1985	25.639	-5,1	13.167	-5,3	12.472	38.806
1986	22.349	-12,8	14.042	6,6	8.306	36.391
1987	26.224	17,3	15.050	7,2	11.174	41.274
1988	33.790	28,8	14.603	-3,0	19.186	48.393
1989	34.383	1,8	18.263	25,1	16.119	52.646
1990	31.414	-8,6	20.661	13,1	10.752	52.075
1991	31.620	0,7	21.040	1,8	10.580	52.661
1992	35.793	13,2	20.554	-2,3	15.239	56.347
1993	38.555	7,7	25.256	22,9	13.299	63.811
1994	43.545	12,9	33.079	31,0	10.466	76.624
1995	46.506	6,8	49.972	51,1	-3.466	96.478
1996	47.747	2,7	53.346	6,8	-5.599	101.092
1997	52.983	11,0	59.747	12,0	-6.765	112.730
1998	51.140	-3,5	57.763	-3,3	-6.624	108.903
1999	48.013	-6,1	49.302	-14,6	-1.289	97.314
2000	55.119	14,8	55.851	13,3	-732	110.970
2001	58.287	5,7	55.602	-0,4	2.685	113.888
2002	60.439	3,7	47.243	-15,0	13.196	107.681
2003	73.203	21,1	48.326	2,3	24.878	121.529
2004	96.677	32,1	62.836	30,0	33.842	159.513
2005	118.529	22,6	73.600	17,1	44.929	192.130
2006	137.807	16,3	91.351	24,1	46.457	229.158
2007	160.649	16,6	120.617	32,0	40.032	281.267
2008	197.942	23,2	172.985	43,4	24.958	370.927
2009	152.995	-22,7	127.715	-26,2	25.280	280.709
Jan-Maio/09	55.484	...	46.180	...	9.304	101.664
Jan-Maio/10	72.094	29,9	66.485	44,0	5.609	138.578

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 2 - COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO COM A ALADI - 1981-2010

ANO	Exportação		Importação		Saldo	Corrente
	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	
1981	4.209	...	3.126	...	1.083	7.335
1982	2.862	-32,0	3.286	5,1	-425	6.148
1983	2.057	-28,1	2.204	-32,9	-147	4.261
1984	2.829	37,6	2.140	-2,9	689	4.969
1985	2.231	-21,2	1.614	-24,6	617	3.844
1986	2.523	13,1	1.826	13,2	696	4.349
1987	2.976	18,0	1.777	-2,7	1.199	4.753
1988	3.737	25,6	1.857	4,5	1.880	5.593
1989	3.568	-4,5	3.370	81,5	197	6.938
1990	3.278	-8,1	3.652	8,4	-374	6.930
1991	5.004	52,7	3.678	0,7	1.327	8.682
1992	7.611	52,1	3.707	0,8	3.904	11.318
1993	9.156	20,3	4.763	28,5	4.393	13.920
1994	9.770	6,7	6.382	34,0	3.388	16.152
1995	10.018	2,5	10.008	56,8	10	20.026
1996	10.971	9,5	11.672	16,6	-701	22.642
1997	13.648	24,4	13.043	11,7	605	26.691
1998	13.387	-1,9	12.354	-5,3	1.032	25.741
1999	10.561	-21,1	9.457	-23,5	1.104	20.018
2000	12.916	22,3	11.653	23,2	1.263	24.568
2001	12.249	-5,2	10.000	-14,2	2.249	22.249
2002	9.891	-19,3	8.225	-17,7	1.666	18.116
2003	12.959	31,0	8.210	-0,2	4.749	21.169
2004	19.766	52,5	10.026	22,1	9.739	29.792
2005	25.498	29,0	11.616	15,9	13.882	37.114
2006	31.495	23,5	16.282	40,2	15.214	47.777
2007	36.426	15,7	20.563	26,3	15.863	56.989
2008	43.095	18,3	27.281	32,7	15.814	70.376
2009	29.897	-30,6	21.944	-19,6	7.953	51.840
Jan-Maio/09	10.061	...	7.832	...	2.229	17.892
Jan-Maio/10	14.752	46,6	11.039	41,0	3.713	25.792

FONTE: MDIC/SECEX

A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA EM FOCO: 50 ANOS DE ALALC/ALADI

TABELA 3 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA, POR FATOR AGREGADO - 1981-2010

ANO	Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Op. Especiais	
	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %
1981	8.920	---	2.116	---	11.883	---	374	---
1982	8.238	-7,6	1.433	-32,3	10.253	-13,7	251	-32,9
1983	8.535	3,6	1.782	24,4	11.276	10,0	306	21,9
1984	8.706	2,0	2.872	61,2	15.132	34,2	295	-3,6
1985	8.538	-1,9	2.758	-4,0	14.063	-7,1	280	-5,1
1986	7.280	-14,7	2.491	-9,7	12.404	-11,8	174	-37,9
1987	8.022	10,2	3.175	27,5	14.839	19,6	188	8,0
1988	9.411	17,3	4.892	54,1	19.187	29,3	299	59,0
1989	9.549	1,5	5.807	18,7	18.364	-4,3	393	31,4
1990	8.432	-11,7	5.013	-13,7	17.590	-4,2	379	-3,5
1991	8.508	0,9	4.923	-1,8	17.847	1,5	342	-9,8
1992	8.656	1,7	5.345	8,6	21.504	20,5	288	-15,8
1993	9.133	5,5	5.656	5,8	23.555	9,5	210	-26,9
1994	10.836	18,6	7.070	25,0	25.196	7,0	443	110,4
1995	10.514	-3,0	9.565	35,3	25.807	2,4	620	40,0
1996	11.899	13,2	8.615	-9,9	26.411	2,3	822	32,6
1997	14.469	21,6	8.478	-1,6	29.193	10,5	844	2,6
1998	12.977	-10,3	8.120	-4,2	29.387	0,7	656	-22,2
1999	11.828	-8,9	7.982	-1,7	27.331	-7,0	872	32,9
2000	12.564	6,2	8.499	6,5	32.559	19,1	1.497	71,6
2001	15.349	22,2	8.244	-3,0	32.957	1,2	1.736	16,0
2002	16.959	10,5	8.965	8,8	33.068	0,3	1.446	-16,8
2003	21.186	24,9	10.945	22,1	39.764	20,2	1.308	-9,5
2004	28.529	34,7	13.433	22,7	53.137	33,6	1.579	20,7
2005	34.724	21,7	15.963	18,8	65.361	23,0	2.482	57,2
2006	40.281	16,0	19.523	22,3	75.023	14,8	2.981	20,1
2007	51.596	28,1	21.800	11,7	83.943	11,9	3.311	11,0
2008	73.028	41,5	27.073	24,2	92.683	10,4	5.159	55,8
2009	61.957	-15,2	20.499	-24,3	67.349	-27,3	3.189	-38,2
Jan-Maio/09	22.613	---	7.169	---	24.562	---	1.140	---
Jan-Maio/10	31.058	37,3	9.833	37,2	29.608	20,5	1.594	39,9

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 4 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA À ALADI, POR FATOR AGREGADO - 1981-2010

ANO	Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Op. Especiais	
	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %	US\$ milhão	Var. %
1981	401	...	162	...	3.645	...	0	...
1982	359	-10,4	126	-22,3	2.376	-34,8	0	68,1
1983	284	-21,0	119	-5,6	1.653	-30,4	0	-9,6
1984	385	35,9	272	127,9	2.169	31,2	3	727,9
1985	228	-40,8	138	-49,3	1.861	-14,2	3	14,3
1986	279	22,0	99	-28,3	2.141	15,0	4	31,6
1987	281	0,8	126	27,7	2.566	19,8	3	-27,2
1988	345	22,7	250	97,7	3.140	22,4	2	-32,5
1989	335	-2,7	197	-21,2	3.031	-3,5	5	116,6
1990	297	-11,4	124	-37,0	2.854	-5,8	3	-35,1
1991	380	27,9	238	92,3	4.384	53,6	2	-28,1
1992	400	5,3	222	-6,7	6.987	59,4	1	-39,5
1993	484	21,1	280	25,9	8.375	19,9	17	1.204,8
1994	470	-2,9	395	41,1	8.883	6,1	22	29,6
1995	540	14,8	401	1,5	9.027	1,6	50	121,5
1996	661	22,5	446	11,4	9.827	8,9	36	-27,3
1997	730	10,4	517	15,8	12.362	25,8	40	10,8
1998	813	11,5	504	-2,5	12.032	-2,7	37	-7,1
1999	665	-18,2	354	-29,8	9.502	-21,0	40	7,9
2000	775	16,5	367	3,7	11.739	23,5	34	-15,3
2001	893	15,2	379	3,4	10.944	-6,8	32	-4,3
2002	749	-16,1	380	0,2	8.734	-20,2	28	-14,8
2003	1.058	41,3	446	17,5	11.421	30,8	33	18,1
2004	1.582	49,4	729	63,4	17.402	52,4	53	62,0
2005	1.822	15,2	924	26,7	22.580	29,8	171	223,4
2006	2.791	53,2	1.268	37,2	27.201	20,5	235	36,9
2007	3.370	20,7	1.309	3,2	31.550	16,0	197	-16,0
2008	5.000	48,4	1.633	24,8	36.395	15,4	67	-66,2
2009	2.921	-41,6	986	-39,6	25.945	-28,7	46	-31,4
Jan-Maio/09	979	...	254	...	8.813	...	15	...
Jan-Maio/10	1.532	56,5	579	128,1	12.617	43,2	24	61,2

FONTE: MDIC/SECEX



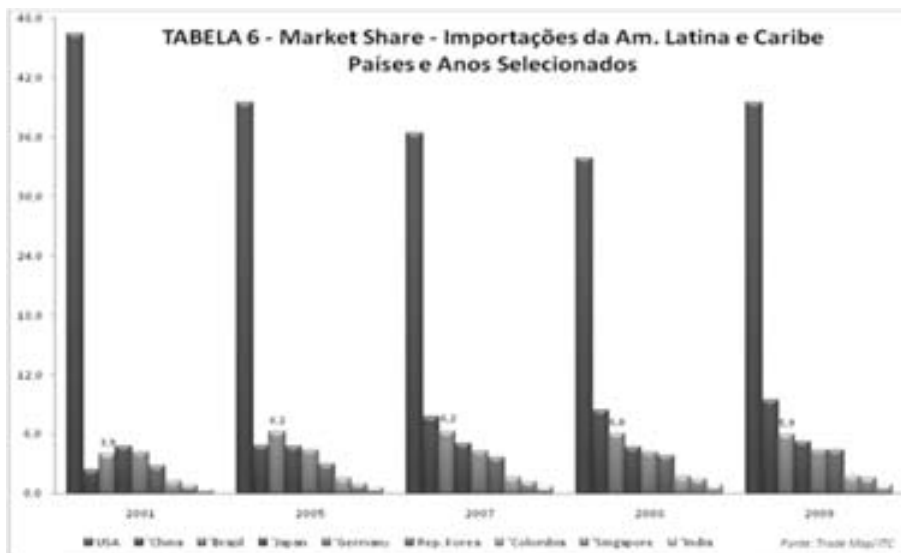
A importância da América Latina e Caribe para o Brasil é confirmada pela inclusão do tema da integração produtiva com estes países na PDP, criada em 2008 pelo Governo Federal. A PDP prevê dentro dos destaques estratégicos, que tratam de questões fundamentais para desenvolver a indústria e o país, o programa Integração Produtiva com América Latina e Caribe. Seu objetivo é aumentar a articulação das cadeias produtivas e elevar o comércio com essa região, buscando ampliar a escala e a produtividade da indústria doméstica¹⁰. Além disso, a integração produtiva pode ser um instrumento bastante eficaz para fortalecer a integração regional, na medida em que pode ajudar a superar os desníveis econômicos entre os países membros de um processo de integração.

Pode-se verificar assim a importância da ALADI para o comércio exterior brasileiro e para a maior integração da região. É do interesse do Brasil então investir mais na ALADI, por exemplo, por meio do aprofundamento e ampliação das matérias objeto de negociação dos acordos. Cabe destacar o grande mercado existente na região para o comércio de serviços, ainda incipiente nos mecanismos de negociação dos quais o Brasil participa, assim como as compras públicas. O Brasil, juntamente como Mercosul, celebrou

¹⁰ Disponível em www.pdp.gov.br.

seu primeiro acordo de serviços com o Chile em 2009 e negocia atualmente a matéria com a Colômbia¹¹.

Há ainda que se mencionar a oportunidade de ganharmos experiências com os exercícios de negociações desenvolvidos com os países da região, para aplicação em negociações futuras com terceiros países.



Ao mesmo tempo, apesar do saldo favorável das exportações brasileiras para com os países da ALADI, analisando a evolução do *quantum* da participação de mercado que o Brasil possui na América Latina e Caribe¹² em relação a outros países fornecedores presentes verifica-se que, no período de 2001 a 2005, o mercado brasileiro obteve ganhos de *market share* de 3,9% para 6,2%. A constante desse percentual alcançada em 2005 foi mantida até o ano de 2007. Nos anos seguintes, o Brasil tem o seu espaço comprometido, caindo para 6,0% e 5,9% em 2008 e 2009, respectivamente, especialmente em função do aumento das vendas de outros países concorrentes na região, com destaque para a China, que tinha 2,3% e passou a ter 9,4% de presença em 2009. Percebe-se também, no período 2006-2009, a redução da pauta de produtos de alta e média-alta intensidade

¹¹ Dados do Departamento de Negociações Internacionais da Secex/MDIC.

¹² Dados analisados a partir do TRADE MAP/ITC.

tecnológica e o aumento de bens de média-baixa intensidade tecnológica nas vendas externas brasileiras para a ALADI, conforme mostra a TABELA 5. O desempenho da presença brasileira nestes mercados reforça as questões apontadas para um melhor aproveitamento dos acordos e ampliação das negociações para extensão de novos temas que possam gerar ganhos de competitividade internacional referentes aos fatores sistêmicos.

4. Conclusões

A ALADI tem um papel importante na história da integração latino-americana, e representou um avanço importante com relação à sua antecessora, a ALALC. E, ao longo dos anos, permitiu o aumento expressivo das relações comerciais entre seus países membros, reforçando assim os laços de integração.

O Brasil não fugiu dessa regra. Conforme foi apontado, a ALADI, que inclui o Mercosul, representa hoje aproximadamente 20% das exportações brasileiras. A composição desta pauta também é positiva, pois está concentrada em produtos manufaturados, de maior valor agregado e de intensidade tecnológica média-alta. Tanto a política externa brasileira, ao dar mais foco para a América Latina e Caribe, quanto a política interna, com a inclusão do tema da integração produtiva com a região na PDP, mostram uma ação alinhada por parte do Governo Federal.

No entanto, é preciso continuar investindo na ALADI, de forma não apenas a garantir os avanços alcançados nos últimos anos, mas também a permitir sua expansão e evitar a perda de *market share*. Para isso, é importante o aprofundamento e a ampliação das matérias objeto de negociação dos acordos no processo de integração.

5. Referências

ALADI. ALADI/SEC/Estúdio 198. 15 de mayo de 2009.

_____. ALADI/SEC/di 2326. 25 de marzo de 2010.

_____. Comercio Exterior em Cifras. Boletín Electrónico nº11, abril de 2010. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfweb/Boletinaladi11.pdf>>.

ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul & União Europeia: estrutura jurídico-institucional**. Curitiba: Juruá, 2003.

BARRAL, Welber. **O Comércio Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima; ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Mercosul hoje**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1996.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE. Base de dados estatísticos do Trade Map.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. **Integração Moderna**. Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano. nº 1, janeiro de 2006.

MDIC. Estatísticas de Comércio Exterior. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior.

_____. Departamento de Negociações Internacionais.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. A Integração sul-americana: uma ideia ainda fora do lugar? In: **O Brasil e a América do Sul: desafios do século XXI**. Brasília: FUNAG: IRPRI, 2006.